FORMAS DE UTILIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EM DIFERENTES TIPOS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

MARIA MADALENA ZOCOLLER BORBA

Orientador : GERALDO SANT'ANA DE CAMARGO BARROS

Dissertação apresentada à Escola
Superior de Agricultura "Luiz de
Queiroz", da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Agronomia. Área de
Concentração : Economia Agrária.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Março - 1986

DEDICATÓRIA

Aos meus pais: João e Gentila
que sempre nos apoiaram com
carinho e compreensão

Ao meu marido Carlos Alberto
pelo estímulo, companheirismo e efetiva contribuição para a execução desta pesquisa

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Dr. Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros pela orientação, pelas críticas e sugestões apresentadas durante a elaboração desta pesquisa, além da presteza na leitura das versões preliminares.

Aos colegas do Departamento de Economia Rural da FCAVJ, Antonio Carlos M. Ferreira, José Jorge Gebara, Tsunehisa Tamaki, João Luiz Cardoso, Argemiro Oliveira Sousa, Manoel A. A. Monteiro, José Roberto Medina Landim e Francisco Graziano Neto pela compreensão e o esforço extra que tiveram que realizar ao assumirem nossa carga horária nos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da FCAVJ.

Aos companheiros de trabalho José Giacomo Baccharin e José Jorge Gebara pelo apoio, pelo convívio amigável e pela efetiva participação no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Dr. Rodolfo Hoffmann pela leitura criteriosa do texto original e pelas valiosas sugestões incorporadas na presente versão.

Ao Dr. José Ferreira de Noronha pela revisão dos originais e observações apresentadas.

À Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo através de seus agrônomos, que prestaram valiosa colaboração na regionalização de alguns produtos agrícolas e na sele

ção de produtores rurais da DIRA de Ribeirão Preto.

Ao Luiz Cremonez, datilógrafo deste texto, que soube pacientemente decifrar nossos hieróglifos.

Aos colegas de curso pela convivência saudável.

À CAPES, através do Programa Institucional de Capacitação de Docentes, PICD, pela concessão de bolsas de estudos.

ÍNDICE

Página

RESUMO	vi
SUMMARY	ix
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1. O Mercado de Trabalho Regional	1
1.2. Objetivos	5
1.3. Metodologia	6
1.4. Referência Teórica	12
2 - TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E DO MERCADO DE TRABA LHO AGRÍCOLA: 1940 À 1980	18
2.1. Composição da Produção	18
2.2. Posse da Terra	28
2.3. Cultivo	33
2.4. Mudança Tecnológica	37
2.5. População, Emprego e Relações de Trabalho.....	44
3 - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	59
4 - ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	74
4.1. Região do Café	75
4.1.1. Caracterização da Região	75
4.1.2. Organização da Produção	76
4.1.3. Utilização da Mão-de-Obra	83
4.1.4. Contratação da Mão-de-Obra.....	93

4.2. A Região da Laranja	106
4.2.1. Caracterização da Região	106
4.2.2. Organização da Produção	110
4.2.3. Utilização de Mão-de-Obra	115
4.2.4. Contratação de Mão-de-Obra	124
4.3. Região da Cana-de-Açúcar	134
4.3.1. Caracterização da Região	134
4.3.2. Organização da Produção	135
4.3.3. Utilização de Mão-de-Obra	142
4.3.4. Contratação da Mão-de-Obra	152
4.4. Região da Soja e Milho	162
4.4.1. Caracterização da Região	162
4.4.2. Organização da Produção	165
4.4.3. Utilização de Mão-de-Obra	168
4.4.4. Contratação da Mão-de-Obra	175
4.5. Região do Leite	180
4.5.1. Caracterização da Região	180
4.5.2. Organização da Produção	182
4.5.3. Utilização de Mão-de-Obra	186
4.5.4. Contratação da Mão-de-Obra	189
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
6 - BIBLIOGRAFIA CITADA	200

FORMAS DE UTILIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EM DIFERENTES TIPOS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Maria Madalena Zocoller Borba

Orientador: Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

RESUMO

O presente trabalho trata da organização do mercado de trabalho rural e suas relações com as transformações sócio-econômicas ocorridas na Região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, no período de 1940 a 1980. Enfatizam-se interações entre as diversas formas de organização da produção agrícola e o mercado de trabalho. Procura-se mostrar como o tipo de produto, a tecnologia empregada e o grau de desenvolvimento não-agrícola tenderam a influir nas formas de utilização e contratação da mão-de-obra rural.

No período de 1940 até 1980, a agricultura da DIRA de Ribeirão Preto, acompanhando as tendências gerais da economia brasileira, sofreu importantes transformações que contribuíram para a constituição de um mercado de trabalho agrícola com crescente participação dos trabalhadores assalariados, especialmente os temporários. Essas transformações foram essencialmente: evolução nas relações de produção que tenderam praticamente eliminar a parceria e o arrendamento; alteração na composição da produção, que culmina, na década de 70, com as culturas alimentares sendo intensamente substituídas pelas culturas de maior rentabilidade como cana, laranja, café e soja;

crescente especialização das propriedades e da região em poucos produtos; mudança na base técnica de produção com a utilização intensiva de capital (sementes melhoradas, máquinas, adubos etc) pelas propriedades; mudança da área média dos estabelecimentos agrícolas com tendência de aumento dessa após 1970, quando se verifica intensiva mecanização das lavouras e expansão da cultura da cana; redução da produção de subsistência dos trabalhadores residentes em áreas cedidas pelo proprietário rural; a legislação trabalhista, especialmente o Estatuto do Trabalhador Rural que, ao dar margem a exclusão dos trabalhadores temporários dos seus benefícios, simplificou a utilização dessa categoria de trabalhadores pelos produtores, além de possibilitar a redução de custo dessa mão-de-obra.

Para a análise das formas de contratação e utilização da mão-de-obra rural, a DIRA de Ribeirão Preto foi dividida em 5 regiões correspondentes aos 6 produtos agrícolas de grande importância econômica: cana, laranja, café, soja, milho e leite. Foram aplicados questionários com proprietários rurais e empreiteiros de mão-de-obra nas regiões especificadas. Verificou-se que as formas de utilização, de contratação e intermediação de mão-de-obra variam com o tipo de produto, dependem do nível tecnológico de produção e do grau de especialização das propriedades rurais e região. Na região da soja, milho e do leite as propriedades empregam relativamente pouca mão-de-obra sendo essa principalmente da categoria permanentes. Já na região da laranja, café e cana o emprego de mão-de-obra é maior e grande contingente de trabalhadores temporários é ocupado principalmente no período da colheita.

Os volantes utilizados pelas propriedades da soja, milho e leite normalmente não têm vínculo formal de emprego e são arregimentados pelos empreiteiros autônomos. Na região do café os volantes também não têm contrato de trabalho assinado e são arregimentados principalmente pelos empreiteiros autônomos e Cooperativa de Trabalhadores Rurais Volantes. Na região da laranja e cana, no período da colheita, é mais freqüente a realização de contrato de trabalho entre o volante e o empregador. Nessas duas regiões, atuam na arregimentação da mão-de-obra o empreiteiro autônomo, o empreiteiro empregado, as firmas de empreita de mão-de-obra e o proprietário.

O mercado de trabalho volante regional tende a apresentar-se de forma mais estruturado nas regiões da cana e da laranja, passando pela região do café e depois da soja e milho. A evolução das formas de contratação de mão-de-obra na cana e laranja tem se dado no sentido da formalização do vínculo empregatício pelo empregador, que passa assim a ter maior controle sobre a mão-de-obra de que necessita

PATTERNS OF LABOR USAGE AND HIRING PROCEDURES UNDER DIFFERENT
TYPES OF FARM PRODUCTION ORGANIZATION

Maria Madalena Zocoller Borba

Adivser: Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

SUMMARY

This dissertation deals with the organization of the rural labor market and its relationships with the socio-economic changes which took place in the Region of Ribeirão Preto, State of São Paulo. This region is characterized by an highly capitalized and developed agricultural sector. In this region there are major producing areas in sugar-cane, oranges, coffee, soybean, corn and milk.

The objective of the present work is to analyse the rural labor market considering the interaction among the organization of the agricultural production, labor use and hiring practices. The major contribution of the present work is a detailed description of the rural labor market based on primary data.

The results showed that the organization of the labor market and hiring practices are related to the degree of firms specialization, the product, technology and the degree of association to the agribusiness sector.

1 - INTRODUÇÃO

1.1. O Mercado de Trabalho Regional

Têm-se observado, nas últimas décadas, mudanças na utilização, na composição e na organização da força de trabalho na agricultura brasileira. Essas mudanças têm ocorrido de forma acentuada nos Estados do Sul do país e em certas regiões dentro desses Estados, onde a utilização do capital no campo tem-se dado com maior intensidade. Essas mudanças podem ser provocadas pela crescente especialização ao nível de regiões relativamente pequenas, que tendem a se caracterizar por formas de organização da produção agropecuária razoavelmente homogêneas e bastante relacionadas com os demais setores econômicos regionais.

O presente trabalho desenvolve-se na Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, a qual se constitui numa das regiões agrícolas mais dinâmicas e importantes do Estado de São Paulo. Essa parte do território paulista apresenta um alto nível de tecnificação e capitalização, caracterizando-se por alto grau de mecanização e pelo uso generalizado de adubos e outros insumos modernos. Ocupa, em média, cerca de 32% da mão-de-obra agrícola do referido Estado, dos quais 75% constituem-se de trabalhadores assalariados (FIBGE, 1984).

Nessa DIRA destacam-se 6 produtos agrícolas: cana, laranja, café, soja, milho e leite. A área ocupada por essas culturas e pela pastagem abrange cerca de 84% da área explorada da região (IEA, 1980). Esses produtos não se encontram distribuídos de forma homogênea por toda a DIRA, havendo uma especialização da produção em sub-regiões dentro dela.

O padrão de relação de trabalho existente nessa agricultura regional é o assalariamento tanto na forma de trabalhadores volantes como de empregados permanentes. O nível e a proporção do emprego dessas duas categorias de trabalhadores rurais são variáveis em cada atividade produtiva agrícola.

As culturas da soja e do milho apresentam praticamente todas as fases de cultivo mecanizados. Especialmente a primeira cultura requer um pequeno contingente de trabalhadores relativamente às demais. A mão-de-obra requerida é basicamente a qualificada (tratorista, operador de colhedeira, etc), sendo permanentemente empregada na unidade produtiva, embora se use ocasionalmente a mão-de-obra volante.

A atividade leiteira tem como característica a

exploração intensiva da área de pastagem, sendo empregada relativamente pouca mão-de-obra que também deve ser mais especializada e geralmente é mantida estável na propriedade durante todo o ano.

As culturas da cana-de-açúcar, da laranja e café, por outro lado, empregam grande contingente de mão-de-obra. Nessas culturas, apesar do nível de mecanização ser elevado no preparo do solo, plantio e tratos culturais, a colheita é ainda dependente do trabalho manual, o que exige elevado contingente de trabalhadores. Essa mecanização parcial das atividades agrícolas tende a aumentar a variação estacional das necessidades de trabalho, sendo possível distinguir dois períodos de utilização de mão-de-obra temporária: o da safra, que emprega muitos trabalhadores volantes, e o da entressafra, onde a ocupação da mão-de-obra é reduzida.

Enquanto a mão-de-obra qualificada tende a contar com maior estabilidade de emprego durante o ano, a relação de emprego entre volante e empresário rural caracteriza-se pela instabilidade e informalidade do vínculo empregatício. Os volantes, em geral, trabalham sem carteira assinada em várias propriedades por curto período de tempo, alternando período de emprego com de desemprego. Residem nos centros urbanos, distantes do local de trabalho e se locomovem em caminhões, diariamente, a fim de executar tarefas de acordo com as épocas de necessidades de mão-de-obra das fazendas.

Normalmente, a relação de emprego entre volante e produtor rural tende a ser intermediada pelo empreiteiro de mão-de-obra. O empreiteiro de mão-de-obra ou "gato", que não tem relação formal de emprego com quem contrata seu serviço,

ajusta volantes sem vínculo empregatício, é conveniente para o proprietário na medida em que tende a organizar a força de trabalho, pois o proprietário, ao dispensar o trabalhador residente, perde o contato com a mão-de-obra da qual ainda é dependente. A utilização do empreiteiro pelo proprietário rural também se apresenta como uma forma de descaracterizar a vinculação trabalhista existente e, assim, eximir o fazendeiro dos encargos dela resultante.

O empreiteiro desempenha as funções de arregimentar, transportar, fiscalizar, pagar e gerenciar os volantes. Esse empreiteiro, que é autônomo, acaba por controlar parcela considerável de trabalhadores volantes e por ter certa autonomia nesse mercado de trabalho, influenciando, na sua organização. Esse controle tende a lhe garantir poder de pressão sobre os proprietários rurais, principalmente nos períodos de maior demanda de mão-de-obra. Pode também ser utilizado para pressionar os trabalhadores volantes para que aumentem o rendimento físico, mesmo que isso provoque a queda da qualidade do serviço efetuado, pois seu ganho depende da remuneração dos trabalhadores que transporta. Nota-se assim que seu interesse nem sempre é coincidente com o dos proprietários, porém a sua atuação tende a se estabelecer fundamentalmente de acordo com o interesse destes últimos.

lante, vem sofrendo transformações relativamente rápidas ao longo dos últimos anos. Vários fatores parecem estar associados às mudanças na forma de intermediação, como o tipo de produto, o grau de especialização das propriedades rurais e da região e do nível de tecnologia adotado.

O interesse principal desta pesquisa é o de apresentar evidências a respeito da interação entre as diversas formas de organização da produção e do mercado de trabalho rural. Propõe-se mostrar como o tipo de produto, a tecnologia empregada na sua produção e o grau de desenvolvimento não agrícola das regiões tendem a influenciar as formas de utilização e contratação de mão-de-obra agrícola.

1.2. Objetivos

Na presente pesquisa procura-se estudar o mercado de trabalho agrícola considerando, para cada região caracteristicamente produtora de cana, laranja, café, soja, milho, leite, a interação entre a organização da produção agrícola, a utilização de mão-de-obra e as formas de contratação dos trabalhadores rurais.

Juntamente com a análise das formas de contratação dos trabalhadores temporários, procura-se discutir as formas de intermediação de mão-de-obra nesse mercado de trabalho.

Também objetiva-se relacionar as transformações na agricultura da DIRA de Ribeirão Preto com aquelas observadas no mercado de trabalho. Aqui procura-se analisar as mudanças na composição da produção, na posse da terra e na tecnologia agrícola, associando-as com as alterações no mercado de trabalho referentes à utilização da mão-de-obra, e à composição da força de trabalho. Busca-se, nessa análise, identificar quais foram os fatores que contribuíram para a configuração

ção do atual mercado de trabalho agrícola, isto é, a ocorrência de elevado contingente de trabalhadores assalariados.

Uma discussão resumida da evolução da legislação no campo, também será apresentada.

1.3. Metodologia

As análises desenvolvidas no presente trabalho partem de dados tabulados de duas fontes básicas de informações: a secundária, que inclui dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA), e a primária, cujos dados foram obtidos através de questionários realizados junto aos produtores e intermediários de mão-de-obra da Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto (DIRARP), além de entrevistas informais com técnicos da DIRA, das Delegacias Regionais, Casa da Agricultura e outras instituições como cooperativas no ano 1982/83.

Os dados secundários foram coletados dos Censos Agropecuários de 1940 a 1980, do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1940. Também foram utilizadas as publicações Informações Econômicas e Agricultura em São Paulo do IEA, além de consultas ao arquivo desse Instituto referente ao período de 1940 a 1950.

Como o campo empírico da presente pesquisa refere-se à DIRA de Ribeirão Preto, agruparam-se as informações do Censo pelos municípios de forma a compor a referida região. Desde 1970, a DIRA é composta de 80 municípios. De 1940 a 1970

33 municípios dessa região foram desmembrados. Apenas um município após a emancipação deixou de pertencer a essa região, sendo, portanto, pouco significativa tal alteração ao nível regional. No geral, os dados secundários são utilizados de forma agregada, considerando-se a DIRA de Ribeirão Preto como um todo. Apenas as análises referentes à ocupação da mão-de-obra na agricultura regional, esses dados aparecem decompostos ao nível de alguns municípios.

Previamente à aplicação dos questionários junto aos produtores e intermediários de mão-de-obra, procurou-se definir a população a ser estudada. Para isso, a DIRA de Ribeirão Preto foi dividida em regiões onde se concentram as principais atividades agrícolas: cana, laranja, milho, soja e leite. Os dados apresentados no quadro I mostram a importância destes produtos agrícolas selecionados, destacando-se entre os produtos de origem vegetal a cana (32,8% do valor da produção vegetal) e os de origem animal o leite (45,9% do valor da produção animal).

A divisão das regiões foi realizada com auxílio da equipe de técnicos (agrônomos) da DIRA de Ribeirão Preto e não apresentou maiores dificuldades, dado que é característica nessa DIRA a especialização das regiões nos produtos acima referidos.

Desta forma, ficou assim representada a DIRA quanto aos 6 produtos:

a) região da cana:	Região de Jaboticabal
b) região da laranja:	Região de Bebedouro
c) região do café:	Região de Franca
d) região da soja e milho:	Região de Orlandia
e) região do leite:	Região de São Carlos.

Quadro I - Área cultivada e valor da produção das principais atividades agrícolas da DIRA de Ribeirão Preto, SP ano de 1980.

Atividades	Área (ha) (a)	Valor da Pro dução (b) (Cr\$ 1000)	% do valor da produ ção vegetal/ou ani mal do Estado de São Paulo
cana	508.000	15.904	32,8
laranja	244.850	7.254	15,0
café	156.932	5.735	11,8
soja	303.300	4.799	9,9
milho	188.900	3.488	7,2
leite (pasto)	1.252.062	4.070	45,9

Fonte: (a) Instituto de Economia Agrícola, 1980

(b) FIBGE - Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, 1984.

Tais regiões envolvem não apenas os municípios de suas denominações, mas também os circunvizinhos.

Os dados do Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1980 confirmam a regionalização apresentada. Nos municípios de Franca e Itirapuã, o café responde por 44% e 50% do valor total da produção agropecuária, respectivamente, sendo o produto mais importante desses municípios. Em Jaboticabal, Guariba e Pradópolis, a cana é relativamente o produto de maior expressão econômica participando de 72%, 96% e 87% do valor total da produção agropecuária, respectivamente. Em Bebedouro, Taiuva, Taiaçu, Monte Azul Paulista e Colina, a laranja assume a liderança respondendo por 82%, 46%, 57%, 84% e 47% do

valor total da produção agropecuária, respectivamente. Nesses 5 municípios, se o limão e a tangerina fossem considerados, o percentual acima apresentado poderia ser elevado consideravelmente. Em Ipuã e Morro Agudo, a soja e o milho são os produtos mais importantes, participando com 71% e 43% do valor total da produção agropecuária respectivamente. Finalmente, o município de São Carlos destaca-se na produção de leite com o leite representando 24% do valor total da produção agropecuária e 35% do valor da produção animal.

Posteriormente à regionalização da DIRA, encontrou-se em contato com técnicos da Secretaria da Agricultura e de outras entidades como cooperativas e associações de produtores das respectivas regiões selecionadas para se obter informações gerais sobre as formas de produção mais comuns do(s) produto(s) característico(s) de cada região, sendo observada especialmente a tecnologia adotada e as formas de contratação dos trabalhadores agrícolas, inclusive as formas de mão-de-obra volante.

A partir desse conhecimento adquirido, selecionaram-se propriedades características de cana, de café, de laranja, de soja e milho e do leite, bem como os intermediários de mão-de-obra atuantes em cada região, formando-se uma amostra intencional.

As propriedades de café, laranja, leite, soja e milho foram classificadas em dois grupos gerais denominados de alta e média tecnologia, segundo os técnicos regionais entrevistados. Na cana-de-açúcar, o critério de seleção foi por produção e categoria de produtor (usineiro e fornecedores),

pois o padrão tecnológico parece ser o mesmo entre os produtores de cana, segundo os trabalhos de MELLO & ARRUDA (1981) e QUEIROZ (1981) realizados na DIRA de Ribeirão Preto.

A seleção dos intermediários de mão-de-obra foi baseada nas formas de intermediação mais comuns identificadas em cada região.

Desta forma, os dados primários da pesquisa referem-se a 20 produtores e 10 intermediários de mão-de-obra, sendo a distribuição por região apresentada no quadro 2.

O número de questionários levantados, como mostra o quadro 2, não foi igual em todas as regiões, pois dependeu da especificidade de cada região na organização da produção e também da dificuldade de se obter as informações desejadas junto aos produtores e intermediários de mão-de-obra. Procurou-se selecionar os entrevistados que melhor informassem, pois este é um fator importante considerando-se que a amostra é intencional e, portanto, não se pretende que os dados tenham representatividade estatística do universo analisado.

Os questionários realizados com produtores contêm informações gerais do produtor e da sua propriedade. Especificamente, as informações sobre a propriedade são: área total; área explorada; área cultivada; produção por cultura; técnicas utilizadas na produção; categoria e número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas; emprego mensal da mão-de-obra durante um ciclo produtivo do produto característico da região; operações em geral realizadas na propriedade; evolução

Quadro 2 - Composição da amostra de produtores e intermediários entrevistados na DIRA de Ribeirão Preto, SP, ano 1983

Regiões	Produtores			Intermediário de mão-de-obra		
	Nº Total	Tecnologia		Nº Total	Autô- nomos ^c	Emprega- dos ^d
		Alta				
1. Cana	5		+	4	3	
2. Laranja	4	2				2
3. Café	4	3			2	0
4. Soja e milho	4		3			0
5. Leite	3	2		0	0	0
<hr/> Total	20	9	11	10		

OBS: a. usina

b. fornecedores, sendo pequeno (produção de menos 5.000 ton.); 1 médio (produção de 5.000-15.000 ton.); 1 grande (produção de 5.000-50.000 ton.); 1 macro (produção de mais 50.000 ton.).

c. autônomos: firma de empreita de mão-de-obra, empreiteiro típico ou autônomo ou "gato" e Cooperativa de Bóias-Frias.

d. empregados: empreiteiro-feitor e empreiteiro individual.

da composição da mão-de-obra, da produção, das técnicas de produção num período de 5 anos antecedentes à entrevista; evolução das formas de contratação, de pagamento dos trabalhadores assalariados e algumas questões das condições de trabalho (transporte, acidentes, etc.) da mão-de-obra empregada nas fazendas.

Nos questionários levantados junto aos intermediários de mão-de-obra volante, o conteúdo básico foi referente à origem do empreiteiro, a sua atuação na contratação da mão-de-obra volante (fiscalização, arregimentação, e pagamento), o cronograma e duração dos tipos de serviços que realiza durante o ano, o seu vínculo empregatício e a sua forma de remuneração, tipo de prestação de serviço (empreita, ou tarefa e diária) e remuneração dos volantes.

1.4. Referência Teórica

O mercado de trabalho rural tende a passar por um processo de transformação à medida que a produção agrícola volta-se mais para o mercado e utiliza de modo mais intensivo o capital. Nesse processo constata-se mudanças do nível total de emprego da mão-de-obra, alterações na composição da força de trabalho que se inclina ao assalariamento puro, mudanças na forma de organização do trabalho, alterações na exigência de qualificação da mão-de-obra, alterações na sazonalidade de emprego e na forma de contratação da mão-de-obra, entre outras. Essas mudanças no mercado de trabalho resultam da transformação da empresa agrícola que tende a passar por um processo de reestruturação da produção.

Transformação importante decorrente do desenvolvimento agrícola e do mercado de trabalho foi a monetarização das relações de trabalho no campo. À medida que a agricultura foi se transformando, ocorreu a separação de grande contingente de trabalhadores, do meio de produção, a terra, aparecendo uma oferta abundante de mão-de-obra dependente apenas do salário monetário para sobreviver (BRANT, 1977). As relações tradicionais de produção através das quais os trabalhadores produziam sua subsistência, tenderam a ser eliminadas.

A evolução na relação de produção está associada ao desenvolvimento do mercado de alimentos. Quando o mercado de alimentos se desenvolve juntamente com o processo de urbanização, surge a possibilidade do trabalhador comprar bens alimentícios necessários ao seu sustento. Os trabalhadores residentes que dedicavam parte de seu tempo ao cultivo desses bens são dispensados dessa obrigação e também das unidades produtivas.

O cultivo dos bens alimentícios que se realizava subsidiariamente a grande produção, nas grandes unidades produtivas, pelos trabalhadores residentes, passa a ficar a cargo das menores unidades produtivas. Enquanto para a grande propriedade isto significa a possibilidade de maior especialização da produção e maior eficiência econômica, para o trabalhador pode implicar no desemprego sazonal (KAGEYAMA, 1982).

A existência de um excedente de população economicamente ativa torna desnecessária a permanência do trabalhador no interior dos estabelecimentos, sendo a mão-de-obra residente substituída pela temporária que passa a ser demandada apenas nos períodos de necessidade de braços pelas fazendas.

Historicamente o caráter sazonal da demanda de mão-de-obra, inerente ao próprio processo produtivo agrícola, era contornado de várias formas pelas grandes unidades produtivas. Uma forma era ocupar a mão-de-obra na produção de sua própria subsistência. Os colonos, bem como os pequenos parceiros e pequenos arrendatários, tinham o compromisso de prestação de serviços, como diaristas, nas terras do proprietário quando este desejasse. Normalmente, no plantio e na colheita aumentava a demanda de braços e aí essa mão-de-obra era requisitada continuamente. Outra forma era contratar mão-de-obra dos pequenos proprietários próximos à grande fazenda ou de locais vizinhos que migravam periodicamente em busca de trabalho. Esses trabalhadores tinham em comum o acesso a uma parcela de terra e períodos de assalariamento temporário no ano.

No caso do pequeno proprietário, o seu assalariamento ou de membros da sua família, temporariamente, aparece como forma de complementar a renda familiar, devido a insuficiência de área própria para o cultivo.

Entre os pequenos produtores independentes, o mutirão era uma forma usada de suprir as necessidades de mão-de-obra nos períodos de maior demanda de braços. Os pequenos produtores socorriam-se mutuamente nas épocas de colheita e em serviços extraordinários com a troca de dias de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Com a expansão do modo de produção capitalista ao campo, esses mecanismos de suprimento de mão-de-obra à grande propriedade, e também à pequena, tendem a desarticular-se ficando mais evidente a sazonalidade de emprego na agricultura.

O aumento do custo de oportunidade da terra tem efeito sobre a produção de subsistência, expulsando-a para regiões mais distantes. Para o grande produtor capitalista torna-se mais vantajoso do ponto de vista econômico pagar salário monetário aos trabalhadores do que ceder terra para que esses dela tirem seu sustento. Por outro lado, a pequena propriedade vai sendo absorvida pela grande, ou é transformada numa grande exploração, ainda que pequena em área, torna-se grande em valor da produção gerada, pois tende a produzir mercadorias agrícolas de alto valor comercial.

O suprimento de mão-de-obra às propriedades faz-se basicamente através do assalariamento puro, especialmente pelo uso do trabalhador temporário, volante.

A agricultura passa por um processo de modernização verificando-se a substituição de atividades menos lucrativas por outras mais lucrativas, a intensificação da produção pela utilização de adubos, defensivos, sementes selecionadas, máquinas, etc., especialização das propriedades e das regiões e a liberação de mão-de-obra em apenas parte do ciclo das principais culturas.

agrícola, especialmente a mecanização, não permitindo a substituição do homem de forma integral no processo produtivo, passou a afetar o perfil de absorção de mão-de-obra. Nas principais culturas (café, laranja, cana), a mecanização dá-se parcialmente. Enquanto a mecanização dos tratos culturais torna menor o uso de mão-de-obra, a colheita ainda realizada predominantemente de forma manual, exige grande quantidade de braços. Nesse contexto, a sazonalidade agrava-se especialmente à medida que as re

groes vão se especializando num determinado produto. Este fato estimula o proprietário a intensificar o uso do trabalhador temporário nas épocas de maior necessidade de mão-de-obra na fazenda e a dispensar parcela dos empregados permanentes.

Nas propriedades rurais tende a permanecer a mão-de-obra que realiza tarefas mais qualificadas como as de operação de máquinas, etc. O mercado de trabalho qualificado por ser mais restrito passa a conferir maior estabilidade de emprego a esses trabalhadores (BRANT, 1977).

A mão-de-obra não qualificada, por outro lado, vai sendo excluída da categoria dos empregados permanentes, sendo substituída pelas máquinas e produtos químicos e apenas esporadicamente é requisitada a participar do processo produtivo. "Do ponto de vista do trabalhador não-qualificado, a regra geral passou a ser a procura constante, em muitos casos cotidiana, de emprego. Entre aqueles que conseguem evitar os períodos prolongados de desocupação, é comum a diminuição da semana de trabalho para três ou quatro dias, seguidos ou alternados" (BRANT, 1977:85-86).

Para organizar essa mão-de-obra, que é volante, surge o empreiteiro que tem a função de arregimentar, fiscalizar, transportar e pagar os trabalhadores. mão-de-obra tende a assumir várias formas de acordo com os interesses da classe patronal.

Os trabalhadores volantes tende a perambular em busca de trabalho ora no meio rural, ora no urbano, o que acaba por conduzir à unificação do mercado de trabalho não qualificado rural-urbano. Essa unificação tem duas conseqüências

importantes. Apesar de teoricamente apresentar-se como uma perspectiva de ampliação da oportunidade de emprego para o trabalhador temporário, pode ampliar a insegurança de sobrevivência imediata desse trabalhador, que fica sujeito a alterações conjunturais de emprego, tanto do meio rural como do urbano. A esse respeito BRANT (1977:86-87) coloca: "Alguns tentam escapar dessa sorte, ligando-se a determinados empreiteiros de mão-de-obra fazendo-se conhecer como exemplos de produtividade, disciplina ou dedicação ao trabalho. Essa ocorrência individual entre os trabalhadores não diminui, antes aumenta, a insegurança de todos. Alguns tentaram a experiência migratória para centros maiores, esperando encontrar aí emprego fixo e segurança econômica. Mas a baixa qualificação, que é a condição comum dessa força de trabalho, torna difícil o sucesso da tentativa: o ritmo do crescimento do emprego em tarefas não qualificadas nos maiores centros urbanos não autoriza esperanças generalizadas,..."

A outra consequência da unificação do mercado de trabalho é a tendência ao nivelamento "por baixo" do preço da força de trabalho. O excedente de mão-de-obra não qualificada criado pelo desenvolvimento do setor agrícola, aliado as perspectivas de baixo crescimento do emprego urbano para essa categoria de trabalhadores, tendem a rebaixar o salário urbano unificando os custos com a mão-de-obra na cidade e no campo. Essa unificação vem facilitar a acumulação tanto no meio urbano como no rural.

2 - TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA E DO MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA: 1940 À 1980

A hipótese básica desta pesquisa é a de que o mercado de trabalho acompanha as transformações na agricultura. Neste capítulo, busca-se apresentar resumidamente as principais transformações verificadas na agricultura regional (DIRA de Ribeirão Preto).

2.1. Composição da Produção

A estrutura produtiva da DIRA de Ribeirão Preto tem seu eixo central no setor primário. O predomínio desse setor reflete-se tanto na composição do emprego, quanto no tipo de indústria aí instalada. Com relação à composição do empre

go, o setor primário em 1977 absorvia 52,7% da mão-de-obra empregada na região enquanto o setor secundário empregava 24,8% e o terciário 22,4% (SEP, 1978).

A indústria regional que se implantou visando complementar as atividades do setor primário baseou-se na agroindústria de gêneros alimentícios, de calçados, de e de bebida, que absorvem aproximadamente 76% do pessoal ocupado no setor secundário (SEP, 1978). A indústria de calçados caracteriza-se por utilizar de forma mais intensiva obra, em relação ao capital empregado. Ao lado da agroindústria, destacam-se também a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas e elétricos que, implantados segundo os mais modernos padrões tecnológicos, utilizam capital intensivamente. Toda a atividade industrial regional concentra-se especialmente nos municípios de Ribeirão Preto, São Carlos, Franca, Araraquara, Barretos, Sertãozinho, Jaboticabal, Matão, Bebedouro, Orllândia, Pontal e Pradópolis, os quais se localizam próximos à Rodovia Anhanguera ou à Rodovia Washington Luiz, contando, portanto, com facilidades de deslocamento das matérias-primas e dos produtos transformados. Na maioria desses municípios, devido à industrialização, encontra-se também maior contingente populacional no meio urbano (ANTUNIASI, 1982).

Em termos de comércio, o setor varejista destaca-se como o mais dinâmico e o que mais absorve mão-de-obra em comparação com o comércio atacadista que tem sua atividade regional limitada por estar próximo ao grande centro atacadista, que é a Grande São Paulo (SEP, 1978).

No setor primário, sobressaem na estrutura produtiva as atividades de origem vegetal, as quais contribuem

com 78,4% do valor da produção gerada no setor (FIBGE, 1984). Essa elevada participação do valor da produção vegetal é reflexo do desenvolvimento de uma agricultura intensiva, de alto nível tecnológico, a qual se destaca no contexto estadual não apenas pelo volume de produção, mas também pela qualidade dos produtos obtidos.

Entre as atividades agrícolas, as lavouras de cana, laranja, café, soja e milho ocupam posição relevante na região, respondendo por cerca de 68,8% do valor total da produção vegetal. Somando-se a esses produtos algodão, amendoim e arroz, o percentual passa para 92% do valor total da produção vegetal (FIBGE, 1984).

A efetiva ocupação da DIRA de Ribeirão Preto ocorreu no final do século XIX e início do presente século com a expansão da lavoura cafeeira. Encontrando condições de solo fértil e clima favorável, o café ocupou toda a região compreendida pela DIRA de Ribeirão Preto e já nas primeiras décadas do século XX, essa região tornou-se a mais importante área de produção de café do Estado de São Paulo e também já contava com a quinta parte da população desse Estado (ANTUNIASI, 1982).

Contribuiu para essa ocupação a vinda de grande contingente de pessoas de regiões vizinhas (por exemplo Campinas), onde o café já estava em declínio e também o grande número de imigrantes, principalmente italianos que se fixaram na sua maioria no meio rural. As propriedades de café, com colônias abrigando muitas famílias de trabalhadores e funcionando como unidades quase auto-suficientes, davam à região característica essencialmente rural.

Com a cultura do café, chegou à DIRA o meio de transporte ferroviário - Estrada de Ferro Mogiana até Ribeirão Preto, em 1883 e em 1900 até Franca - que além de permitir o escoamento da produção, também garantia o abastecimento da região e o deslocamento dos imigrantes que ocupavam áreas, principalmente ao redor dessas vias de comunicação (SEADE, 1981).

O avanço da lavoura do café às terras novas dessa divisão regional ia ocorrendo gradualmente à medida que a produtividade dos cafezais mais velhos declinava. Os solos "cansados" deixados pelo café iam sendo ocupados com outras culturas (cereais, algodão) e/ou com a pecuária.

A produção de alimentos, que se destinava a suprir as necessidades básicas da mão-de-obra ocupada na cultura do café, era realizada subsidiariamente em áreas pouco férteis ou intercalares ao café novo.

O tipo de relação de trabalho predominante nas fazendas de café era o colonato. Esse regime de trabalho, segundo BRANT (1977), apresentava-se como mais adequado para as áreas pioneiras e pouco povoadas. O colono, além de cuidar de um certo número de pés de café, produzia parte dos gêneros alimentícios que consumia, algumas vezes por conta própria e mais freqüentemente em parceria com a fazenda. O fato de o colono produzir parte de sua alimentação cumpria dupla função. Uma função era de permitir a fixação da força de trabalho escassa no interior da unidade produtiva, pois o colono, cultivando os alimentos básicos, mantinha-se ocupado durante todo o ano na fazenda. O tempo de trabalho dedicado à produção de alimentos era o sobranço do cultivo do café. Ao mesmo tempo em que a mão-de-obra fixava-se produzindo os alimentos nas fazendas,

era possível manter o salário monetário abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

Com a crise de 1929, o café começou a ser lentamente substituído, favorecendo, assim, a diversificação das atividades agrícolas, que passaram a sustentar o desenvolvimento dessa região, evitando o abandono das terras. Essa diversificação, no entanto, não ocorreu uniformemente, sendo que em alguns locais a pecuária passou a ocupar as áreas de café. Em outros locais, o café foi substituído pelo algodão, cana e cereais que passaram a ser cultivados em estabelecimentos agrícolas menores. Desta forma, com o declínio do café, começa na região a fase policultora acompanhada de melhoria na distribuição da posse da terra.

Contudo, com a diversificação das culturas, o aumento do número de estabelecimentos menores, a expansão de novas culturas que necessitavam de menos mão-de-obra permanente do que o café e a substituição do café pelo pasto nas grandes propriedades que permaneceram, ocorreu a dispensa de parcela da mão-de-obra residente nas áreas rurais. A única opção, para essa mão-de-obra dispensada continuar na região, foi transferir-se para os centros urbanos, que já apresentavam alguma estrutura, face ao desenvolvimento proporcionado pelo café (SEADE, 1981). Acelera-se, assim, nessa região, o processo de urbanização, bem como inicia-se o processo de substituição da mão-de-obra permanente por temporária nos estabelecimentos rurais, que se estende até os dias atuais.

Em 1940, praticamente todas as terras compreendidas pela DIRA de Ribeirão Preto já haviam sido ocupadas por 25.762 estabelecimentos (quadro 3). A área total dos estabele

Quadro 3 - Utilização do solo na DIRA de Ribeirão Preto, no período de 1940 a 1980

Ano	Área total (ha)	Área Explorada *			Lavouras			Cult. Permanentes			Cult. Temporárias			Pastagem			Past. Natural		Past. Artificial	
		Área (ha)	% da área total	Área (ha)	% da área expl.	Área (ha)	% da área expl.	Área (ha)	% da área lav.	Área (ha)	% da área lav.	Área (ha)	% da área expl.	Área (ha)	% da área de pasto	Área (ha)	% da área de pasto			
1940	25.762	3.286.086	86,35	2.837.663	28,36	804.822	371.975	46,12	432.847	53,78	1.719.816	60,61								
1950	20.931	3.297.927	85,05	2.804.764	26,59	745.808	262.032	35,13	483.776	64,86	1.853.295	66,07	1.276.130	63,86	577.165		31,14			
1960	25.301	3.293.133	87,30	2.875.015	28,68	824.690	237.128	28,75	587.562	71,25	1.630.717	56,72	989.037	60,65	641.680		39,35			
1970	32.473	3.392.038	89,89	2.881.260	38,69	1.114.753	201.843	18,11	912.910	81,29	1.657.608	57,73	1.045.029	63,04	612.579		36,96			
1975	29.410	3.358.851	94,37	3.169.786	53,86	1.707.404	336.597	19,71	1.370.807	80,28	1.449.016	45,71	766.210	52,88	682.806		47,12			
1980	20.004	3.373.168	93,14	3.141.874	53,29	1.674.537	443.325	26,48	1.231.211	73,52	1.220.843	38,85	444.435	36,40	776.407		63,60			

Fonte: FIBGE - Censo Econômico de São Paulo, 1950; Censo Agrícola do Estado de São Paulo, 1967; Censo Agropecuario de São Paulo, 1975, 1979, 1984.

OBS: * área explorada = área de lavoura + área de pastagem + área de florestas.

cimentos rurais atingia 3.286.086 ha, cerca de 90% do território regional, superfície ligeiramente inferior aos 3.373.168 ha (92% do território) ocupados pelos estabelecimentos existentes em 1980. Enquanto a área total não sofreu mudanças consideráveis, a área explorada apresentou ligeira tendência de crescimento, pois já em 1940 constata-se um nível de exploração regional das terras bastante elevado. A área explorada, que era 86,3% da área total dos estabelecimentos em 1940, passa para 93,1% em 1980, indicando que a utilização do solo cresceu pouco ao longo desses 40 anos.

Apesar de em termos agregados a área explorada não ter apresentado modificações consideráveis, as transformações na utilização do solo ficam evidentes quando se analisa a área de lavouras (permanente e temporária) e de pastagem. Durante esse período de 40 anos (1940 a 1980), praticamente ocorreu substituição da área de pastagem pela área de lavouras. A área de lavouras que respondia por 28,4% da área explorada em 1940, aumentou de participação, passando para 53,3% em 1980, enquanto a superfície de pastagem reduziu de 60,6% em 1940 para 38,8% em 1980. Cabe ressaltar, no entanto, que o crescimento absoluto e relativo da área de lavouras não foi uniforme no período analisado. Apenas na década de 70 é que a área de lavouras passa a ocupar papel de destaque na estrutura produtiva regional, com a queda efetiva da área ocupada pela pastagem. Até 1970, ocorreram períodos em que a superfície destinada pastagem expandiu-se, coincidindo exatamente com o declínio da lavoura cafeeira. No período de 1940/50, acredita-se que a expansão da superfície de pasto, em parte, foi decorrente da extensão dos efeitos da crise de 29 que abalou profundamente a

cafeicultura regional. No período de 1960/70 o aumento da área de pastagem foi menos expressivo, estando associado com a política de erradicação dos cafezais velhos. Nesse segundo período, apesar da redução da área de café, a área de lavouras cresceu ocupando área de matas e florestas que passaram a responder por apenas 3,6% da área total explorada da DIRA.

Analisando mais detalhadamente os aumentos da área de lavouras, nota-se no quadro 3, que estes se explicam basicamente pela expansão da área de culturas temporárias que passaram a ocupar as áreas de pastagem, e inclusive a substituir as áreas de culturas permanentes. As culturas permanentes, que ocupavam 46,1% da área total de lavoura em 1940, reduziram de importância, passando para 18,1% em 1970 e 26,5% em 1980. Esse declínio das culturas permanentes, principalmente até 1970, é sobretudo consequência da retração da área de café. A área efetiva de café caiu para a metade na década de 40. No ano de 1950 existiam cerca de 234.000 ha de café na região, em 1960, 192.000 ha e em 1970, 82.000 ha. Em 1950, a cafeicultura ocupava área correspondente a 89,4% da área das culturas permanentes. Em 1960, caiu para 81% e em 1970, reduziu para 37,9%, sendo superada pela laranja.

De 1970 até 1980, a área de café volta a crescer, pois com o programa de estímulo à renovação dos cafezais velhos, novas plantações foram surgindo ao nível da DIRA e concentrando-se principalmente na região de Franca. Apesar da ampliação da área cultivada com café, a sua participação na área das culturas permanentes manteve-se. Nesse período, a área de laranja passou de 47,6% em 1970 para 51,7% em 1980. Concomitantemente ao crescimento de área citrícola, expande-se o mercado

de frutas "in natura" e, sobretudo, a indústria de suco para exportação na região de Bebedouro, que atualmente é uma das mais importantes do Estado de São Paulo.

A ampliação da área de culturas temporárias, de 432.847 ha em 1940 para 1.231.211 ha em 1980, foi acompanhada por mudanças na importância entre os diversos produtos afins. Enquanto em 1950, arroz, milho e algodão ocupavam quase a totalidade das áreas cultivadas com culturas temporárias, em 1980 assume liderança a área de cana, soja e milho.

O desenvolvimento do parque agroindustrial açucareiro, motivado pelo restabelecimento e dinamismo do mercado interno e externo nas décadas de 50 e 60, é que impulsionou grandemente a expansão da área da cana, principalmente nessa última década (IANNI, 1976).

No período de 1960 a 1970, o crescimento da área de lavoura temporária foi decorrente da grande expansão da área de cana, da penetração e desenvolvimento da soja e também do aumento da área de milho, algodão e arroz em menor escala.

A expansão das áreas de milho, especialmente, e de algodão e arroz, está associada ao programa de erradicação dos cafezais. A área liberada pelo café era ocupada em geral pelo milho, algodão ou arroz, sendo muitas vezes essas culturas utilizadas como transição para a pecuária. Após a erradicação do café, era prática comum entre os fazendeiros ceder parte das áreas para parceiros ou arrendatários, para explorarem culturas anuais sob a condição das terras serem devolvidas com o capim formado após a retirada da última colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Durante os primeiros cinco anos da década de 70, a soja, especialmente, e a cana foram responsáveis pela ampliação da área de lavoura temporária. A expansão da área de cana e da soja deu-se através da substituição da área de pastagem, e das áreas das culturas: arroz, milho e algodão (CAMARGO, 1983). Essa foi tão intensa que o milho e algodão que respondiam por 35,8% e 10,7% da área de lavouras temporárias em 1970, passaram para 17,8% e 4,9%, respectivamente, em 1975.

De 1975 a 1980, com o crescimento da área das culturas permanentes (café e citros), as culturas temporárias perderam área. A área de milho, do algodão e principalmente do arroz, continuaram a decrescer tanto em termos absolutos como em importância relativa, passando a ocupar em 1980, 17,1%, 4,0% e 4,2% da área de lavouras temporárias, respectivamente. As áreas de cana e de soja, no entanto, cresceram de 69,3% e 23,4% no período de 5 anos. Em termos relativos, as superfícies de cana e soja passaram de aproximadamente 21,9% e 17,9% da área de lavouras temporárias em 1975, para 36,5% e 21,5% em 1980.

A expressiva expansão da área de cana verificada no final da década de 70 ganhou corpo com o Proálcool instituído em 1975.

De todas as lavouras temporárias, a cana, sem dúvida, ocupou posição de destaque em termos de expansão de área. Sua área, que em 1950 era de aproximadamente 42.000 ha (5,6% da área de lavouras, passa para 500.000 ha (cerca de 30% da área de lavouras) em 1980.

Também foi expressivo o desenvolvimento da soja na região que, aparecendo na década de 60, tornou-se até os

anos 1980 um dos 5 principais produtos desta DIRA, ocupando uma área aproximada de 260.000 ha em 1980, superfície bem superior aos 58.000 ha em 1970.

Essas variações das áreas cultivadas com pasto e com culturas permanentes e temporárias comentados até aqui devem ser associadas as modificações na posse da terra, as mudanças nos tipos de cultivo e nas técnicas de produção, para se poder entender as transformações ocorridas na agricultura e especialmente seus efeitos sobre o mercado de trabalho no que se refere à estrutura de absorção de mão-de-obra. Passa-se então, daqui para frente, à análise desses fatores.

2.2. Posse da Terra

A posse da terra na DIRA de Ribeirão Preto apresenta-se historicamente bastante concentrada, pois a ocupação efetiva com a cultura do café, em grandes estabelecimentos, marcou decisivamente a estrutura fundiária dessa região. No período de 1940 a 1980, pode-se observar pequena variação na área média e na distribuição da posse da terra nessa região. Entre os anos de 1940 e 1950, verifica-se através do quadro 4, que a área média dos estabelecimentos agrícolas aumentou passando de 127 ha em 1940 para 157 em 1950. Este aumento deveu-se à redução do número total de estabelecimentos e à expansão da área total por eles ocupada. Quando se analisa a estratificação dos estabelecimentos, nota-se que ocorreu, nesse período, piora na distribuição da posse da terra, pois os estabelecimentos com mais de 500 ha cresceram em importância absoluta e re

Quadro 4 - Distribuição da posse da terra por grupo de área total (ha) na DIRA de Ribeirão Preto, no período de 1940 a 1980.

estratos de área (ha)	1940		1950		1960	
	número	área	número	área	número	área
menor 5	2.274 (8,83)	7.573 (0,23)	1.213 (5,80)	4.037 (0,12)	2.188 (8,65)	7.094 (0,22)
5 - 10	2.850 (11,06)	23.131 (0,70)	1.737 (8,30)	13.932 (0,42)	2.710 (10,71)	21.821 (0,66)
10 - 100	14.975 (58,13)	566.063 (17,23)	12.200 (58,28)	484.042 (14,68)	14.262 (56,37)	549.941 (16,70)
100 - 500	4.422 (17,16)	982.120 (29,89)	4.469 (21,35)	970.609 (29,43)	4.898 (19,36)	1.115.700 (33,88)
500 - 1000	758 (2,94)	509.192 (15,50)	760 (3,63)	536.017 (16,25)	727 (2,87)	510.904 (15,51)
mais 1000	483 (1,87)	1.198.007 (36,46)	552 (2,64)	1.289.290 (39,09)	516 (2,04)	1.087.673 (33,03)
Total	25.762	3.286.086	20.931	3.297.927	25.301	3.293.133
Área média ($\bar{x}$)		127,56		157,56		130,15

Continua.....

Continuação

estratos de área (ha)	1970		1975		1980	
	número	área	número	área	número	área
menor 5	3.507 (10,80)	10.257 (0,30)	2.876 (9,78)	7.696 (0,23)	2.557 (8,82)	7.055 (0,21)
5 - 10	3.497 (10,77)	27.788 (0,82)	2.635 (8,96)	21.055 (0,63)	2.400 (8,27)	19.005 (0,56)
10 - 20	5.879 (18,10)	87.192 (2,60)	4.788 (16,30)	71.724 (2,10)	4.604 (15,90)	69.192 (2,00)
20 - 50	8.092 (24,90)	263.917 (7,80)	7.744 (26,30)	255.153 (7,60)	7.910 (27,30)	259.567 (7,70)
50 - 100	4.656 (14,30)	332.389 (9,80)	4.643 (15,80)	333.700 (9,90)	4.647 (16,00)	333.037 (9,90)
100 - 500	5.478 (16,87)	1.170.365 (34,50)	5.483 (18,64)	1.165.781 (34,71)	5.644 (19,46)	1.194.031 (35,40)
500 - 1000	814 (2,51)	561.606 (16,56)	805 (2,74)	556.374 (16,56)	765 (2,64)	530.073 (15,71)
mais 1000	550 (1,69)	938.524 (27,67)	436 (1,48)	947.368 (28,21)	477 (1,64)	961.208 (28,50)
Total	32.473	3.392.038	29.410	3.358.851	29.004	3.373.168
Área média ($\bar{X}$)		104,46		114,21		116,30

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola e Agropecuário do Estado de São Paulo, 1950, 1955, 1967, 1975, 1979 e 1984.

lativa. Em 1940 cerca de 4,8% do número total de estabelecimentos ocupavam 51,9% da área total dos estabelecimentos. Já em 1950, o número desses estabelecimentos aumenta para 6,3% e a área para 55,3%.

A tendência de expansão das grandes unidades produtivas em detrimento das menores guarda estreita relação com a ampliação da área de pastagem que, sabidamente, tende a desenvolver-se nos maiores estabelecimentos devido ao caráter extensivo com que se conduziu a pecuária, especialmente a bovinocultura, nessa década. A relação entre o número de cabeças bovinas e área de pastagem que nesses 10 anos esteve ao redor de 0,49, mostra a baixa intensidade da exploração dos pastos na região. Em 1980, com a mudança nas técnicas de produção, e o predomínio da bovinocultura de caráter intensivo, essa relação passou para 1,23 (FIBGE, 1984).

De 1950 a 1970 a área média dos estabelecimentos reduziu de 157 ha para 104 ha respectivamente. Os maiores estabelecimentos, de mais de 1000 ha, decresceram em termos de área e número enquanto os de até 100 ha aumentaram de importância absoluta e relativa. A ligeira melhora na distribuição da posse da terra, nesse período, parece associar-se a fase de maior diversificação das atividades agrícolas. Nesse período o milho, o algodão e o arroz eram produtos que ocupavam gran

A área cultivada com milho era maior que a área cultivada com cana. A cana-de-açúcar concentrava-se em alguns poucos municípios da DIRA como Sertãozinho, Jaboticabal, Guariba, Pradópolis, Araraquara e neses, cabe ressaltar, que a tendência de concentração da posse da terra estava presente (GEBARA, 1976 e IANNI, 1976). A soja, mais no final

dos anos 60, começa também a ser cultivada na região. Assim a maior diversificação de cultivos, acompanhada pela distribuição mais equitativa das áreas entre os produtos, esteve associada a ligeira melhoria da distribuição da terra na DIRA durante as décadas de 50 e 60.

Na década de 1970, a área média aumenta devido especialmente a redução do número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de 100 a 500 ha, aumentaram de importância e os mais 1000 ha apesar de reduzirem em número, aumentaram em extensão de área. Já os até 20 ha, reduziram em importância absoluta e relativa. Uma possível explicação para a piora na estrutura fundiária, pode ser encontrada no processo de modernização da agricultura, particularmente, no aumento da mecanização dele resultante. Como é sabido, a mecanização tende a aumentar a escala de exploração agrícola a fim de tornar o uso das máquinas mais rentáveis. Desta forma, a mecanização sou a contribuir para o aumento da área dos estabelecimentos agrícolas e conseqüentemente para o crescimento da área média.

As culturas como soja, café, laranja e cana, que efetivamente aumentaram de importância na região, foram as que mais se beneficiaram nesse processo de modernização.

Outra explicação prende-se à grande expansão da área cultivada com cana. A cana, devido às possíveis economias de escala e a tendência dos usineiros em aumentar o controle da produção da matéria-prima por eles processada, contribuiu de modo significativo para o aumento dos estabelecimentos de 100-500 e mais de 1000 ha e para a redução dos menos de 20 ha que passaram a ser arrendados ou comprados pelos usineiros.

Portanto, na década de 70 também se verifica piora do acesso à posse da terra na DIRA de Ribeirão Preto.

2.3. Cultivo

Alteração no tipo de cultivo (intercalar, associado e simples), durante o período de 1949 a 1980, pode ser observada nas culturas temporárias voltadas para o mercado interno, especialmente no arroz, feijão e milho (quadro 5).

Nas culturas essencialmente comerciais e de elevado valor de mercado como algodão, cana, etc., o tipo de cultivo simples foi sempre o dominante. A cana, por exemplo, já em 1949 tinha cerca de 99,7% de sua área cultivada em cultivo simples.

Quadro 5 - Porcentagem da área total colhida em cultivo simples dos produtos agrícolas da DIRA de Ribeirão Preto, no período 1940 a 1980.

Produtos	1949	1959	1970	1980
Cana	99,73	99,71	95,97	99,84
Algodão	95,75	96,73	98,27	98,84
Amendoim		82,79	78,40	85,46
Milho	85,33	83,21	92,77	96,31
Arroz	53,75	92,79	91,98	83,29
Feijão	39,28	36,14	35,26	64,52
Soja			99,03	97,42

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola e Agropecuário do Estado de São Paulo, 1955, 1967, 1975 e 1984.

As culturas alimentares, como se desenvolveram subsidiariamente à cultura do café na região, apresentavam elevado percentual da área em cultivo associado e intercalar. Com a decadência do café e maior dinamismo do comércio de alimentos, o tipo de cultivo simples passou a substituir o intercalar e o associado na produção do arroz, milho e feijão na região. Mesmo considerando-se as oscilações de produção e de área freqüentes entre esses gêneros alimentícios, é possível verificar pelos dados do Censo Agropecuário de São Paulo, (quadro 5), essa tendência no período de 1949 a 1980.

O milho em 1949 já apresentava 85,3% de sua área em cultivo simples, indicando um alto nível de especialização da produção. Em 1970, este percentual sobe para 92,7%. Nesse período, a área cultivada com milho também aumentou. Entre os anos 1970 a 1980 a área de milho reduz, porém a área em cultivo simples aumenta relativamente, passando para 96% da área total de milho.

No arroz, a mudança do tipo de cultivo para simples é nítida no período de 1949 a 1959, apesar do declínio absoluto de área. Em 1949, a área em cultivo simples que era 53,7% da área total de arroz, passou para 92,8% em 1959. A partir desse período, a área em cultivo simples generalizou-se oscilando entre 92% da área total de arroz em 1970 e 83,3% em 1980.

No feijão, a mudança no tipo de cultivo de intercalar e associado para o simples, fica evidente na década de 70. Até então, a área em cultivo simples que oscilava en

tre 39,3% da área total de feijão em 1949 e 35,3% em 1970, passou a responder por 64,5% em 1980.

Ao lado das mudanças no tipo de cultivo do arroz, do feijão e do milho de intercalar para o simples ou solteiro, parece existir tendência de expulsão desses produtos dos maiores para os menores estabelecimentos entre 1950 e 1970. Nesse período de maior diversificação da produção agrícola, verifica-se uma expansão dos menores estabelecimentos, especialmente daqueles até 10 ha.

Na década de 70, com o cultivo simples já predominando na região, a retração da área dos menores estabelecimentos é acompanhada pela queda na área de arroz, milho e também o feijão. Principalmente o arroz e o feijão passaram a ser expulsos da região com a redução de importância (em área e número de estabelecimentos) dos pequenos estabelecimentos.

Corolariamente à mudança no tipo de cultivo e a tendência de especialização da produção de arroz, feijão e milho nos menores estabelecimentos, também verifica-se redução da parte da produção desses gêneros alimentícios própria do pessoal residente nos estabelecimentos agrícolas (quadro 6). Esta produção, que se destina à subsistência do pessoal residente em terras dos estabelecimentos cedidas gratuitamente, começa a declinar de modo acentuado nos anos sessenta.

Na década de sessenta, o programa de erradicação dos cafezais contribuiu em parte para tal queda, pois liberou trabalhadores e com eles a parcela de seu pagamento em espécie, isto é, a produção própria de alimentos. Porém, acredita-se que a maior parcela de contribuição para a redução dessa

Quadro 6 - Porcentagem da produção total que é procedente do pessoal residente nos estabelecimentos rurais da DIRA de Ribeirão Preto, período 1949 a 1980

Produtos	1949	1950	1970	1980
Milho	15,56	10,20	0,53	0,16
Arroz	-	14,65	2,35	1,55
Feijão	42,05	38,03	9,45	1,63

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola e Agropecuário do Estado de São Paulo, 1955, 1967, 1975 e 1984.

produção (quadro 6), é resultante da modernização tecnológica da agricultura. Essa modernização que se baseia no uso intenso de capital e no cultivo de produtos de alta rentabilidade, criou condições para a utilização de trabalhadores temporários em substituição aos residentes. A saída do residente implicou, portanto, na eliminação da parcela de alimentos por eles produzidos para seu auto-sustento.

Associado a modernização da agricultura, esta também a maior monetarização da relação de emprego. O trabalhador que ainda permanece nas propriedades, passa a ser um proletário semelhante ao trabalhador da indústria. Sua remuneração se resume ao salário monetário apenas, uma vez que o proprietário rural não lhe cede mais terra para o cultivo de alimentos.

2.4. Mudança Tecnológica

As alterações verificadas até aqui na estrutura da produção da DIRA de Ribeirão Preto são resultantes não somente das oscilações de áreas das culturas (inclusive pastagem) e da substituição de produtos, mas também das mudanças na tecnologia de produção. Essas mudanças ocorreram especialmente a partir do final da década de sessenta e se processaram em função dos incentivos criados pelas políticas do governo em geral e pelo crédito rural subsidiado em particular. Tais mudanças assentam-se fundamentalmente sob dois elementos: a quimificação e a mecanização (KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA, 1983).

A quimificação, representada pelo uso de defensivos e fertilizantes, à medida que tende a aumentar a produção por unidade de área, aumenta a exigência de mão-de-obra especialmente no período da colheita. Exceção deve ser feita aqui aos herbicidas que, por reduzirem as operações de limpeza e capina do solo, têm efeito negativo sobre o emprego de mão-de-obra durante o período de cultivo.

A mecanização, por outro lado, representada pelo uso de tratores, arados, colhedadeiras etc., é entendida na literatura como substituidora de mão-de-obra.

canização que determina a constância é o nível de exigência de mão-de-obra na realização da produção agrícola. O aumento desses dois elementos, expressam a intensificação do uso de capital no processo de produção agrícola.

O quadro 7, é um indicador, embora incompleto

Quadro 7 - Evolução das despesas dos estabelecimentos na DIRA de Ribeirão Preto SP, período de 1940 a 1980 (mil Cr\$)

Anos	Total	Salários	Ferti- lizantes e corretivos	Sementes e Mudas	Inseticidas e Fungicidas	Quota-Parte de Parceiros	Serviço de Empreitada
1940	240,87	177,29	12,63	-	-	-	-
1950	977,15	590,00	51,97	19,27	16,68	149,72	-
1960	8.088,21	3.959,10	796,73	290,53	205,18	981,89	-
1970	596.166,00	164.790,00	101.753,00	23.339,00	28.816,00	19.325,00	63.196,00
1975	3.477.785,00	6.690.507,00	746.052,00	128.929,00	155.316,00	44.084,00	337.883,00
1980	44.536.508,00	7.654.150,00	8.733.732,00	1.282.958,00	2.420.928,00	535.887,00	4.187.542,00

Porcentagem

Anos	Total	Salários	Ferti- lizantes e corretivos	Sementes e Mudas	Inseticidas e Fungicidas	Quota-Parte de Parceiros	Serviço de Empreitada
1940	100	73,60	5,24	-	-	-	-
1950	100	60,38	5,32	1,97	1,71	15,32	-
1960	100	48,95	9,85	3,59	2,54	12,14	-
1970	100	27,64	17,07	3,91	4,83	3,24	10,60
1975	100	19,84	21,45	3,71	4,46	1,27	9,72
1980	100	17,19	19,61	2,88	5,44	1,20	9,40

Fonte: FIBGE - Op. cit.

das mencionadas alterações técnicas que vêm ocorrendo na região, no período de 1940 a 1980. Neste período, a despesa com a força de trabalho, expressa pelo salário, reduziu em termos relativos, ao passo que a despesa com os insumos, adubos e defensivos, aumentou. Nota-se que o salário passou de 48,9% da despesa total dos estabelecimentos rurais em 1960 para 17,2% em 1980, enquanto as despesas com adubos e inseticidas mais fungicidas passaram de 9,8% e 2,5% da despesa total em 1960, para 19,6% e 5,4% em 1980 respectivamente. A queda relativa do salário também está relacionada com o processo de mecanização, que será discutido a seguir. Assim, parece haver uma tendência de aumento das despesas com os meios de produção em relação às aquelas com mão-de-obra ao nível dos estabelecimentos rurais da DIRA. Este fato indica portanto alteração no processo de produção agrícola, com o emprego de capital aumentando relativamente ao de trabalho.

As alterações na base técnica de produção também podem ser observadas através das mudanças no tipo de força de trabalho utilizada pelos estabelecimentos agrícolas. O quadro 8 mostra a distribuição dos estabelecimentos segundo o emprego de vários tipos de força no trabalho agrícola, no período de 1950 a 1980. Esses dados revelam a substituição da força de trabalho só humana e sobretudo da animal pela mecânica. Em 1950, 59,9% do total de estabelecimentos rurais utilizavam a força animal no cultivo da terra e 36,1% do total só dispunham do trabalho braçal para o cultivo do solo. Essa situação começa a alterar-se a partir da década de sessenta e principalmente na década de 70, quando os estabelecimentos passaram a utilizar mais máquinas no desenvolvimento da produção agrícola.

Quadro 8 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo emprego de força nos trabalhos agrários na DIRA Ribeirão Preto, SP, período de 1950 a 1980

Tipos de força	1950	1960	1970	1980
Animal	12.546 (59,94)	11.835 (46,77)	9.794 (30,16)	2.029 (7,00)
Mecânica	49 (0,23)	884 (3,49)	6.249 (19,24)	15.510 (53,47)
Animal + mecânica	775 (3,70)	2.697 (10,66)	11.120 (34,24)	8.407 (28,99)
Só humana	7.560 (36,12)	9.885 (39,07)	5.310 (16,35)	3.058 (10,54)
Número total de estabelecimentos	20.930	25.301	32.473	29.004

Fonte: FIBGE - Op. cit.

OBS: os dados entre parênteses, referem-se a porcentagem de estabelecimentos segundo o tipo da força de trabalho utilizada.

Em 1980 existiam cerca de 53,5% de estabelecimentos agrícolas empregando força mecânica. Nesse ano, a força animal representava apenas 7% dos estabelecimentos e a só humana 10,5%.

A forte tendência de mecanização dos estabelecimentos rurais durante esse período analisado pode também ser verificada pelo aumento do uso de tratores. De 1940 até 1980, o número de tratores aumentou 11.213%, passando de 276 unidades em 1940 para 31.224 unidades em 1980. A relação área explorada e número de tratores passou de 2.397 ha em 1950, para 101 ha em 1980. O número de pessoas ocupadas na agricultura em relação ao número de tratores, caiu de 203 ha em 1950 para 8

em 1980 (FIBGE, 1950 e 1984).

É preciso ressaltar ainda que o aumento de tratores foi seguido pelo aumento da sua utilização pelas fazendas. A distribuição de tratores entre os estabelecimentos agrícolas chegou a alcançar 53,8% do total dos estabelecimentos da região (FIBGE, 1984). Diante da agricultura brasileira, onde o uso de tratores está ao redor de 7% do total dos estabelecimentos, a DIRA mostra elevado emprego de tratores na produção agrícola.

O fato da mecanização ser generalizada na região não implica que tenha atingido todas as fases do processo produtivo e igualmente todos os produtos. O maior uso de tratores pelos estabelecimentos não foi acompanhado pelo uso de colhedeiiras. O número de colhedeiiras na região pequeno (3.587 em 1980) relativamente ao número de tratores. O seu uso pelos estabelecimentos é bastante concentrado. Contudo, é verdade que a proporção de estabelecimentos que usam colhedeiiras vem aumentando, bem como a potência dessas máquinas vem crescendo consideravelmente.

Nas principais culturas da região, como cana, laranja e café, a colheita é realizada em grande parte manualmente. A mecanização nessas culturas ocorre principalmente nos momentos de preparo do solo, parte de plantio e dos tratos culturais, sendo portanto, uma mecanização parcial segundo GRAZIANO DA SILVA (1981). Já na cultura da soja e milho, especialmente na primeira, a mecanização parece ter atingido todas as fases do processo produtivo.

Essa diferença quanto ao grau de mecanização entre culturas, acaba por se refletir no nível de exigência e na

definição do tipo de mão-de-obra a ser requisitada nos processos produtivos.

O quadro 9 é ilustrativo da alteração na base de-obra durante as fases do ciclo produtivo de algumas culturas. Por esses dados, nota-se que o perfil de absorção de mão-de-obra variou entre os anos comparados, porém nem sempre implicou em redução do emprego total. No milho e arroz, a alteração tecnológica implicou em redução do pessoal ocupado em quase todo o ciclo produtivo e por conseguinte do emprego total. No algodão, ^{*}/houve crescimento da exigência de mão-de-obra total, com aumento significativo do coeficiente técnico na operação de colheita e redução nas operações de preparo do solo, plantio e capinas. A tecnificação da agricultura fez, portanto, aumentar a variação estacional do emprego de mão-de-obra, o que tende a refletir sobre as relações de trabalho no campo, estimulando a substituição da mão-de-obra permanente pela temporária.

Como não se dispunha de informações sobre exigência de mão-de-obra no processo de produção de cana, de café e de laranja durante um longo período de tempo, a cultura do algodão foi utilizada como ilustração das mudanças tecnológicas nessas atividades onde a mecanização deu-se de modo parcial, com colheita dependente em larga escala do trabalho manual.

Quadro 9 - Operações e exigência de mão-de-obra (dias-homem) por unidade de área (ha) no Estado de São Paulo

Culturas	Tipo de tração	Operações (H-D)					
		Preparo do solo	Plantio	Capinas	Tratos culturais	Colheita	Outros Total
Algodão	1948/49	7,6	5,1	11,6	2,5	12,2	3,3 41,3
	1951/52	5,8	2,1	13,5	6,5	13,3	3,4 44,6
	1979/80	0,8	0,3	6,8	3,0	34,3	1,9 47,1
Arroz (sequeiro)	1948/49	4,1	7,9	6,6	-	6,2	0,4 25,2
	1979/80	1,6	0,3	8,03	-	0,9	0,9 11,7
Milho	1948/49	3,3	4,1	8,3	-	5,00	0,4 21,1
	1979/80	1,2	0,4	0,3	0,8	0,8	0,8 4,3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e KAGEYAMA (1982).

2.5. População, Emprego e Relações de Trabalho

As mudanças observadas na agricultura no período de 1940 a 1980, relacionadas com a substituição das atividades produtivas, a distribuição da posse da terra, a especialização da produção agrícola e o aumento da tecnificação têm implicações no emprego agrícola e também na distribuição da população entre o meio rural e o urbano.

A evolução da população da DIRA de Ribeirão Preto, no período de 1940 a 1980, pode ser observada no quadro 10.

Por esse quadro, nota-se que no período de 1940 a 1950, houve um decréscimo da população total, embora a população urbana tenha aumentado tanto em termos relativos como absolutos. Notoriamente, os fatores que concorreram para a transformação dessa região em área de imigração, - decréscimo de 2,4% da população total - foram o deslocamento da fronteira do café para o norte do Paraná e a substituição da cultura do café por pastagem e culturas temporárias menos exigentes em mão-de-obra, o que resultou numa diminuição de oferta de emprego e daí a migração de parcela da população para fora da região.

Posteriormente a 1950, o crescimento vegetativo

Quadro 10 - Evolução da população da DIRA de Ribeirão Preto no período de 1940 a 1980

Especifi- cação	1940	1950	1960	1970	1980
População Total	1.101.075	985.617	1.187.668	1.408.183	1.796.348
População Urbana	342.529 (32,1)	384.373 (39,0)	647.252 (53,7)	1.007.423 (71,5)	1.514.867 (84,3)
População Rural	685.546 (67,9)	601.244 (61,0)	540.416 (46,3)	400.760 (28,5)	281.481 (15,7)
Crescimento na década (%)					
População Total		-2,42	20,50	18,57	27,56
Saldo Vege- tativo		18,94	26,74	22,17	19,04
Saldo Mi- gratório		-21,39	-6,24	-3,60	8,52

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1950 e 1973, Sinópse Preliminar dos Censos Demográficos de 1953, 1962 e 1981 e SEADE (1983).

OBS: Os conceitos de saldo vegetativo e migratórios encontram-se na publicação do SEADE (1983).

da população superou as migrações e a população total passa a crescer e concentrar-se nos centros urbanos, enquanto a população rural decresce absoluta e relativamente.

Até 1960, apesar do êxodo rural, o contingente de população residente no campo era relativamente grande (46,3% da população total). Sendo o desenvolvimento dos centros urbanos bastante tímido, a agricultura constituía-se praticamente na única fonte de emprego. A mão-de-obra nela ocupada era constituída especialmente de trabalhadores residentes nas fazendas (como será visto a seguir) que se dedicavam ao cultivo do café, milho, arroz, cana e algodão que eram os produtos mais importantes nessa época.

Após 1960, verifica-se na região uma aceleração do processo de urbanização sendo a população urbana bem maior do que a rural. Em 1970, residiam na cidade 71,5% da população total da DIRA de Ribeirão Preto. Já em 1980, a população urbana aumentou mais em termos relativos passando a representar 84,3% da população total. A mudança na composição da população regional observada está associada com a modernização tecnológica da agricultura que estimulou a utilização de trabalhadores temporários que passaram a residir na cidade e a prestar serviços no campo. Também contribuiu para o aumento da urbanização nesse período, a efetiva implantação das indústrias de transformação de matérias-primas como a indústria açucareira, cítrica, alcooleira etc.

Na década de 70, observa-se também que ocorreu uma reestruturação demográfica com a passagem de saldos migratórios até então negativos, para positivo. Esse processo migratório tem como um fator determinante o Proálcool, que ao

estimular o cultivo da cana provocou expansão de área desta cultura e o aumento relativo da demanda de mão-de-obra a qual teve que ser suprida em parte com trabalhadores de outras regiões. É bastante conhecido na região em estudo a migração de "mineiros" que saem de seus estados de origem para realizarem o corte da cana. Parte desses trabalhadores são migrantes sazonais ^{*}/ e parte passaram a residir nessa região e a compor a força de trabalho temporário. A situação daqueles que ficam na região, não é diferente da dos trabalhadores temporários que são da região. Residem na periferia das cidades e se locomovem para campo quando requisitados. Já os migrantes sazonais, normalmente moram nas fazendas durante a sua permanência na região.

Analisando o quadro II, sobre a evolução do pessoal ocupado na agricultura regional, nota-se que no período de 1940 a 1970, o emprego total reduziu, porém de 1970 até 1980 o emprego volta a crescer, enquanto a população rural apresentou forte tendência de redução. A variação do emprego agrícola total deu-se juntamente com a alteração na composição da mão-de-obra. Durante o período analisado (1940 a 1980), verifica-se alteração do percentual e do número de trabalhadores temporários, bem como dos empregados permanentes, dos parceiros e da categoria responsável e membros não remunerados da

A respeito das migrações sazonais um estudo realizado pelo SEADE em 1983 na DIRA de Ribeirão Preto, mostra que 37% das migrações têm como procedência as regiões do próprio Estado de São Paulo e 63% restante são de outros Estados, destacando-se Minas Gerais com 52,9% e em seguida o Paraná com 5,9%.

Quadro 11 - Evolução do número de pessoas ocupadas na agricultura da DIRA de Ribeirão Preto, por categoria de trabalhadores, no período de 1940 a 1980

Anos	Total	Resp. e membros não remunerados da família	% do total	Empregados permanentes	% do total	Trabalhadores Temporários					% do total	Outros	% do total
						Empregados Temporários	Trab. da empreitada	Total	% do total	Parceiro			
1940	316.805	69.332	22	238.856	75	8.617	-	8.617	3	-	-	-	-
1950	237.036	54.354	23	118.756	50	23.602	-	23.602	10	40.324	17	-	-
1960	220.008	60.187	27	75.613	34	51.376	-	51.376	23	27.795	13	5.037	3
1970*	199.250	76.292	38	53.307	27	27.742	31.082	58.824	29	9.710	5	1.117	1
1975*	233.426	67.977	29	70.622	30	35.686	52.019	87.705	38	5.010	2	2.112	1
1980*	252.208	57.515	23	74.541	29	47.623	66.835	114.458	45	5.322	2	372	1

Fonte: FIBGE - Censo Econômico, 1945, Censo Agrícola, 1955 e Censo Agropecuário, 1967, 1975, 1979 e 1984

OBS: * = inclusive trabalhadores de empreitada

Nota: A estimativa do número de trabalhadores da empreitada (TE), foi obtida usando a fórmula: $TE = \frac{\text{Despesas de empreitada}}{\text{Despesa de salário/no de trabalhadores empregados}}$

família. Enquanto em 1940 apenas 3% do pessoal ocupado na agricultura era temporário, em 1980 esse percentual subiu para 45%. O contrário ocorreu com empregados permanentes que respondiam por 75% da mão-de-obra ocupada na agricultura em 1940, passando para 29% em 1980. Essa mudança na composição da força de trabalho, reflete as transformações ocorridas na estrutura produtiva resultantes basicamente da substituição de atividades agrícolas e das transformações na forma de produção, que implicou em essência na separação do produtor dos meios de produção e na maior instabilidade de emprego (BRANT, 1977).

Até 1960, a redução do pessoal ocupado na agricultura está associada principalmente ao decréscimo do número de empregados permanentes. No quadro II, chama atenção a grande queda do número de trabalhadores permanentes entre os anos 1940 e 1950. Cabe esclarecer que tal decréscimo em parte, deve-se à mudança do critério de definição das categorias de pessoal ocupado no censo. Nota-se que em 1940, não há nenhuma informação a respeito da categoria parceiros, enquanto em 1950 aparecem 40.324 parceiros. Acredita-se que no recenseamento de 1940 parte das informações de parceria, foram registradas na categoria empregados permanentes, daí o número desses trabalhadores ser tão maior do que os de 1950.

Outra explicação para a redução dos empregados permanentes, mais apropriada, é a substituição de atividades agrícolas. Pelos dados do censo de despesas com adubos, de mecanização, já apresentados, tudo indica que não ocorreram transformações técnicas que pudessem colaborar decisivamente para a liberação de trabalhadores do campo no período analisado. Logo, a redução de emprego agrícola, parece associar-se à

substituição de culturas, particularmente do café, pela pastagem e pelas outras culturas como milho, arroz e algodão que exigem menos mão-de-obra fixa nas fazendas. Os empregados residentes vão sendo substituídos pelos temporários e também a parceria vai perdendo importância nesse contexto de desenvolvimento agrícola.

Cabe ressaltar ainda nesse período, que ocorreram mudanças nas datas dos recenseamentos, sendo o Censo de 1940 e 1960 realizados em 1º de setembro e o de 1950 em 1º de Julho. No entanto, acredita-se que a variação de data não provocou alterações significativas no número de pessoas ocupadas na agricultura, especialmente na de empregados temporários que é a que mais tende a ser afetada.

fato de que ambas as datas compreendem o período de safra das principais atividades agrícolas da região.

Após 1960, as variações observadas no emprego agrícola são decorrentes das mudanças na base técnica de produção e também da substituição de atividades menos lucrativas (arroz, milho etc) por outras de maior valor econômico (cana, laranja etc.).

De 1960 a 1970 reduziu o total de pessoas empregadas na agricultura tendo decréscido o número de empregados temporários e permanentes além dos parceiros. Em 1970, se fosse considerado apenas o número de empregados temporários, desconsiderando a estimativa do número de trabalhadores da empreitada, o total de pessoas ocupadas na agricultura teria sido

ainda menor. Uma consideração merece ser feita a respeito dos dados de empregados temporários do Censo de 1960 e 1970. Em função da mudança da data de referência do Censo de 1960 (1º de Setembro) para o de 1970 (31 de Dezembro), o número de empregados temporários variou. Em 1960, a coleta de dados compreendeu a safra das principais culturas desenvolvidas na região, enquanto em 1970 coincidiu com o período de entressafra dessas culturas onde o emprego de trabalhadores temporários reduz bastante.

Na década de 60, também contribuiu para a queda do emprego agrícola a erradicação dos velhos cafezais, uma vez que parte dessa área foi transformada em pastagem. Outro fator de dispensa da mão-de-obra do campo, foi o desenvolvimento da soja na região que começou a ser cultivada dentro de um padrão técnico intensivo em capital e pouco empregador de trabalho braçal. A expansão da cana e da agroindústria açucareira em bases modernas ajudou a ampliar o uso de mão-de-obra temporária em substituição da permanente nesse período. Em parte, a época do recenseamento de 1970 dificulta a observação sobre o aumento do nível de utilização de trabalhadores temporários na região.

Na década de 70, o emprego agrícola começou a crescer tendo aumentado tanto o número de empregados permanentes quanto de temporários.* /

Na região do café, representada pelos municípios de Franca e Itirapuã (quadro A pl do Apêndice), verifica-se tendência de aumento do número de pessoas ocupadas na agri

*/ A partir de 1970 todos os recenseamentos foram realizados em 31 de dezembro.

cultura ao longo dessa década, sendo crescente especialmente o número de trabalhadores temporários. Esse fato resulta da expansão de uma cafeeicultura implantada segundo os modernos

tal e o trabalho temporário.

Em Franca, o desenvolvimento de uma pecuária leiteira que utiliza de forma intensiva as pastagens, além de exigir melhor manejo dos animais, contribuiu para o aumento do número de empregados permanentes nos estabelecimentos

Na região da cana, apenas no município de Jaboaticabal o emprego agrícola tendeu a aumentar na década de 70, principalmente devido ao crescimento do número de trabalhadores temporários. A grande expansão da área de cana, ocupando áreas até então cultivadas com cereais e algodão, que são culturas que empregam relativamente menos mão-de-obra, foi sem dúvida o fator de crescimento do número do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais e dos trabalhadores temporários dessa região.

Em Guariba, até 1975, cresceu apenas o número de trabalhadores temporários. Já de 1975 a 1980 ocorre queda acentuada do uso de mão-de-obra temporária o que contribuiu para a redução do emprego agrícola. Essa redução, no entanto, nos parece estranha, dado o desenvolvimento apresentado pela cultura da cana, especialmente após o Proálcool e sendo esse município tradicional produtor de cana. Analisando outros dados do Censo como o número máximo de empregados temporários por mês, referente ao recenseamento de 1975 e 1980, fica aparente a contradição dos dados. Em 1975, a média do número má

ximo de empregados temporários por mês foi de 461 e em 1980 de 8041, o que mostra um crescimento do emprego de temporários. Também as informações obtidas junto aos produtores de cana dessa região revelaram aumento da utilização de trabalhadores temporários e confirmam a expansão do cultivo da cana na região.

No município de Pradópolis, verifica-se que de 1970 a 1975, o emprego agrícola caiu e depois cresceu até 1980. De 1970 a 1975, a redução do emprego de mão-de-obra temporária pelos estabelecimentos rurais levou a queda do emprego lá. Aqui também é difícil de ser aceito o decréscimo do número de trabalhadores temporários sabendo-se da expansão do cul

ti-
rações agrícolas. Fica mais difícil ainda acreditar nesses dados quando se leva em consideração a média do número máximo de empregados temporários por mês no ano de 1975 (334 pessoas) e no de 1980 (447 pessoas). Se nos últimos cinco anos da década de 70 aumentou o número de trabalhadores temporários de 113, nos cinco primeiros anos provavelmente não deveria ter passado de 299 para 438. Portanto, resta acreditar que os dados de trabalhadores temporários para esse município não expressam a realidade.

De 1975 a 1980, ocorreu ligeiro acréscimo do total de pessoas ocupadas na agricultura de Pradópolis, porém aumentou apenas o número de empregados permanentes. Como no caso de Guariba, quando se analisa os dados de número máximo de trabalhadores temporários por mês, nesse observa-se um acréscimo de uso de mão-de-obra temporária no município e na sua queda. A informação dos produtores de cana entrevistados,

especialmente de uma usina que emprega grande contingente de mão-de-obra, confirma o aumento de trabalhadores temporários nesse período.

Na região da laranja, que envolve os municípios de Bebedouro, Colina, Taiuva, Taiacu e Monte Azul Paulista, o total de pessoas ocupadas na agricultura tendeu a aumentar na década de 70, com crescimento do número de empregados permanentes e temporários. Esse aumento deve-se principalmente à expansão do cultivo da laranja, substituindo os cereais e a pastagem. No município de Taiacu cabe fazer uma observação. O grande aumento de trabalhadores temporários resultou também da expansão da cana-de-açúcar. Essa cultura atingiu o auge em termos de ocupação de terras nesse município exatamente no ano de 1980, ano de recenseamento.

Nos municípios de Ipuã e Morro Agudo, caracteristicamente produtores de grãos (milho e soja principalmente) o emprego agrícola tendeu a aumentar na década de 70. Principalmente na primeira metade dessa década, a expansão do cultivo da soja e a retração da área de pasto resultou num aumento do emprego de mão-de-obra qualificada que passou a ser mantida fixa nas unidades produtivas. No final da década de 70, particularmente no município de Morro Agudo, o número de trabalhadores temporários cresce bastante. Esse aumento está mais associado ao crescimento de área cultivada com cana nessa região que inclusive vem tendendo a substituir a área de milho e em menor escala a soja.

Na região do leite, São Carlos, também o emprego agrícola cresceu na última década. Em grande parte, isto

se deve à utilização de tecnologia moderna de produção do leite, que por exigir maiores cuidados com o rebanho, higiene das instalações e alimentação mais adequada dos animais, passa a demandar mão-de-obra mais qualificada e permanente. Também a ampliação da área de cana fez aumentar o emprego de mão-de-obra temporária nessa região.

Associada às mudanças da composição da mão-de-obra e a expansão de área dos produtos citados, se coloca também a questão da sazonalidade do emprego. A medida que a região torna-se monocultora o fenômeno da variação estacional do emprego agrícola tende a ficar mais evidente e o emprego de mão-de-obra temporária tende a crescer.

O quadro 12, mostra a sazonalidade de emprego nas culturas estudadas ao nível da DIRA.

A variação na utilização de mão-de-obra durante o ano nas quatro culturas apresentadas estimula o emprego de

Quadro 12 Utilização da mão-de-obra por cultura, DIRA de Ribeirão Preto, 1974/75.

Produtos	Nº de homens/ 1000 ha/mês no cultivo	Nº de meses do cultivo	Nº de homens/ 1000 ha/mês na colheita	Nº de me ses de colheita
Café	17,1	8	68,8	4
Cana	5,4	6	12,0	6
Laranja	1,2	8	19,1	4
Soja	1,3	3	4,6	3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola citado pelo SEADE (1983)

parcela mínima de trabalhadores permanentes, de acordo com a época de menor serviço nos estabelecimentos rurais e o aumento da utilização dos trabalhadores temporários que passam a ser requisitados principalmente na colheita desses produtos.

Analisando os dados referentes ao número mensal máximo de trabalhadores temporários de alguns municípios das regiões especializadas, estudadas, quadro 13, pode-se observar a variação estacional de emprego.

Quadro 13 - Número máximo de empregados temporários, mês a mês, nos estabelecimentos rurais dos municípios da DIRA de Ribeirão Preto, 1980

Meses	Franca	Jaboticabal	Guariba	Ipuã
Janeiro	1.459	935	438	318
Fevereiro	1.018	1.282	5.146	377
Março	1.055	1.308	436	583
Abril	1.010	802	144	625
Maio	1.808	1.346	12.422	484
Junho	2.215	1.685	12.592	395
Julho	2.077	1.805	13.230	322
Agosto	1.398	1.907	12.040	249
Setembro	763	2.033	14.953	299
Outubro	893	2.056	12.464	587
Novembro	1.100	1.324	12.457	718
Dezembro	1.515	1.369	174	644

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário, 1984.

Em Franca, região do café, o maior emprego de trabalhadores temporários ocorre por volta dos meses de maio a julho, época de colheita desse produto e dezembro a janeiro que corresponde ao período de plantio e desbrota dos cafezais.

Em Jaboticabal e Guariba,^{*/} região da cana, a concentração do uso da mão-de-obra temporária ocorre nos meses de maio a outubro/novembro que corresponde à colheita da cana. Nos meses de fevereiro e março o aumento da demanda de mão-de-obra resulta da operação de plantio de cana, que é realizado em parte manualmente, e das colheitas de amendoim (plantado principalmente em área de reforma de cana) e de algodão.

Em Ipuã, região da soja e do milho, a maior absorção de mão-de-obra temporária verifica-se nos meses de março a maio e outubro a dezembro. O primeiro período refere-se à operação de catação de milho, que é uma operação complementar à colheita mecânica. O segundo período compreende o plantio e a fase de germinação, sendo a mão-de-obra temporária utilizada para auxiliar o plantio mecânico e como espantalhos na tentativa de se evitar os constantes ataques de aves ao plan

^{*/} O dado de Guariba de empregados temporários merece uma observação. Acredita-se que o número de trabalhadores temporários esteja superestimado, embora a sua distribuição mês a mês, parece refletir a realidade, dado que esse município é basicamente produtor de cana. Tomando-se os dados de 1975, observa-se que a distribuição dos trabalhadores temporários mês a mês é semelhante a de 1980, porém o número de trabalhadores ocupados na agricultura é bem menor em 1975. Num período de cinco anos é improvável que o número de empregados temporários cresceu de cerca de 1.644% passando em média de 461 em 1975 para 8041 em 1980.

tas em germinação. Nessa região, nota-se que a variação estacional de emprego tende a ser menos evidente do que nas demais regiões analisadas onde algumas fases do processo produtivo estão mecanizados.

A região da laranja, não está representada no quadro 13 porque os dados do Censo de número de empregados temporário mês a mês não expressam o perfil de distribuição dessa mão-de-obra, no ano, nessa região. Na colheita da laranja, em que é empregado, relativamente, maior contingente de mão-de-obra temporária, o produtor rural, o entrevistado do Censo normalmente não participa. A indústria de suco é que se responsabiliza pela colheita, contratando mão-de-obra temporária. Desta forma, os dados de trabalhadores temporários do Censo referentes ao período da colheita (junho a novembro) estão subestimados e a variação estacional de emprego temporário passa a não ser observada.

3 - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Esta seção visa a apresentar uma síntese de evolução da legislação trabalhista no campo e discutir o seu papel na organização do mercado de trabalho agrícola atualmente.

Foi a lei de 13/9/1830 o marco primeiro das leis que surgiram a respeito do trabalhador rural. Essa lei institucionalizou o trabalho assalariado do colono ao dispor sobre o contrato de trabalho e as sanções ao prestador de serviços no caso de não cumprimento do contrato. "A lei em causa previa que o prestador de serviço que se evadisse ao compromisso do contrato podia ser preso. Tal lei era mais (...) uma disciplina contratual com vistas aos interesses do produtor" do que uma proteção do trabalhador (Barros Junior citado por ROSSINI, 1977:368). Também com o objetivo de regulamentar o

trabalho agrícola, surge a Lei nº 108 de 1837 que se refere principalmente aos contratos de locação de serviços dos colonos.

Em 1850 ao cessar o tráfico negreiro e com os problemas advindos da falta de mão-de-obra, foi aprovada a Lei da Terra que em última análise visava não possibilitar o acesso à terra dos trabalhadores livres nacionais e principalmente dos imigrantes de modo a não desviar mão-de-obra requerida pelos latifúndios.

Em 1879, o Decreto nº 2827 passou a regular o regime de parceria e limitou as pretensões dos colonos imigrantes ao acesso à terra. Esse decreto dispunha também sobre a locação de serviços em geral, sobre matéria penal e sobre processo e competência dos contratos celebrados entre nacionais e estrangeiros (COLLUCI, 1984 e Barros Júnior citado por ROSSINI, 1977).

Embora durante esses 40 anos tivesse ocorrido certa pressão para melhoria das condições de vida dos imigrantes por parte de seus países de origem, as leis nesse período praticamente alteraram pouco o quadro existente de atrito entre patrões e os colonos devido aos maus tratos a que os últimos eram submetidos, à "escravidão" que lhes era imposta. "Os primeiros colonos vindos para São Paulo, após lutas intensas com os patrões do campo, passaram a ter cadernetas onde eram anotados seus direitos e deveres. A grande dificuldade, motivo de atritos patrão/empregado, era a não assimilação por parte do fazendeiro das mudanças nas relações de trabalho que estavam operando, pois este passa de senhor de escravo a chefe de empresa tendo agora a mão-de-obra assalariada"

(ROSSINI, 1977:369).

O contrato de trabalho com o colono só foi con- seguido após muitas lutas e negociações que envolveram colonos, fazendeiros e o governo. Todo esse processo de negociações se não pusera fim, pelo menos reduziu o estilo escravocrático da relação de produção. Segundo IANNI (1976), a legislação surge como resposta aos problemas nas relações de produção.

Com o Decreto nº 213 de 1892, o governo revoga as leis de 1830, 1837 e 1879 e em seguida cria nova legislação mais adaptada às novas relações de trabalho vigentes: o colona- to. A primeira medida legislativa foi o Decreto-lei nº 979 de 1903, que formalizou o sindicato rural no país. Em segui- da, surge o Decreto Federal nº 6.437 de 1907, que "define duas entidades básicas das relações de produção, que estavam forma- lizando-se nas fazendas de café: o operário agrícola e a cader- neta do operário agrícola" e também o Decreto nº 1.637 de 1907 "que pode ser considerado como instrumento legal básico de to- do sistema sindical do país". Em 1911, é sancionada a Lei Es- tadual Paulista nº 1.299-A que cria o Patronato Agrícola com a finalidade de defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas" (...). Com esses dispositivos legais, formalizam- se as relações de produção de modo a proteger os interesses do colono em face das condições sociais e políticas em que se rea- lizava a reprodução do capital na cafeicultura" (IANNI, 1976: 15-16). Porém, esse conjunto de leis só vigorava nos períodos de prosperidade do café. Em ocasiões de crise, o poder políti- co-econômico da burguesia cafeeira era exercido de tal forma que os direitos e deveres dos colonos eram ditados pela posi- ção de força dessa burguesia, seguindo seus interesses.

O marco fundamental do Direito do Trabalhador no Brasil surge só em 1943, quando entra em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, em seu artigo 7º exclui o trabalhador rural do âmbito de sua proteção, mas lhe assegura as garantias fundamentais tais como: salário mínimo, férias e proteção no contrato individual de trabalho (ROSSINI, 1977 e COLLUCI, 1984).

Posteriormente, várias leis surgiram para regulamentar os direitos do rurícola como o Decreto nº 7.038 de 1944, a Lei nº 605 de 1940 e a Lei nº 4.090 de 1962 que dispõem respectivamente sobre o sindicato de trabalhadores rurais, garantia de repouso semanal remunerado e direito ao 13º salário para os trabalhadores na base da remuneração vigente em dezembro de cada ano.

Nos anos sessenta, foram promulgadas também duas importantes leis para o rurícola brasileiro: o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) através da Lei nº 4.214 de 1963 e o Estatuto da Terra (ET) com a Lei nº 4.505 de 1964. Pelo Estatuto do Trabalhador Rural, o trabalhador agrícola passou a ter reconhecido os seguintes direitos: estabilidade após 10 anos de serviço efetivo, indenização por tempo de serviço, jornada de trabalho de 8 horas diárias, adicional noturno, repouso semanal remunerado, férias proporcionais ao tempo de serviço (no máximo 20 dias úteis) carteira profissional, convensão coletiva de trabalho, aposentadoria por velhice, pensão aos dependentes, assistência médica, auxílio funeral, auxílio doença, assistência à maternidade, além dos já definidos nos decretos anteriores.

Quanto ao contrato de trabalho, o ETR estabelece

ce que pode ser realizado individual ou coletivamente. No individual, deve haver o registro em Carteira de Trabalho e o tempo de contrato pode ser indeterminado ou determinado. No caso do contrato ser por tempo determinado, o empregador fica desobrigado de indenizar o trabalhador ao final do período de contrato, havendo completa desvinculação entre ambos. Se po rém for renovado por uma vez, passará a vigorar por prazo inde terminado. O período desse tipo de contrato é no máximo de 4 anos. Nota-se assim que o ETR abre a possibilidade para o trabalhador não ser indenizado e nem adquirir estabilidade de emprego.

O contrato coletivo sendo normativo, deve ser realizado através do Sindicato, por um prazo máximo de 2 anos. Na rescisão desse contrato, sem justo motivo, deverá a parte requerente avisar a outra com antecedência de 8 dias se o pagamento for semanal e 30 dias, se o pagamento for quinzenal ou mensal (PITERI, 1964).

de
nao poder ser inferior ao salário mínimo, o ETR dita que a dedução do salário com aluguel pode ser até 20% do salário mínimo, com alimentação até 25% do salário mínimo e no todo ate 70% do salário mínimo, ou seja, a remuneração em dinheiro nao pode ser inferior a 30% do salário mínimo regional.

Também o ETR, dispõe sobre a equivalência de responsabilidade do proprietário, empreiteiro e do parceiro no caso do empregado reclamar na justiça do trabalho os direitos que lhe foram negados.

Esse estatuto (ETR) vem definir um conjunto de normas que regulam as relações de trabalho no campo, signifi

cando a extensão dos direitos (exceção ao FGTS, INPS, aposentadoria) e garantias asseguradas ao empregado urbano também ao trabalhador rural.

Depois do ETR, foi promulgado o Decreto-Lei nº 276 de 1967 visando dar maior e melhor assistência ao homem do campo. Esse decreto introduziu modificações fundamentais no ETR em pontos como o de custeio, beneficiários e de prestações (FUNRURAL).

Ainda nos anos 60, o governo, através do Decreto nº 53.517, reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), porém passa a exercer controle severo sobre o sindicato de trabalhadores rurais por meio da Portaria nº 71 de 1965. O controle sindical acirra-se com o Decreto nº 67.227 de 1970, o qual reduz essa organização à função assistencialista, sem qualquer capacidade de discussão das questões de interesse dos trabalhadores, quer no campo político, quer no econômico.

Em 1973, surge a Lei nº 5.889 que regulamenta até hoje as relações de trabalho no meio rural. Essa lei, com 21 artigos, genericamente dispõe sobre o trabalho no campo e remete à CLT qualquer situação fora de sua competência. Segundo COLLUCI (1984:13), essa lei tem duas características principais. "Primeiro é que passa a regular as relações de emprego (art. 2º) no que se refere à subordinação, à onerosidade, à continuidade e à pessoalidade, como outras relações não compreendidas na definição daquele dispositivo (art. 17)". Segundo, trata do problema da prescrição, onde dispõe que o biênio

para se pleitearem os direitos trabalhistas passa ser contado a partir da rescisão do contrato.

Uma modalidade de contrato regida por essa lei é a do safrista, trabalhador contratado na época da safra, ou seja, no período compreendido entre plantio e a colheita, mediante o recebimento de salário fixo mensal ou variável, calculado de acordo com a produção realizada. Nesse caso, a lei garante os seguintes direitos: indenização ao final do contrato referente a 1/12 do salário mensal por mês de serviço realizado (acima de 14 dias de trabalho contínuo é computado como um mês de trabalho); salário mínimo regional ou o valor estipulado nos acordos coletivos; férias proporcionais; 13º salário proporcional a tempo de trabalho, enfim todos os direitos autorizados pela CLT. Esse contrato de trabalho é por tempo determinado, podendo ser realizado várias vezes com um mesmo empregado num ano, sem que isso implique em recontagem de tempo de serviço para efeito indenizatório.

Outra modalidade é o contrato do tarefeiro, também por tempo determinado. Esse contrato vence quando o trabalhador termina a tarefa combinada com o empregador. O trabalhador também deve ser registrado em carteira e, portanto, receber 13º salário, férias, indenização proporcional ao tempo de serviço (ANÁLISE FAZENDA, 1983).

Com relação à jornada de trabalho, a Lei nº 5.889 regulamentada pelo Decreto nº 76.626, torna possível acrescer, às 8 horas normais, mais duas horas suplementares que deverão ser remuneradas pelo menos 20% acima da hora normal. De certa forma, essa medida altera o dispositivo inicial do ETR que determina 8 horas de trabalho diário apenas.

Quanto ao acidente de trânsito, a Lei nº 6.367 de 1975 estende ao trabalhador rural seus benefícios. Mesmo no caso do acidente ter ocorrido em consequência da incapacidade do motorista, ou defeitos mecânicos, ou de mal conservação do veículo de transporte, o proprietário rural é o responsável juridicamente pelo trabalhador (FREITAS, 1977).

No caso de acidente de trabalho, o Decreto nº 76.022 de 1977, que regulamenta a Lei nº 6.195 de 1974, assegura ao trabalhador rural auxílio-doença. Porém, segundo LOPES (1980), essa acidentária é discriminatória na medida que exclui de seu amparo os trabalhadores rurais autônomos e os eventuais. O legitimado passivo da ação acidentária, é o FUNRURAL, independentemente do empregador estar recolhendo as contribuições devidas, pois a lei deixa implícito a pré-existência de uma relação empregatícia.

Apesar de todos esses dispositivos legais, apresentados de forma resumida, até hoje grande parte dos trabalhadores do campo, os bóias-frias, não contam com nenhum tipo de benefício estabelecido pela legislação, pois não tem o contrato de trabalho. Sem contrato de trabalho, não recebem os direitos trabalhistas, ficam sem qualquer proteção no caso de morte ou de ferimentos devido a acidentes de trabalho ou de transporte.

Para COLLUCI (1984:13), o problema está principalmente na não adequação dos dispositivos legais à realidade do campo. Diz: "Ora o campo possui características próprias que devem ser respeitadas e levadas em consideração pelo legislador. É impossível, por isso, que uma lei contendo 21 ar

tigos abranja a matéria trabalhista de forma incisiva, levando em conta também que a norma nem sempre alcança a dinâmica das relações sociais que ocorrem. Mais descabido ainda é remeter à CLT".

GRAZIANO DA SILVA & FREITAS (1976:15) ressaltam "que a não extensão desses benefícios ao volante, (...) prende-se a fatores de outra ordem que não legais, podendo-se citar a fraqueza dos sindicatos rurais, a morosidade e burocracia da Justiça Trabalhista e dos Departamentos de Trabalho. A circunstância de não ser o volante registrado, também contribui em muito para que ele não receba os seus direitos, mesmo quando pleiteados (...)".

Quanto à atuação da Justiça do Trabalho no caso das reclamações trabalhistas do rurícola, o depoimento de Martinez Allier (citado por GRAZIANO DA SILVA, 1982:175) é bem ilustrativo: "Os fazendeiros descobriram meios e maneiras para burlar a legislação existente não porque os trabalhadores não sejam concios de seus direitos, mas porque eles sentem com muita frequência e de maneira bastante realista, que pouco pode ser conseguido caso acionem suas reclamações".

Acontece que juntamente com as leis, as relações de trabalho no campo foram se modificando do colono ao assalariado permanente e ao bóia-fria ou volante.

A mão-de-obra residente vinculada diretamente à terra é substituída pelo trabalhador volante que reside no meio urbano e estabelece precária relação de emprego com os proprietários. Logicamente que essa precariedade é ressaltada pelos empresários, tentando com isso descaracterizar a vinculação trabalhista e se eximir dos encargos dela decorrentes (20

COLLER et alii, 1984).

Com a instabilidade da relação de emprego, o proprietário perde contato com a força de trabalho de que ainda necessita. Surge a figura do empreiteiro de mão-de-obra ou "gato" que assume o papel de intermediário da relação de emprego. Normalmente, é ele que arregimenta e realiza o pagamento do volante, porém não o contrata formalmente. Na representação do fazendeiro, o empreiteiro surge como empregador da mão-de-obra, com o condão de livrá-lo (produtor) das responsabilidades da relação de emprego. A utilização do empreiteiro constitui-se numa tentativa de disfarçar a relação de trabalho (SABÓIA, 1978).

O "gato" aparece como um elemento que tenta quebrar o vínculo empregatício trabalhador-proprietário, impedindo a continuidade dos mesmos trabalhadores na mesma propriedade por um período mais longo. "Servindo como intermediário entre trabalhadores e o proprietário, o gato dispõe de meios para avaliar diariamente as condições de oferta e procura do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que mantém distante e inacessível o proprietário. O que, do ponto de vista do proprietário, impede sua caracterização como empregador, livrando-os dos encargos que, como tal, teria que assumir" (BARROS & URBAN, 1977:20-21).

No entanto, o Egregio Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, baseando-se no artigo 3º do ETR que diz que a exploração da atividade rural pode ser direta ou através de preposto, tem considerado no máximo o turmeiro como preposto e daí concluído sobre a efetividade de contrato de trabalho entre o trabalhador e a fazenda (Revista dos Tribunais, 449/

268, citado por GRAZIANO DA SILVA & FREITAS, 1976). Assim na ótica jurídica, o turmeiro é um preposto, cabendo ao proprietário pagar os encargos trabalhistas, bem como responder por todos os direitos trabalhistas se o volante trabalhar determinado período na sua fazenda.

Essa tendência de mudança de atuação da Justiça nem sempre leva o proprietário a formalizar o contrato de trabalho. Muitos proprietários de regiões onde o mercado de trabalho encontra-se menos organizado, assumem o risco da condenação na Justiça do Trabalho e não contratam o trabalhador. Segundo SABÓIA (1978:117-118), a motivação para isso estaria na expectativa de vantagens econômicas decorrentes do tipo de relação de trabalho com a mediação do empreiteiro. "Quando acontece do fazendeiro ter de desembolsar alguma quantia indenizatória, estaria de acordo com uma possível previsão de danos e perdas, saindo-se beneficiado se comparado ao desembolso do pagamento dos direitos trabalhistas, decorrentes de uma relação contratual legal. Este comportamento parece ser confirmado na atitude já consagrada da realização de acordos com o trabalhador, quando a quantia desembolsada pelo patrão passa a ser in^{significante}".

Também BARROS & URBAN (1977) abordam outro aspecto da vantagem econômica na utilização do "gato" que é o rebaixamento do salário do volante. O "gato", colocando-se entre os trabalhadores e o proprietário, impede que os trabalhadores reivindiquem junto ao fazendeiro salários mais elevados e melhores condições de trabalho, além do que retira do salário do volante parcela referente a sua remuneração. Este ponto levantado por tais autores é no mínimo questionável, pois mesmo que o intermediário de mão-de-obra tenha sua atuação do

minada pelos interesses do proprietário, tende a defender os seus próprios interesses, que nem sempre são coincidentes com os do fazendeiro. Principalmente no período de maior demanda por mão-de-obra, o seu poder de pressão aumenta, o que possibilita elevação do salário dos volantes.

Em certas regiões a forma de intermediação de mão-de-obra tem se modificado. Já se constata a presença nas regiões canavieiras mais desenvolvidas de São Paulo, de firmas de mão-de-obra que nada mais são que a institucionalização do "gato" ou do empreiteiro característico. Nesse caso, tais firmas são responsáveis pelos volantes, inclusive judicialmente, eximindo os patrões dos encargos sociais da mão-de-obra que utilizam. Em contrapartida, essas firmas de mão-de-obra podem representar uma elevação do custo da força de trabalho para o proprietário, na medida em que repassam indiretamente os dispêndios referentes aos encargos trabalhistas e de seguros para os seus contratantes (ZOCOLLER et alii, 1984).

Também, nessas regiões, existe a tendência de o empreiteiro de mão-de-obra ser "absorvido" pelo proprietário. O empreiteiro passa a exercer função de arregimentador e fiscal dos trabalhadores volantes, enquanto o proprietário rural assume a relação de emprego, contratando formalmente os volantes. Normalmente o produtor formaliza a relação de emprego quando se acirra a disputa por mão-de-obra. O contrato de trabalho é portanto uma forma de garantir o suprimento de mão-de-obra de que necessita. Só assim, os trabalhadores passam a contar com carteira de trabalho assinada pelo proprietário e ter maior estabilidade de emprego. O contrato de trabalho entre o volante e o produtor encaixa-se nos dispositivos

legais referentes ao contrato do safrista.

O Estado, no segundo quinquênio dos anos 70, passou também a intervir diretamente no mercado de trabalho volante com o objetivo de manter a paz social ameaçada pelas precárias condições de vida dos volantes. O Estado toma a iniciativa e patrocina as chamadas Cooperativas de Trabalhadores Rurais Temporários. Ao nível de discurso elas se colocam como instrumento para resolver o problema do volante (FLEURY, 1978). Estranhamente à legislação trabalhista em vigor, que procura atingir o trabalhador do campo com seus benefícios, embora não efetivamente, tais cooperativas surgem sob a tutela do Estado, desobrigando os empregadores dos encargos trabalhistas. Os proprietários não necessitam assinar a carteira de trabalho porque não contratam diretamente os volantes e sim os serviços da cooperativa. Esta, por força da lei cooperativista (nº 5.704/71 art. 90) não mantém vínculo empregatício com os cooperados. Desta forma, a burla da legislação trabalhista assume aspecto legal e evita possíveis problemas aos produtores rurais.

Outro aspecto importante associado à legislação trabalhista discutido na literatura é a questão da preferência pelo volante devido à redução de custo que ele representa para a empresa agrícola. GONZALES & BASTOS (1975:23 e 24) mostram que o diarista volantes sem vínculo formal de emprego tende a custar menos para a propriedade do que o diarista permanente. Os dados a seguir apresentados por esses autores são ilustrativos desse fato:

Custo Mão-de-Obra de Diárias Pagas		Cr\$
Diária paga ao diarista permanente (a seco)*		9,90
Diária paga ao diarista volante		11,30
C	Custo da mão-de-obra permanente	
	$A + [A \times (27,10 \div 100)]$	12,58
D	(C) - (B)	1,28
E	$[(D) \div (C)]$	10,2%

*. Informações Econômicas 4-73 - IEA - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

OBS: o valor 27,10 corresponde aos encargos trabalhistas: indenização (8,3%), descanso semanal remunerado (13,3%) e férias remuneradas (5,5%).

Pelos dados acima é possível observar que o valor da diária paga ao trabalhador volante (11,30) é superior àquela do diarista permanente (9,90). No entanto, o custo da mão-de-obra volante é menor do que o da permanente. Acontece que no custo do diarista permanente está incluído o salário mais os encargos trabalhistas, que representam um acréscimo no custo da ordem de 10,2%.

GRAZIANO DA SILVA (1982) também analisa o aspecto da economicidade associada à utilização de volantes. Ele procura mostrar, através de dados do IEA, que é mais vantajoso economicamente para o proprietário contratar trabalhadores volantes nos períodos em que necessita de mão-de-obra, mesmo que se tenha que arcar com os encargos trabalhistas. Se o proprietário rural mantivesse um pequeno número de trabalhadores fixos apenas para satisfazer a demanda de mão-de-obra no período de

menor utilização e contratasse volantes à medida que a necessidade de mão-de-obra aumentasse, a economia que o proprietário rural poderia fazer representa no mínimo 20% da folha de salário anual da empresa. (Ver esses cálculos em GRAZIANO DA SILVA, 1982:150-153).

Nota-se assim que os trabalhadores volantes são a alternativa mais econômica para o proprietário rural, daí a utilização generalizada na agricultura regional. A preferência pelo volante não se define apenas como uma possibilidade do proprietário furtar-se das exigências da lei.

4 - ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Tendo caracterizado as transformações por que vem passando a agricultura da DIRA de Ribeirão Preto com o desenvolvimento capitalista, passa-se a analisar com base nas empresas agrícolas, a organização da força de trabalho no que diz respeito à forma de contratação e de utilização de mão-de-obra. A análise é realizada regionalmente para os 6 principais produtos agrícolas dessa DIRA e se inicia com uma breve caracterização dos setores urbano-industrial e agrícola de cada região, de forma a complementar o que já foi discutido nas seções anteriores, para em seguida se passar à caracterização das unidades produtivas estudadas.

4.1. Região do Café

4.1.1. Caracterização da Região

O café é um dos 5 produtos de maior expressão econômica da DIRA de Ribeirão Preto. Essa DIRA participa com 17% da produção total de café do Estado tendo cerca de 135.400.000 pés em produção e 19.730.000 pés novos sem produção.^{*/} Essa cultura ocupa 10,4%^{**/} da área de lavoura da DIRA sendo superada pela cana, laranja, milho e soja.

A produção de café está concentrada na Delegacia Agrícola de Franca que compreende os municípios de Franca, Cristais Paulistas, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista. Dentre esses municípios, apenas Franca e Itirapuã foram objeto das entrevistas com produtores e intermediários de mão-de-obra. Mais especificamente, os dados referem-se ao município de Franca, que tem cerca de 52.000.000 de pés^{***/} de café (34% do total de pés da DIRA) sendo um município representativo do modo de produção de café da DIRA em questão.

O café constitui a base econômica do desenvolvimento da região de Franca. Essa cultura foi a responsável

^{*/} IEA - Previsão e Estimativa de Safra Agrícola, 1982/83 do Estado de São Paulo, Junho de 1983.

^{**/} FIBGE - Censo Agropecuário, 1984.

^{***/} Dados fornecidos pelo Agrônomo da Delegacia Agrícola de Franca/CATI 1983.

pela total ocupação das terras produtivas e é, nos dias atuais, a lavoura que produz a maior renda agrícola dessa região. Em 1980, os valores da produção de café de Franca e de Itirapuã foram de Cr\$ 282.952,00 mil e Cr\$ 142.587,00 mil, respectivamente, correspondendo a 44% e 69% do valor total da produção agropecuária desses municípios (FIBGE, 1984).

Franca caracteriza-se hoje por apresentar dois setores produtivos essenciais, o café e a indústria de calçados, que se desenvolvem de maneira cíclica, ou seja, dependendo da conjuntura econômica externa, o capital alterna-se entre esses 2 setores produtivos. Os grandes produtores de café são normalmente industriais e, segundo COUTO ROSA (1980), a burguesia industrial de Franca confunde-se com a burguesia agrária. A mão-de-obra que trabalha no setor agrícola e não tem colocação fixa oferece sua força de trabalho ora no setor rural, por ocasião da colheita do café, ora no setor urbano-industrial. A indústria de artefatos de couro e calçados passa a ser uma alternativa de trabalho para essa mão-de-obra. Portanto, esses dois setores são os principais geradores de renda e emprego ao nível regional.

4.1.2. Organização da Produção

A produção do café é realizada de modo geral, pelo proprietário da terra, que a organiza baseando-se no trabalho assalariado.

A maioria das lavouras de café em produção da região de Franca começou a ser implantada a partir de 1970,

período de intensa transformação técnica na agricultura paulista. Os cafezais, hoje com cerca de 10-12 anos de idade, foram plantados obedecendo moderno padrão tecnológico e por toros com visão empresarial da atividade agrícola.

O uso de adubos químicos, defensivos, herbicidas, máquinas e equipamentos agrícolas é generalizado entre os produtores de café, chegando a abranger cerca de 80% deles em 1983.^{*/} O emprego da mão-de-obra concentra-se na operação de colheita, que ainda é realizada manualmente.

A produtividade média do café na região de Franca é cerca de 17 sacos beneficiados/ha nos cafezais plantados nos espaçamentos 4 m x 1,5 m ou 4 m x 2,0 m que correspondem a 90% do total de café plantado nessa região.^{**/} Ao nível da DIRA, considerando os mesmos espaçamentos, a estimativa de produtividade ficou ao redor de 16,2 sacos beneficiados/ha em 1980, portanto, pouco abaixo da produtividade da região cafeeira.

Atualmente, novo espaçamento 2m x 1m vem ganhando a atenção dos produtores de café e já se encontram em Franca aproximadamente 3.000.000 de pés plantados de acordo com esse espaçamento. Essa alteração técnica provoca mudança na forma de condução dos cafezais e, o que é mais importante, no emprego da mão-de-obra. Segundo informação do técnico da Secretaria da Agricultura local, esse espaçamento elimina 7 operações (5 carpas, varrição e 1 derriça) hoje normais à maio

^{*/} CATI, op. cit.

^{**/} CATI, op. cit.

ria dos cafezais em produção, eleva a produtividade (40 sacos beneficiados/ha), além de concentrar o período da colheita.

obra na colheita e reduzir as oportunidades de emprego no período da entressafra do café. Também a maior densidade de plantas por unidade de área facilita a colheita do fruto, o que tende a refletir sobre o pagamento da unidade colhida. O produtor, nesse caso, tende a pagar menos pela tarefa realizada. Nota-se que se essa técnica generalizar-se, as consequências são de piora das precárias condições de vida de parte da mão-de-obra trabalhadora dessa região.

O quadro 14, mostra o uso da terra ao nível de algumas propriedades produtoras de café da região de Franca. É possível verificar que mais de 87% da área são exploradas. Praticamente as áreas inexploradas dessas propriedades estão ocupadas com benfeitorias e florestas, sendo inexpressivas as áreas não aproveitadas.

Embora o pasto ocupe uma área igual ou maior que a do café, é em torno dessa última atividade que se dá a organização da propriedade como unidade economicamente produtiva. A segunda atividade mais importante ao nível dessas empresas agrícolas é o leite, principalmente a produção do leite tipo C.

As outras culturas representadas pelo arroz, milho, sorgo, feijão, são secundárias, cultivadas em solteiro e/ou intercalar ao café em formação. O cultivo em solteiro é o tipo predominante, sendo o proprietário da terra também o responsável por essas produções. Do total da produção de milho, arroz e feijão, parte é consumida na propriedade e o exce

Quadro 14 - Uso do solo nas propriedades de café da região de Franca, ano 1982

Propriedade	Área total (ha)	% da área explo./área total	Área de café (ha)	% da área de café/área plantada	% da área de pasto/área explorada	% da área de outras culturas/área explorada	Nível técnico lógico
1	580	97,8	92	16,2	74,4	9,4	M
2	97	87,5	48	57,2	-	42,8	A
3	210	91,9	196	42,0	42,0	16,0	A
4	968	90,0	203	23,3	43,4	33,3	A

Fonte: questionários levantados junto a produtores de café em 1983

OBS: - = gado confinado

* refere-se apenas ao cultivo solteiro

M = médio

A = alta

Área explorada = área de lavoura + pastagem

dente é colocado no mercado regional. O sorgo e o milho são utilizados para silagem visando a alimentação do gado leiteiro.

A elevada porcentagem da área de outras culturas referentes às propriedades 2 e 4 (quadro 14) explica-se, no primeiro caso, pela produção de sorgo e milho para silagem, pois todo o gado leiteiro nessa propriedade é confinado, e, na segunda, pela produção de milho para a ração que é fornecida ao gado e aos suínos.

O nível tecnológico dessas propriedades cafeeiras é variável. Embora a moderna tecnologia seja bem difundida a nível regional, encontram-se diferenças entre as propriedades quanto à forma de utilização dos insumos modernos, o que permite distinguir qualitativamente dois grupos de propriedades, a saber: os de alta e os de média tecnologia. A propriedade 1 representa o grupo de média tecnologia (M) e as demais (2, 3, 4), o grupo de alta (A). Ressalte-se que ambos os grupos usam os insumos modernos, porém, a intensidade, a qualidade e o modo de utilização é que permitem diferenciar de forma qualitativa as propriedades.

As propriedades classificadas como de alta tecnologia desenvolvem a produção agrícola baseando-se nas técnicas mais modernas disponíveis.

Elas procuram aperfeiçoar o manejo das máquinas e equipamentos, usar adubação segundo a deficiência do solo expressa nos resultados das análises de solo, usar dosagens de defensivos adequadas e os equipamentos devidamente regulados. Enfim, têm maior domínio da tecnologia empregada no processo produtivo do café. Com o gado, o padrão técnico se mantém, sendo os animais de bom padrão zootécnico, tratados com feno e silagem de

produção própria e ração balanceada. Utilizam inseminação artificial e, às vezes, como no caso do produtor 2, é feito o confinamento do gado de leite, sendo a ordenha realizada mecanicamente. O alto padrão técnico é mantido principalmente nas atividades voltadas para o mercado.

A propriedade de média tecnologia, não segue evidentemente as recomendações técnicas, principalmente no que se refere à quantidade de insumos modernos que devem ser utilizados. Normalmente a adubação não é baseada em análise de solo, os defensivos são aplicados sem muito rigor técnico, as máquinas e equipamentos não são cuidadosamente regulados. Com relação ao gado, também se faz presente a diferença técnica entre essa e as de alta tecnologia. O rebanho leiteiro não é tão selecionado, o uso do feno é esporádico, quando usado. Enfim, as especificidades que envolvem o emprego de técnicas modernas são apenas parcialmente observadas por esse grupo.

A tecnologia atualmente adotada pelos produtores da região de Franca é produto das adaptações tecnológicas que vêm sendo realizadas ao longo das últimas décadas. Nos últimos cinco anos, os produtores (1, 2, 3, 4) declararam que ocorreram mudanças técnicas, ao nível de suas empresas, no sentido de aumentar a mecanização (na carpa, na roçada de pasto, na abertura de sulco), de expandir uso de herbicidas, de racionalizar o uso de defensivos e adubos, de utilizar inseminação artificial e de mudar o espaçamento do café. Ocorreram melhoras do controle contábil das propriedades, que é realizado com o objetivo fundamental de atender a declaração para Imposto de Renda.

O avanço tecnológico ocorrido nesses cinco anos

contribuiu para alterar o número de pessoas ocupadas nas propriedades agrícolas, bem como influenciou na mudança da composição da força de trabalho.

Além da questão tecnológica, outro fator que também colaborou na alteração do emprego de mão-de-obra foi a mudança na distribuição de áreas entre as atividades agropecuárias.

Na propriedade 1, a área plantada com café aumentou 50% em detrimento da área de pastagem. O emprego de mao-de-obra temporária.

Na propriedade 2, o emprego total aumentou, pois a técnica de confinamento de bois provocou aumento da categoria empregados permanentes.

Na propriedade 3, ocorreu uma substituição de mão-de-obra permanente por temporária. A área de café atingida pelas geadas foi substituída pelo milho, o que contribuiu para a dispensa de trabalhadores permanentes. Posteriormente, o café voltou a ocupar a área do milho, mas o proprietário passou a contratar os serviços de trabalhadores temporários.

A propriedade 4, aumentou a utilização da mao-de-obra temporária em 50%, enquanto houve uma dispensa de 30% da permanente. A intensificação do uso de máquinas e do cultivo do solo levou esse produtor a aumentar a demanda de mão-de-obra volante em certos períodos do ano, como na colheita do café e na colheita do feijão plantado intercalar ao café em formação.

4.1.3. Utilização da Mão-de-Obra

A mão-de-obra ocupada nessas propriedades agrícolas pode ser classificada em 3 categorias, que são: mão-de-obra familiar, empregados permanentes e os empregados temporários.

A mão-de-obra familiar das propriedades de café é formada pelo proprietário da terra e membros da sua família. Esta se ocupa da programação das atividades e da organização da produção, enfim, da administração da empresa, mas não participa no processo de produção propriamente dito. Quem realiza a produção do café são os trabalhadores assalariados permanentes e temporários.

Os empregados permanentes das propriedades de café são trabalhadores que contam com maior estabilidade de emprego, normalmente residentes nas propriedades com suas famílias e nem sempre são mão-de-obra qualificada. Quando residem nas propriedades, têm parte de sua remuneração em espécie.

O quadro 15 mostra a composição da mão-de-obra permanente nas propriedades de café e a participação percentual dos residentes.

Nota-se que nessas propriedades persistem, entre os empregados permanentes, os trabalhadores braçais. Normalmente esses braçais já trabalham há muitos anos na propriedade e realizam serviços como desbrota, preparo e "coroação" das covas etc., que ainda são feitos manualmente. Porém, à medida que esses trabalhadores vão deixando as empresas, não são substituídos. Os membros mais jovens da família do traba

Quadro 15 - Composição da mão-de-obra permanente nas propriedades de café da região de Franca, ano 1982

Propriedade	Número total	Não braçais			% Residentes nas propriedades
		Número braçais	Número	Especificação	
1	8	zero	8	tratorista, retireiro	100%
2	31	18	13	retireiros, operadores de máquina	45%
3	19	NI	NI		100%
4	80	60	20	carpinteiro, eletricista, retireiro, administrador, fiscais, motoristas, tratorista	60%

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de café em 1983

OBS: NI = não informação

lhador braçal que permanecem na propriedade rural, geralmente são treinados pela fazenda para realizar operação com máquinas e equipamentos agrícolas, o que indica tendência de especialização de toda a mão-de-obra permanente.

Os dados mostram que a maioria dos trabalhadores permanentes são também residentes, exceção da propriedade 2 onde apenas 47% deles são residentes. Nessa propriedade existem apenas 7 casas e todas estão ocupadas com os empregados permanentes, sendo os demais empregados transportados diariamente para a fazenda.

Os empregados temporários do café são, na maioria, bóias-frias. Não têm contrato formal de trabalho, apenas esporadicamente são requisitados a executar tarefas nas propriedades. Residem na periferia dos centros urbanos e se deslocam diariamente para as fazendas em caminhões que lhes oferecem pouca segurança. Realizam trabalho em turmas. Em certos períodos do ano, quando os serviços nos estabelecimentos agrícolas ficam reduzidos, parte desses trabalhadores não qualificados encontra emprego na indústria de artefatos de couro, havendo assim um deslocamento de parcela da mão-de-obra agrícola para o setor secundário. Os que não conseguem emprego no setor secundário ficam no setor agrícola trabalhando apenas esporadicamente em operações como carpa, catação de milho e colheitas de produtos secundariamente desenvolvidos nas propriedades cafeeiras. Nos períodos de maior demanda de trabalho agrícola, colheita, o fluxo da mão-de-obra não qualificada é no sentido inverso, do setor secundário para o primário. Nessa época, o emprego agrícola apresenta-se como alternativa mais rentável para esses trabalhadores. Eles abandonam os serviços

urbanos para se empregarem no campo, pois vêem aí uma oportunidade de ampliarem seus ganhos, realizando tarefas no sistema de empreita.

A ocupação de mão-de-obra permanente e temporária mês a mês nas empresas de café pode ser observada pelos quadros 16a e 16b. Os dados do quadro 16a referem-se aos empregados permanentes (P) e temporários (T) utilizados nas culturas e o quadro 16b, aos empregados permanentes ocupados na atividade leiteira. Da soma dos dados do quadro 16a e 16b, tem-se o número de empregados total em cada propriedade.

As propriedades 2, 3 e 4 empregaram mais trabalhadores (permanentes e temporários) em 1982 do que a propriedade 1, que tem maior proporção das terras exploradas com pasto e menor com café.

Nota-se também que as propriedades 2 e 3 utilizaram relativamente pouca mão-de-obra temporária no período de junho a agosto, porque a produção de café, nestas fazendas, foi pequena devido a geada ocorrida em 1981. Essa geada atingiu diferentemente as lavouras da região. Nas propriedades mais atingidas, o maior emprego de trabalhadores temporários passou a ser nos meses de dezembro a março devido ao plantio de novas mudas e ao aumento do serviço de desbrota dos cafezais. A maior utilização do volante na entressafra relativamente à safra do café não é comum em condições normais de clima. Porém, ocorrendo geada, essa inversão relativa na demanda de mão-de-obra não deve ser visto com estranheza, pois a produção decresce bastante enquanto os serviços de tratos culturais aumentam.

Nas propriedades 1 e 4, é no período da colhei

Quadro 16a - Ocupação da mão-de-obra, mês a mês, nas propriedades de café da região de Franca, ano 1982

Propriedade	1	2	3	4	
Produtividade (sc benef/ha)	14,37	2,53	1,65	21,22	
Meses	Número de pessoas				Operações
Janeiro	P = 3 T = 5-15	P = 23 T = 20	P = 16 T = 73	P = 75 T = 10	café : adubação - (1, 3, 4) pulverização - (1, 3, 4) carpa - (1, 3, 4) plantio - (2, 3) desbrota - (3) milho : colheita - (2) serviços gerais - (2, 4)
Fevereiro	P = 3 T = 7-10	P = 23 T = 20	P = 16 T = 0	P = 75 T = 20	café : adubação orgânica - (1) plantio - (2, 3) adubação - (1, 2, 3, 4) pulverização - (2, 3, 4) desbrota - (3) carpa - (1, 3, 4) feijão : preparo do solo, plantio, colheita - (4) arroz : colheita - (3) serviços gerais - (2, 4)

Março	P = 3	P = 23	P = 16	P = 75	café	: adubação-(3, 4)
	T = 10	T = 20	T = 0	T = 15		carpa -(2, 3, 4)
						pulverização-(3)
						arruação -(2)
					arroz	: colheita-(3, 4)
					sorgo	: plantio-(2)
					serviços gerais - (4)	
Abril	P = 3	P = 23	P = 16	P = 75	café	: arruação-(1, 2, 3)
	T = 10	T = 0	T = 0	T = 20		adubação-(1)
						pulverização-(2)
						carpa química-(4)
					arroz e feijão:	colheita-(4)
					serviços gerais -(4f)	
Maio	P = 3	P = 23	P = 16	P = 72	café	: arruação-(4)
	T = 10	T = 0	T = 9	T = 30		colheita-(1, 2, 3)
					milho	: colheita-(1, 2, 3, 4)
					feijão	: colheita-(4)
					serviços gerais -(4)	
Junho	P = 3	P = 23	P = 16	P = 72	café	: colheita-(1, 2, 3, 4)
	T = 20	T = 0	T = 28	T = 100		feijão e milho: colheita-(4)
					serviços gerais -(4)	

Julho	P = 3	P = 23	P = 16	P = 72	café	: colheita-(1, 2, 3, 4)
	T = 20	T = 0	T = 0	T = 150	sorgo	: corte-(2)
					milho	: colheita-(4)
					serviços gerais-(2, 4)	
Agosto	P = 3	P = 23	P = 16	P = 71	café	: colheita-(1, 3, 4)
	T = 20	T = 0	T = 0	T = 200	adubação orgânica-(2)	
					desbrotas-(2)	
					arroz	: preparo do solo-(3)
					milho	: colheita-(4)
					preparo do solo-(1, 2, 3)	
					serviços gerais-(4)	
Setembro	P = 3	P = 23	P = 16	P = 71	café	: carpa-(1)
	T = 10	T = 0	T = 0	T = 30	adubação orgânica-(2)	
					"esparamação de cisco"-(3, 4)	
					inseticida de solo-(3)	
					arroz	: preparo do solo-(4)
					milho	: preparo do solo-(1, 2, 4)
					serviços gerais-(4)	
Outubro	P = 3	P = 23	P = 16	P = 75	café	: adubação-(1)
	T = 9	T = 0	T = 0	T = 40	carpa-(1, 2, 3, 4)	
					herbicida-(1, 2, 3)	
					formação de muda-(4)	
					arroz	: preparo do solo-(4)
					plantio-(3)	
					milho	: plantio-(1, 2, 3, 4)
					feijão	: plantio-(4)
					serviços gerais-(4)	

Novembro	P = 3	P = 23	P = 16	P = 75	café	: "esparamação de cisco"-(1)
	T = 8	T = 0	T = 0	T = 20		adubação-(1, 2, 3)
						pulverização-(2, 3)
						carpa-(2, 3, 4)
						desbrota-(3)
						preparo de cova-(4)
					milho	: carpa-(1, 2, 4)
						adubação de cobertura-(1,2,3,4)
					arroz	: plantio-(4)
					serviços gerais-(4)	
Dezembro	P = 3	P = 23	P = 16	P = 75	café	: adubação orgânica-(1)
	T = 10	T = 30	T = 0	T = 40		carpa-(1, 2, 3, 4)
						adubação-(2, 3)
						pulverização-(2, 3, 4)
						preparo de cova-(1, 2, 3)
						plantio-(4)
						desbrota-(3, 4)
					arroz	: carpa-(4)
					milho	: carpa-(2, 4)
					serviços gerais - (4)	

Fonte: questionário levantado junto aos produtores de café em novembro de 1983

OBS: - P = empregado permanente

- T = empregado temporário

- número entre parênteses refere-se à identificação da propriedade

- atividades por propriedade: 1= café, milho, pasto, capineira; 2 =café, milho, sorgo, capineira;

3 =café, milho, arroz, pastagens ; 4 =café, milho, arroz, feijão, pasto, capineira.

- serviços gerais: controle de formiga etc.

Quadro 16b - Número de empregados permanentes, número de cabeças bovina e produção de leite nas propriedades de café da região de Franca, 1982

Propriedades	Nº de pessoas	Produção de leite (l/ano)	Nº de cabeças bovinas
	5	80.282 (tipo C)	300
2	8	7.800 (tipo B)	120
3	3	60.120 (tipo C)	220
4**	5	72.000 (tipo C)	800

Fonte: idem quadro 16a

- OBS: * os empregados permanentes têm 80% do seu tempo dedicado à pecuária sendo o restante, 20%, utilizado nas atividades agrícolas
- acrescentar no período de Maio/Junho 3 trabalhadores e Agosto/Setembro 4 trabalhadores que são transferidos das culturas (ver quadro 16a).

ta do café que se ocupa maior número de trabalhadores temporários. Nessas propriedades, do período da safra para o da entressafra, foram dispensados cerca de 55% e 90% de trabalhadores volantes respectivamente. Essa oscilação na utilização da mão-de-obra volante durante o ano também pode ser constatada através do cálculo do coeficiente de variação (CV) do número mensal de trabalhadores temporários. Para as propriedades 1 e 4, o CV obtido foi da ordem de 39% e 108%, respectivamente, indicando especialmente na última forte variação sazonal de emprego do trabalhador volante. Nessa propriedade, no período da entressafra do café o nível de mecanização é alto sendo os serviços realizados basicamente pelos empregados permanentes.

Excluindo problemas climáticos (geada), a varia

ção do número de temporários empregados pelas propriedades de café depende portanto, do tipo e da forma como as operações que estão sendo efetuadas no café e nas outras atividades agrícolas. No entanto, nota-se que nas propriedades do café é na colheita que as oportunidades de emprego para os trabalhadores volantes são maiores. Também é nesse período que os volantes têm mais chance de se manterem empregados numa mesma propriedade.

Na entressafra do café, os serviços ficam mais escassos e os trabalhadores temporários passam a conviver com o desemprego.

Pelo quadro 16a, observa-se ainda que as empresas empregam mais trabalhadores temporários do que trabalhadores permanentes apesar de todos os produtores entrevistados serem unânimes em afirmar a superioridade dos serviços realizados pelos trabalhadores permanentes. Este fato, está associado à restrição de gastos diretos das propriedades de café. Partindo-se dos dados sobre ocupação de mão-de-obra e salário monetário fornecidos por esses produtores, calculou-se, primeiro, o custo da mão-de-obra como se todos os empregados fossem permanentes e depois o custo de usar trabalhadores permanentes e temporários segundo a combinação declarada pelos proprietários. O resultado obtido indicou que a composição permanente e temporário utilizado é vantajosa para os produtores, pois ficou cerca de 27% a 49% mais barato, excluindo os encargos trabalhistas. Mesmo assim, pela declaração dos proprietários, a despesa monetária com mão-de-obra foi alta, pois esteve ao redor de 40% a 60% da despesa monetária total da fazenda em 1982. Nas propriedades mais atingidas pela geada, a proporção foi menor, de 20% a 25% da despesa total.

4.1.4. Contratação da Mão-de-Obra

A contratação da mão-de-obra permanente é realizada mediante contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que garante a essa o direito aos encargos trabalhistas. O contrato de trabalho é firmado entre o proprietário rural e o trabalhador, que normalmente é o chefe da família. Além do chefe é comum mais um membro da família, preferencialmente o homem (menor ou maior de idade), ser contratado formalmente. Os demais membros participam do processo de produção, porém, de forma complementar à tarefa do chefe. É raro encontrar mulheres na relação de empregados permanentes das propriedades e, quando isso ocorre, a sua remuneração tende ser inferior à do homem. A propriedade 4 constitui-se num exemplo desse caso.

Nas propriedades de café, os trabalhadores permanentes recebem um salário monetário e quando residentes na fazenda, também casa, energia elétrica e lenha, como remuneração em espécie. Os alimentos (leite e arroz), quando produzidos na propriedade, são vendidos ao trabalhador a preços inferiores ao de mercado, ou, as vezes, cedidos gratuitamente. Também existem casos em que o fazendeiro vende, a preço de custo, o alimento que é fornecido às criações (de galinhas, porcos, etc.) mantidas pelos empregados residentes. Em algumas propriedades, a terra é cedida para o plantio de cereais no sistema de parceria (a meia). O produtor dá a terra adubada e plantada e o empregado fica responsável pelos tratos culturais e às vezes, pela colheita, quando esta é realizada manualmente. Porém a cessão de terras é a forma menos frequente de complementação salarial.

A tendência verificada entre as propriedades de café é no sentido da eliminação das formas de pagamento em espécie, passando o salário dos trabalhadores permanentes a ser apenas monetário.

A remuneração dos empregados permanentes pode ser observada no quadro 17, que mostra o salário monetário e a estimativa do salário em espécie feita pelos produtores.

Quadro 17 - Salários médios dos empregados permanentes das propriedades de café da região de Franca, ano de 1983 (novembro)

Propriedades	Inclusive os pagamentos em espécie	Sem pagamentos em espécie
	NI	57.660,00
2	NI	67.000,00
3	66.675,00	50.620,00
4	62.000,00-100.000,00	45.000,00-67.500,00

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de café
NI = não soube informar.

Pelos dados apresentados neste quadro, verifica-se que o salário monetário recebido pelos empregados permanentes não tem variado, significativamente, entre as propriedades produtoras de café da região de Franca.

Os salários médios recebidos pelos tratoristas e mensalistas residentes (categorias semelhantes à considerada

nas empresas entrevistadas) da DIRA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo eram em novembro de 1983, Cr\$ 67.950,00/mês e Cr\$ 61.850,00/mês ^{*/} respectivamente. Nota-se que os empregados das fazendas de café estavam recebendo salários inferiores ao da DIRA e equivalentes ao do Estado.

Os salários dos trabalhadores permanentes do café foram ligeiramente superiores ao salário mínimo regional, que, em novembro de 1983, era cerca de Cr\$ 57.120,00/mês. ^{**/} Somente na propriedade 3 o salário foi inferior ao mínimo legal, o que sugere ter ocorrido desconto referente aos pagamentos em espécie do salário monetário pago. Por lei, é permitido pagar em espécie 70% do salário mínimo, ou seja, o salário monetário pago tem que ser no mínimo 30% do salário mínimo regional.

A variação de salário observada na propriedade 4 está associada à forma de prestação de serviço pelos empregados permanentes. O proprietário permite que o trabalhador realize os serviços por empreita, sendo o salário pago em função da produção. Nesse sistema de pagamento, o salário dos trabalhadores aumenta durante certos períodos do ano, chegando a alcançar Cr\$ 67.500,00 (sem pagamentos em espécie) ou Cr\$ 100.000,00 (com pagamentos em espécie). Porém, isso só ocorre porque há intensificação do ritmo e da jornada de trabalho desses empregados, ou seja, o trabalhador só ganha mais porque trabalha mais.

^{*/} IEA - Informações Econômicas, 1/84, p. 84

^{**/} FIBGE - Anuário Estatístico, 1983.

A contratação da mão-de-obra volante nao se faz através da realização de um contrato de trabalho como no caso dos trabalhadores permanentes. Contando com uma relação de emprego bastante precária, os volantes do café trabalham nas fazendas sem contrato de trabalho e portanto, sem receber os direitos trabalhistas.

A arregimentação da mão-de-obra volante para as propriedades de café é realizada através do empreiteiro autônomo, ou da Cooperativa de Trabalhadores Rurais Volantes ou diretamente pelo empregador. Essas formas de intermediação de mão-de-obra são utilizadas em função do numero de trabalhadores necessários às propriedades. A forma direta sem intermediário, é mais freqüente quando o produtor necessita de um pequeno número de trabalhadores e por curto período, cerca de 1 a 4 dias. Nesse caso, o proprietário contrata o serviço do volante, realiza o seu transporte, a fiscalização e o pagamento.

As outras formas de intermediação, (empreiteiro autônomo ou cooperativa) são utilizadas pelo produtor quando esse necessita de quantidade maior de força de trabalho.

No caso da utilização do empreiteiro autônomo, o proprietário acerta o serviço e o preço da tarefa a ser realizada com esse intermediário de mão-de-obra, o qual se responsabiliza pela arregimentação, administração, transporte, fiscalização e pagamento dos volantes. O empreiteiro recebe do produtor um valor monetário referente ao serviço prestado. Repassa aos trabalhadores apenas parte desse valor, pois reserva parte para si como pagamento pelos seus serviços. O nível de remuneração do empreiteiro acaba por afetar o nível de ganho dos volantes. Assim quanto maior for a remuneração do empreiteiro, menos sobra para os volantes.

No caso do intermediário ser a Cooperativa de Bóias-Frias, foi possível identificar duas formas do produtor se relacionar com ela para obter a mão-de-obra de que necessita.

Uma forma é aquela em que o produtor procura a cooperativa e firma contrato de prestação de serviço. No contrato é estipulado o número de trabalhadores, tipos de tarefas a serem executadas, seu início e o preço do serviço por diária ou empreitada. Pelo contrato o empresário rural, fica livre dos encargos trabalhistas.

A cooperativa encarrega-se de reunir os trabalhadores através dos seus fiscais e levá-los às propriedades para efetuarem serviços. Os fiscais são os ex-empreiteiros autônomos, que agora estão vinculados à cooperativa tendo, portanto, sua ação delimitada por ela.

Em geral, o transporte dos trabalhadores é feito em veículo do próprio fiscal da cooperativa ou em veículo alugado por ele. Com a cooperativa atuando, as condições de transporte tendem a melhorar, pois ela exerce maior controle sobre os veículos utilizados pelos seus fiscais.

A remuneração diária do volante é definida de acordo com o tipo de operação agrícola, as condições (facilidade) de sua realização e o salário mínimo regional.

O pagamento dos volantes é realizado pela cooperativa, semanalmente. No ato do recebimento os volantes têm que assinar o comprovante da quantia recebida. Os volantes para a cooperativa são trabalhadores autônomos prestadores de serviço.

A cooperativa recebe do produtor o valor global do serviço realizado, o qual corresponde aos salários dos trabalhadores, o custo do transporte e a comissão, de 10% sobre a folha do salário dos volantes, por ela cobrada.

No caso de acidente de trabalho, a cooperativa dispõe de seguros e razoável esquema de atendimento médico-hospitalar para seus cooperados. Normalmente a assistência à saúde é fornecida através da cooperativa, engloba exames laboratoriais de rotina, consultas e internações.

Outra forma é aquela em que o produtor utiliza a cooperativa apenas no momento de efetuar o pagamento dos volantes, ou seja, a cooperativa funciona como verdadeiro escritório contábil para ele. Após selecionar a mão-de-obra, o produtor leva até a cooperativa a relação dos indivíduos contactados, que por sinal podem ser cooperados ou não. Os volantes

cota simbólica de Cr\$ 100,00 e acabam se filiando à cooperativa. A partir daí a cooperativa fica responsável pelo pagamento da

É comum, neste caso, existir um trabalhador volante que é o elemento de contato entre o produtor e os demais trabalhadores. É com ele que o produtor combina o número de pessoas de que necessita e o preço da diária ou da tarefa a ser realizada. Esse trabalhador é uma espécie de agenciador de mão-de-obra para o produtor. Ele efetua parte das funções do empreiteiro autônomo, mas também participa diretamente do processo de produção. Normalmente, esse indivíduo recebe um salário diferenciado dos demais volantes. Apenas a título de

exemplo, numa propriedade, a diária comum era de Cr\$ 2.000,00, enquanto esse trabalhador, estava recebendo Cr\$ 2.000,00.

O transporte é realizado pelo proprietário com veículo próprio ou com veículo alugado. O produtor, através dos seus empregados permanentes, faz a fiscalização e o controle da frequência dos trabalhadores volantes. Nota-se que a função de arregimentação e fiscalização da mão-de-obra foge ao controle da cooperativa. Aqui fica evidente que a sua utilização pelo produtor rural é só no sentido de descaracterizar, legalmente, o vínculo empregatício.

Para realizar o controle do pagamento dos volantes, a cooperativa continua cobrando do produtor uma comissão de 10% sobre a folha de salário. O sistema de pagamentos dos volantes é o mesmo que o descrito anteriormente.

Argumentam os produtores que essa última forma de se relacionarem com a cooperativa é mais vantajosa do que a anterior, pois lhes permite selecionar a mão-de-obra volante. Afirmam que a cooperativa dispõe de mão-de-obra de baixa qualidade, sendo constituída de velhos, mulheres, trabalhadores rejeitados pelos empreiteiros devido aos atritos pessoais ou de ordem reivindicatória e por aqueles que não conseguem melhores oportunidades de emprego. Também os volantes só procuram a cooperativa quando não encontram outra forma de engajar-se no mercado de trabalho.

Enquanto para os volantes os benefícios da co

operativa são reduzidos, restringindo-se basicamente à melhoria na assistência médico-hospitalar e maior controle sobre os meios de transporte, para o produtor a cooperativa apresenta-se como um meio de livrar-se dos encargos trabalhistas e dos problemas com a justiça do trabalho.

A cooperativa representa uma forma de intermediação da mão-de-obra legal, substituindo o "gato" ou empregado, não legal. Portanto, ela é uma forma do Estado intervir no mercado de trabalho na tentativa de solucionar principalmente o problema da intermediação da mão-de-obra para o produtor. Atuando preferencialmente junto aos grandes produtores, sob a alegação de que estes conseguem empregar um grande contingente de volantes, além de os utilizar por um período maior durante o ano, deixa claro porque veio. Apesar de se apresentar como forma de solucionar os problemas dos volantes, a nível de discurso, ela afasta, na realidade, os trabalhadores da formalização do contrato de trabalho e conseqüentemente de seus direitos previdenciários além de tornar mais impotentes o sindicato dos trabalhadores, que é teoricamente a forma de representação legítima da classe trabalhadora (FLEURY, 1978).

Nas formas de arregimentação da mão-de-obra volante apresentadas, os serviços são realizados sob dois sistemas de trabalho: a diária e a tarefa.

A diária é o sistema de trabalho dominante nas operações de plantio e capina de café. A tarefa é utilizada na colheita do café, na catação de milho e vem sendo ampliado seu uso na capina do café. Na colheita do café, a tarefa e

paga por "alqueire" (60 litros de café) colhido; na carpa, por pés capinados; e na catação do milho, por balaio ou Kg colhido.

O sistema por tarefa parece ser preferido pelos trabalhadores e pelos empreiteiros, pois alegam que conseguem elevar seus ganhos diários. Empiricamente, constatou-se na colheita de café de 1983 que, enquanto a diária estava ao redor de Cr\$ 1.500,00, na tarefa, o volante estava recebendo cerca de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 3.000,00/dia. Essa maior remuneração do volante na tarefa, parece ser ilusória quando se olha a questão sob o prisma da intensificação do ritmo e da jornada de trabalho. O trabalhador aumenta seu esforço para conseguir ganhar alguns cruzeiros a mais durante o dia, reduz o período de parada para alimentação e acaba realizando a operação de colheita num período de tempo mais curto. A exploração do trabalhador aumenta à medida que o aumento do seu ganho não acompanha o aumento de sua produtividade. Já a remuneração do empreiteiro, é maior na tarefa porque o ganho diário do volante é maior.

Um exemplo de exploração do trabalhador, pode ser tirado da declaração do empreiteiro quando tenta mostrar a vantagem do sistema de tarefa em relação a diária na carpa de café. Diz ele que a produtividade dos trabalhadores na carpa de café é 300 pés/dia na diária e na tarefa é de 500 a 600 pés/dia. Na tarefa, os trabalhadores receberam cerca de Cr\$ 6,00/pé variando, portanto, seu ganho de Cr\$ 3.000,00 a Cr\$... 3.600,00/dia. Em contrapartida, a diária estava sendo paga a Cr\$ 2.000,00/dia para homem e Cr\$ 1.800,00/dia para a mulher. Tomando-se a diária do homem Cr\$ 2.000,00, e a produtividade média do trabalhador de 300 pés/dia, verifica-se que, na diária os trabalhadores estavam recebendo Cr\$ 6,67/pé capinado,

portanto, mais do que na tarefa. Daí ser ilusória a maior diária recebida pelos volantes na tarefa. Essa é uma forma de extrair o excedente do trabalho dos volantes. Constituiu-se muito mais em vantagem para o produtor do que para o trabalhador.

Outra vantagem da tarefa para o empreiteiro e também para o empregador é a redução do serviço de fiscalização do trabalho. O trabalhador, na tarefa, passa a ser seu próprio fiscal.

O ganho dos volantes da região do café restringe-se aos dias efetivamente trabalhados. Nos dias chuvosos, em que são impossibilitados de trabalhar, não são remunerados. Nos feriados, os volantes também não recebem, nem nos domingos, mesmo que tenham trabalhado a semana toda numa propriedade.

Como os volantes do café não têm seus direitos trabalhistas respeitados, a rotatividade dessa mão-de-obra nas turmas de trabalho é bastante alta, acentuando-se no período de pico da safra de café, onde a demanda de mão-de-obra aumenta. Na colheita do café ocorre intensa competição por força de trabalho existindo verdadeiros leilões de mão-de-obra, onde quem paga mais consegue obter os trabalhadores que necessita. Como consequência, o preço pago aos volantes por unidade de produção realizada passa a elevar-se durante a safra. A título de exemplo, na última colheita (ano de 1983) o preço pago ao volante variou em termos nominais 233% do início ao término da safra passando de Cr\$ 300,00/"alqueire" (60 litros) a Cr\$... 1.000,00/"alqueire" na região de Franca.* / Mesmo descontando

* / CATI - Delegacia Agrícola de Franca, 1983.

a inflação desse período, que foi de 40,09%, pode-se observar aumento do preço pago pela unidade colhida durante a safra de café.

A remuneração diária do trabalhador volante e do empreiteiro da região do café pode ser observada no quadro 18. Embora possa haver superestimativa do ganho dos volantes, por ser declaração do produtor, os dados apresentados são indicativos de como o ganho diário dos volantes variou da colheita para a carpa do café. Também, permitem comparar, com o devido cuidado, o ganho do empreiteiro e do volante durante a colheita.

Analisando os dados do quadro 18, nota-se que em termos gerais a remuneração diária dos volantes tende a ser maior na safra do que na entressafra do café. Este fato fica mais evidente, quando se compara o ganho diário do volante na colheita realizada no sistema de tarefa, com aquele obtido na carpa realizada no sistema de diária. Em termos nominais, é possível verificar o maior ganho do volante na colheita. Quando se compara a remuneração do volante na colheita e na carpa, ambas realizadas no sistema de diária, verifica-se que a diária é maior na carpa. Mas se considerar a inflação (52,54%) no período de julho a novembro, nota-se que o aumento da diária (33,3%) não chegou a superar o aumento geral dos preços. Portanto, mesmo no sistema de diária ocorre uma redução da remuneração do volante da safra para a entressafra do café.

A maior diária recebida pelos volantes na safra do café, ocorre devido ao acirramento da disputa por mão-de-

Quadro 18 - Estimativa do valor da diária paga aos volantes do café da região de Franca, ano 1983

Produtor	Colheita do café (maio-agosto)				Carpa do café (novembro)		
	Empreiteiro ^{1/} (Cr\$/dia)	Volante		Produtividade ("alq"/dia)	Volante		
		Tarefa (Cr\$/dia)	Diária (Cr\$/dia)		Tarefa (Cr\$/dia)	Diária (Cr\$/dia)	
1	9.000,00*	3.000,00-6.000,00	-	6	3.000,00** (Cr\$ 6,00/pé)	2.000,00	
2	5.000,00	2.000,00-3.000,00	1.500,00	-	-	-	
3	-	3.000,00-4.000,00	+	6	-	2.000,00	
4	4.000,00-10.000,00	2.500,00-6.000,00	-	-	2.500,00-3.000,00 (Cr\$ 5-10,00/pé)	1.600,00-2.000,00	

Fonte: questionários realizados junto aos produtores de café.

* cálculo foi efetuado considerando em média 15 trabalhadores (ver quadro 16a), com uma produtividade de 6 "alq"/dia e o valor do "alq." Cr\$ 100,00.

** cálculo efetuado considerando uma produtividade média de 500 pés/dia (informação dada pelo empregado de mão-de-obra).

^{t/} refere-se apenas a pessoa física.

obra relativamente escassa nesse período. Uma forma do volante pressionar a elevação do preço do "alqueire" colhido que se tira das declarações do proprietário é a paralisação do serviço. Quando percebem que não irão obter ganho almejado ao término do dia de trabalho, deixam a plantação voltando a pé para a cidade. Alguns proprietários, procurando fugir desse tipo de pressão, buscam os trabalhadores volantes em municípios vizinhos, o que lhes garante no mínimo que a tarefa do dia será realizada.

Na entressafra do café, o excedente relativo de mão-de-obra faz aumentar a competição entre os trabalhadores volantes na tentativa de conseguirem serviço. O número de trabalhadores volantes nas turmas de trabalho cai pela metade em relação à safra de café, segundo declaração do empreiteiro de mão-de-obra. As operações que normalmente mais empregam volantes nesse período - carpa de café, plantio de café e a catação do milho - são de curta duração. Com a oferta de mão-de-obra relativamente maior do que a demanda, a pressão sobre o ganho do volante passa a ser no sentido de cumprí-lo.

Ainda considerando os dados do quadro 18, verifica-se que na colheita do café o ganho diário dos volantes chega a ser no máximo 60% do ganho dos empreiteiros. Os empreiteiros conseguem ter uma remuneração diária maior do que a dos volantes que transporta devido a própria condição de arregimentador de mão-de-obra e também pela grande importância que têm nessa região na organização da força de trabalho o que permite controlar o ganho dos volantes.

4.2. A Região da Laranja

4.2.1. Caracterização da Região

A DIRA de Ribeirão Preto destaca-se como a mais importante produtora de laranja do Estado de São Paulo, com cerca de 7.330 mil pés novos e 46.250 mil pés em produção (40% do total de pés do estado) e uma produção de 78.800 mil caixas (42% do total do estado)*/. O cultivo da laranja ao nível da DIRA está centralizado na região de Bebedouro, conhecida como a "Capital da Laranja", que agrega vários municípios quais sejam: Bebedouro, Pirangi, Terra Roxa, Vista Alegre do Alto, Monte Azul Paulista, Monte Alto, Colina, Taquaritinga, Taiúva, Taiaçu. Destes municípios, apenas em Bebedouro, Taiúva, Taiaçu, Monte Azul Paulista e Colina foram coletados os dados a serem apresentados.

A citricultura na região de Bebedouro é atividade de principal tanto como geradora de renda, como de empregos diretos e indiretos.

O desenvolvimento industrial baseia-se na agroindústria de gêneros alimentícios, sendo a indústria de suco de laranja a mais expressiva delas (SEP, 1978). Essa atividade industrial, que se desenvolve juntamente com a atividade agrícola, possibilita pouca mobilidade de emprego entre o setor industrial e a agrícola, ao contrário do que ocorre na re

*/ IEA - Previsão e Estimativa de Safra Agrícola, 1982/83 do Estado de São Paulo, Junho 1983.

giao de Franca. O processo de industrialização do suco de laranja demanda relativamente pouca mão-de-obra, pois é praticamente todo automatizado, desde o descarregamento da fruta na indústria até a obtenção do suco.

A região de Bebedouro assumiu a hegemonia da produção de laranja do Estado por volta da década de sessenta. O fator de incentivo à expansão da laranja nesta região foi a implantação da indústria de suco concentrado, a qual visava atender a demanda crescente do mercado externo.

A industrialização de suco de laranja teve início no município de Bebedouro no ano de 1962 com a criação da Cia Mineira de Conservas S/A. Em 1965, é implantada nesse município a Citrobrasil, que foi adquirida pela Cargill em 1977. Em 1970, a Cia. Mineira foi comprada e transformada na Sanderson. Esta, por sua vez, foi à falência em 1974, o que levou o governo do Estado de São Paulo a assumir seu controle e criar a Frutesp. Atualmente, a Frutesp (Cooper Citrus) está nas mãos dos produtores citrícolas da região, que são cooperados (OLIVEIRA, 1984).

No final dos anos setenta, a Cargill e Frutesp ampliaram a capacidade instalada. Nesse período, também é implantada a Sucocitro Cutrale no município de Colina.

Atualmente, a Cutrale e a Cargill são as agroindústrias que se destacam na região de Bebedouro, pois ficam com a maior fatia do mercado de suco concentrado de laranja dessa região. Ao nível de Estado de São Paulo a indústria Cutrale também sobressai na produção de suco concentrado de laranja, pois em 1982 ela sozinha controlava 60% do mercado de

suco. Precisamente, 90% do mercado de suco paulista é controlado por três empresas Cutrale, Citrosuco (Matão) e Cargill, o que mostra a cartelização nesse setor (OLIVEIRA, 1984:345). Essas indústrias, além de controlarem o mercado de suco, também alimentam grande parcela do mercado de frutas "in natura".

A participação da indústria de suco no processo de produção agrícola vem crescendo nos últimos anos, mas ainda a maior parte da matéria-prima processada não é de produção própria.^{*/} A produção de laranja nessa região é caracteristicamente realizada pelo proprietário rural, o qual é responsável pela condução do pomar até a colheita. Normalmente a operação da colheita é realizada pela indústria que compra a matéria-prima. Esse procedimento dos produtores de laranja de vender a produção, até mesmo antes da florada, à indústria, é bastante generalizado (abrange cerca de 80% dos produtores) na

A desvinculação do produtor da colheita é uma forma utilizada pela indústria de adequar o volume colhido a sua capacidade de processamento da matéria-prima. Se a colheita ficasse a cargo do produtor, este procuraria colher o fruto o mais rápido possível para evitar queda e conseqüente perda de produção. Porém a indústria teria problemas, pois ora contaria com um volume de matéria-prima acima de sua capacidade

Na laranja não se tem conhecimento até os dias de hoje (1984) de nenhuma legislação que vise a controlar a participação da indústria na produção da matéria-prima por ela processada, o que permite a expansão dos pomares sob controle direto da mesma.

**/ Informação da CATI/Delegacia Regional de Bebedouro.

de moagem diária, ora abaixo.

Além desse aspecto, existe um outro que também facilita a atuação da indústria de suco se esta controlar a colheita. É a definição da época ideal para a realização da colheita da fruta em cada pomar. O estágio de maturação da fruta, que é indicado pela relação Brix-ácido,^{*/} interfere na qualidade do suco da laranja. Portanto, a indústria deve adequar a época da colheita ao padrão de qualidade do suco exigido pelo mercado consumidor. Como grande parte do suco brasileiro é exportado, a indústria tem que obter a qualidade do suco demandada pelo mercado internacional. Assim, se a fruta não tiver atingido a relação Brix-ácido desejável, a indústria passa a reduzir a moagem e conseqüentemente a operação de colheita é desativada. Para o produtor que se dispõe a realizar a colheita, a indústria passa a impor cotas de entrega de laranja quase que diariamente. Isto traz uma série de problemas para ele, principalmente no que se refere a contratação de mão-de-obra, pois os trabalhadores ocupados na colheita não são parte da força de trabalho fixa da fazenda. Assim o produtor ora tem que dispensar trabalhadores, ora tem que contratá-los, num período em que a disputa por mão-de-obra é grande. Nessas condições o produtor sente-se desencorajado a realizar a colheita e a indústria passa a controlar essa operação. Para a indústria, que compra a produção de vários pomares, é mais fácil manter um certo contingente de trabalhadores ocupados durante um certo período do ano.

^{*/} A relação Brix-ácido permite à indústria controlar a qualidade e o rendimento do suco de laranja.

4.2.2. Organização da Produção

A produção de laranja na região de Bebedouro dá-se num contexto de uma agricultura bastante capitalizada, sendo generalizado entre os produtores o uso de máquinas, corretivos de solo, adubos químicos (de solo e foliar), defensivos, bem como de mão-de-obra assalariada. Apesar da cultura ser bastante mecanizada, a mão-de-obra é especialmente importante por ocasião da colheita da laranja que é toda realizada manualmente.

No cultivo da laranja, praticamente, inexistem as formas de exploração da terra como a parceria e o arrendamento encontradas comumente na produção de grãos e fibras. A produção da laranja é realizada pelos proprietários da terra, quer detenham grandes ou pequenas extensões de área. Este facto ocorre devido ao elevado investimento que envolve o cultivo da laranja e também por ser esta uma cultura perene.

Na região de Bebedouro o cultivo da laranja concentra-se nas propriedades de 50 a 300 ha^{*/}, semelhantemente ao que se verifica a nível de Estado de São Paulo.^{**/} No entanto, nessa região, vem ocorrendo nos últimos anos uma tendência de concentração da terra segundo os técnicos da Secretaria da Agricultura. As condições conjunturais desfavoráveis, principalmente de preços, tem levado os pequenos produtores de laranja a venderem suas terras para os maiores e deixarem a região.

^{*/} CATI - op. cit.

^{**/} FIBGE - Censo Agropecuário, 1984.

Também tem-se verificado o arrendamento das pequenas propriedades de laranja pelos usineiros da cana,¹ que passaram a substituir os pomares de laranja pela cana. O estímulo dado à cana-de-açúcar via Proálcool, apresenta-se como o maior determinante da expansão da área de cana em detrimento da de laranja.^{*/}

As propriedades de laranja da região de Bebedouro, como mostra o quadro 19, têm mais de 87% da área total explorada, sendo as áreas inexploradas, na grande maioria, ocupadas com benfeitorias, estradas e florestas. A quase totalidade da exploração das áreas dessas propriedades explica-se pelo alto preço da terra na região, que acaba por forçar o produtor a utilizar intensivamente suas áreas, combinando culturas que lhe permitem maximizar receita e manter viável economicamente a empresa.

Essas propriedades cultivam além da laranja, que constitui mais da metade da área explorada, o café, milho, arroz,² soja e desenvolvem pequena atividade pecuária, tendo gado misto para cria e recria. O milho e arroz são cultivados em pequenas áreas, em solteiro e/ou intercalar à laranja em formação e/ou ao café reformado, sendo predominante o cultivo em solteiro. A produção dos bens de subsistência é realizada principalmente pelo proprietário da terra que visa o autoconsumo,³ colocando o excedente dessa produção no mercado local.

A tecnologia adotada nessas propriedades de laranja apresenta-se variável, sendo comum encontrar as de alta

^{*/} A geada ocorrida na Flórida no final de 1984, passou a frear esses arrendamentos, graças a elevação do preço da laranja.

Quadro 19 - Uso do solo nas propriedades de laranja da região de Bebedouro, ano agrícola 1982/83

Propriedade	Área total (ha)	% da área explorada/área total	% da área de laranja/área explorada	% da área c/ outras cult./área expl.	% da área de pastagens/área explorada	Nível técnico lógico
1	19	87,5	78,6	-	21,4	A
2	194	99,3	65,3	34,7	-	M
3	331	87,6	60,3	23,1	16,6	M
4	1.414	95,3	78,3	13,3	8,4	A

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de laranja em novembro de 1983

OBS: A = alta; M = médio

Área explorada = área de lavoura + pastagem

e média tecnologia. As propriedades 1 e 4 representam o grupo de alta tecnologia e as propriedades 2 e 3 de média tecnologia.

Os proprietários de alta tecnologia têm maior domínio do pacote tecnológico que utilizam, especialmente na

Eles seguem corretamente as informações técnicas disponíveis. Fazem uso de adubos segundo as dosagens e formulações adequadas às deficiências do solo e às exigências das plantas. Usam micronutrientes e adubação orgânica. O tratamento fitossanitário é realizado com base em inspeções prévias do pomar, a fim de detectar o índice de infestação de pragas e doenças. O cuidado com a regulagem de máquinas e equipamentos é grande. As mudas utilizadas nos pomares são de boa qualidade. Nos tratamentos culturais, procuram conservar o solo com cobertura vegetal no período chuvoso (setembro-março) do ano, realizando a roçada das ervas daninhas nas entrelinhas da laranja e a "coroação" dos pés nas linhas. Às vezes usam herbicidas no pomar em produção, mas tal uso está condicionado ao tamanho da área cultivada e a disponibilidade de mão-de-obra permanente na empresa. De modo geral, procuram a melhor forma de realização das operações agrícolas.

Os proprietários de média tecnologia realizam parcialmente as recomendações técnicas. O adubo é aplicado sem muito rigor técnico e às vezes utilizam micronutrientes.

co para a cultura. As máquinas e equipamentos nem sempre são devidamente regulados. Esses produtores se mantêm nesse patamar tecnológico por falta de conhecimento e domínio efetivo das técnicas adotadas ou por falta de recursos financeiros.

A declaração de um proprietário */ entrevistado em novembro de 1983 é ilustrativa do segundo caso. Diz ele que nos últimos 3 anos, muitos proprietários da região de Bebedouro passaram a usar menos insumos de produção, especialmente adubos. Dois fatores foram apontados como colaboradores de tal situação: a elevação do preço dos insumos que cresceu mais do que o preço recebido pelo produtor na venda da laranja, e a elevação da taxa de juro do crédito rural.

Nos últimos 5 anos, algumas mudanças técnicas ocorreram no cultivo da laranja segundo declaração dos produtores entrevistados. São elas: utilização de mudas de melhor qualidade; adoção da prática de adubação foliar; combinação de pulverização mecânica e manual que anteriormente era principalmente manual; ampliação da carpa mecânica com implemento da enxada rotativa; uso de inseticidas e acaricidas mais específicos que proporcionam melhor controle das pragas; melhoria na operação de preparo do solo bem como da confecção de curvas de nível; aperfeiçoamento da técnica de desbrota; redução do espaçamento entre plantas.

O avanço tecnológico verificado nesse período, aliado às mudanças na composição da produção levaram à variação no uso de mão-de-obra.

A expansão da área de laranja implicou na redução da área de outras atividades. Quando a atividade substituída foi a pastagem, ou o arroz ou a soja, houve aumento no

*/ Esse produtor faz parte da diretoria da Frutesp e é um técnico que atua na região há vários anos.

uso de mão-de-obra pelas propriedades. Quando a atividade substituída foi o café, houve uma redução do emprego da mão-de-obra. Considerando os dados de estimativa de custo operacional do Instituto de Economia Agrícola (IEA), pode-se verificar as diferentes necessidades de mão-de-obra entre as culturas. Tem-se para o arroz a necessidade de 5,27 dias-homem/ha; para a soja, 2,15 dias-homem/ha; para o café 37,14 dias-homem/ha e para a laranja, 21,75 dias-homem/ha.^{*/} A pouca utilização de mão-de-obra no arroz e na soja indicou o elevado nível de mecanização nessas atividades. Na laranja e café, apesar da mecanização do preparo do solo e de alguns tratos culturais, o plantio, a desbrota e "coroação" dos pés são ainda realizados manualmente.

4.2.3. Utilização de Mão-de-Obra

As categorias de mão-de-obra utilizadas no cultivo da laranja são: permanente, temporária e do proprietário rural e sua família.^{**/}

^{*/} Nesses dados não está incluída a utilização de mão-de-obra na colheita.

^{**/} Segundo OLIVEIRA (1984), no Estado de São Paulo, em 1970, cerca de 48,99% do total da força de trabalho ocupada na laranja era composta pela categoria responsável e membros não remunerados da família. Os assalariados participavam de 45,58% do total, sendo 30,56 referente aos empregados permanentes e 16,02% referentes aos empregados temporários. Os restantes 4,43% são relativos as categorias de parceiros e outros.

Normalmente, nas maiores propriedades de laranja, o produtor participa indiretamente da produção atuando apenas na administração da sua empresa, ficando para os seus empregados a realização da produção propriamente dita. Já nas menores propriedades, o produtor e sua família também participam do processo de produção. Os serviços que executam, geralmente, estão ligados às operações que utilizam máquinas e equipamentos, sendo as tarefas manuais deixadas a cargo dos empregados.

As fases do processo produtivo da laranja que vão do preparo do solo até a colheita (exclusiva), envolvem basicamente o emprego dos trabalhadores permanentes, ou da mão-de-obra do produtor e de sua família e, esporadicamente, são utilizados os trabalhos temporários para auxiliar nas operações de plantio, desbrota e carpa de laranja.

Na colheita, a indústria de suco utiliza somente trabalhadores temporários.

Os empregados permanentes das propriedades de laranja normalmente são residentes nas fazendas, mas nem todos são mão-de-obra qualificada. Entre esses trabalhadores encontram-se desde braçais, administradores, tratoristas, motoristas e as vezes carpinteiros.

O quadro 20 mostra a composição da mão-de-obra permanente e a porcentagem dos residentes em algumas propriedades da região de Bebedouro. Nota-se que existe um número relativamente grande de braçais entre os empregados permanentes da laranja. Esses trabalhadores são utilizados na desbrota e

mente são treinados pela propriedade a operar máquinas e a

Qualificação e local de residência da mão-de-obra permanente das propriedades de laranja da região de Bebedouro, ano 82/83

Propriedade	Número de trabalhadores permanentes	Número braçais	Número administrador	Numero outras qualificações	% residentes nas propriedades
	zero				
2	8	3		4	37,5
3	15	10		4	100
4	43	18		14	100

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de laranja novembro de 1983.

realizar tarefas que exigem maior qualificação da mão-de-obra. Isto é feito com o objetivo de fixar na fazenda os trabalhadores da confiança do produtor.

Quanto à residência, parece existir uma estreita relação entre o empregado ser permanente e ser residente. Apenas na propriedade 2, a porcentagem de não residentes é menor que 100. Nessa propriedade, existem somente duas casas que já estão ocupadas por trabalhadores e o proprietário não pretende investir na construção de novas moradias.

Os trabalhadores temporários da região da laranja, no geral, são volantes. Como no café, residem na periferia dos centros urbanos, não têm estabilidade de emprego, não guardam nenhum vínculo com a terra como meio de subsistência. São adaptados com toldos fixos e bancos. A alimentação é levada em mar

mitas que são preparadas na madrugada antes de se dirigirem ao trabalho, ou após a faina diária. Trabalham em diversas propriedades durante o ano intercalando períodos de emprego com de desemprego. O desemprego pode ser de dias em certos meses, e de meses em outros períodos do ano. As mulheres (na declaração de um empreiteiro) compõem quase a metade das turmas de trabalho, especialmente no período da colheita. Quando têm filhos procuram levá-los ao serviço para ajudar na colheita da fruta. A grande maioria dos volantes da laranja residem na região há mais de 5 anos, portanto, já adquiriram certa habilidade na colheita da laranja.

A ocupação da mão-de-obra nas fazendas de laranja pode ser observada no quadro 21. Neste quadro não está contido o número de trabalhadores volantes empregados na colheita, pois os proprietários não tinham condições de fornecer tal informação.

A composição da mão-de-obra varia, ao nível das propriedades, de acordo com a combinação de atividades produtivas e do tipo de operações realizadas. Na propriedade 1, a laranja é produzida basicamente pelo proprietário e sua família. No período de fevereiro a abril, como a exigência de mão-de-obra aumenta, é requisitado o trabalho de um menor da família e de dois trabalhadores volantes. No período de julho a setembro, existe um excedente de trabalho. A mão-de-obra familiar passa então a prestar serviço em outras propriedades vizinhas realizando operações como aração de terra e carpa mecânica dos laranjais com máquinas e equipamentos próprios.

A propriedade 2, emprega quase o ano todo mão-de-obra volante. Nessa propriedade, parte da produção é desti-

Quadro 21 - Ocupação da mão-de-obra, mês a mês, nas propriedades de laranja da região de Bebedouro, ano agrícola 82/83.

Produtor	1	2	3	4	
Produtividade (cx/pé)	3,0	2,8	2,6	3,6	
Meses	Nº de trabalhadores				Operações
Julho	F = 3 T = 0	P = 8 T = 4	P = 15 T = 0	P = 43 T = 0	laranja: limpeza do pomar (galho e arran- quio de colônia) - (1, 3, 4) pulverização - (4) colheita - (2) café : colheita - (4) abacate: colheita - (2) gado : manejo e limpeza de pasto - (3,4) serviços nas benfeitorias - (3)
Agosto	F = 3 T = 0	P = 8 T = 4	P = 15 T = 0	P = 43 T = 0	laranja: gradeação - (4) pulverização - (2, 4) capina - (4) colheita - (2) limpeza (colônia) - (3) arroz e : milho : preparo do solo - (4) gado : manejo - (3, 4) serviços nas benfeitorias - (3)

Setembro	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: plantio - (3,4)
	T = 0	T = 4	T = 0	T = 0	pulverização - (1, 4)
					adubação - (4)
					colheita - (2)
					arroz e : preparo do solo - (2,4)
					milho : manejo - (3,4)
Outubro	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: viveiro (manutenção) (3)
	T = 0	T = 4	T = 0	T = 0	plantio (4)
					gradeação - (4)
					carpa (enxada rotativa) - (1)
					adubação - (1, 2, 4)
					pulverização - (4)
					colheita - (2)
					café : adubação - (4)
					soja : preparo do solo - (3)
					gado : manejo - (3, 4)
					arroz e : plantio - (2, 3, 4)
					milho : preparo do solo - (2)
Novembro	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: gradeação - (2, 3, 4)
	T = 0	T = 4	T = 0	T = 0	carpa - (3)
					pulverização - (1, 2, 3, 4)
					adubação - (4)
					colheita - (2)
					soja e : plantio - (3)
					arroz : cobertura - (2)
					milho : manejo - (3, 4)
					gado : manejo - (3, 4)

Dezembro	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: gradeação - (2, 3, 4)
	T = 0	T = 4	T = 30	T = 0	pulverização - (1, 3, 4)
					adubação - (2)
					carpa - (3)
					colheita - (2)
					milho : cobertura - (2, 4)
					carpa - (4)
					arroz : carpa - (3, 4)
					soja : carpa - (3)
					gado : manejo - (3, 4)
Janeiro	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: gradeação - (2, 3, 4)
	T = 0	T = 4	T = 0	T = 0	adubação - (1, 4)
					pulverização - (2)
					colheita - (2)
					manga : colheita - (2)
					café : carpa - (3)
					milho e
					soja : cultivo - (3)
					gado : manejo - (3, 4)
Fevereiro	F = 4	P = 8	P = 15	P = 45	laranja: viveiro (manutenção) - (3)
	T = 2	T = 4	T = 0	T = 0	gradeação - (2, 4)
					pulverização - (1, 4)
					colheita - (2)
					arroz : cultivo - (3)
					colheita (início) - (4)
					soja : cultivo - (3)
					gado : manejo - (3, 4)

Abril	F = 4	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: gradeação, "coroação" - (1, 4)
	T = 2	T = 0	T = 3	T = 0	pulverização - (4)
					milho : colheita - (2, 4)
					arroz e : colheita - (3)
					soja : colheita - (3)
					gado : manejo - (3, 4)
Maio	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: gradeação e adubação - (4)
	T = 0	T = 0	T = 0	T = 0	pulverização - (1, 4)
					limpeza do pomar - (3)
					milho : catação - (2)
					colheita - (3)
					soja : colheita - (3)
					gado : manejo - (4)
Junho	F = 3	P = 8	P = 15	P = 43	laranja: limpeza do pomar - (1, 3, 4)
	T = 0	T = 0	T = 0	T = 0	adubação e colheita - (2)
					milho : colheita - (3)
					gado : manejo - (3, 4)

Fonte: questionários levantados junto a produtores de laranja, novembro de 1983

OBS: - P = empregado permanente; T = empregado temporário; F = mão-de-obra do proprietário e membros da família.

- o combate à formiga não tem época definida, sendo realizado quando necessário
- a calagem é feita em anos alternados. Em 82/83 não foi realizada
- o número entre parênteses refere-se à identificação da propriedade
- início da colheita pela indústria nas propriedades 1, 2, 3, 4, ocorre no mês de junho.

nada ao mercado de fruta "in natura", ficando a colheita dessa laranja sob responsabilidade do proprietário. A outra parte da produção é vendida à indústria de suco que se responsabiliza pela colheita. Os empregados permanentes, além de trabalhar nas atividades agrícolas, são utilizados no barracão de embalagem da fruta, o que permite ao produtor usar intensivamente a mão-de-obra disponível.

O proprietário 3, emprega maior número de trabalhadores temporários na carpa da laranja e poucos na colheita de grãos. Na colheita de grãos é contratado serviço de pequenos produtores e membros de suas famílias que residem nas vizinhanças de sua propriedade.

O proprietário 4, não utiliza trabalhadores volantes. No período de outubro a fevereiro, quando a necessidade de força de trabalho aumenta, é intensificado o ritmo e a jornada de trabalho dos empregados permanentes. De março a setembro, ocorre redução dos serviços e os trabalhadores permanentes tendem a trabalhar em um ritmo menos intenso. Esse proprietário consegue realizar os serviços só com trabalhadores permanentes, porque conta com grande extensão de área cultivada com laranja e desenvolve outras atividades agrícolas (café, milho, arroz e pecuária) que ocupam mão-de-obra o ano todo.

De modo geral, os dados do quadro 21, indicam que as propriedades de laranja utilizam pouca mão-de-obra volante durante o ano quando excluída a operação de colheita.

Mesmo não considerando a despesa com mão-de-obra relativa à colheita, pode-se constatar pela declaração dos proprietários da laranja que o custo de mão-de-obra nas

fazendas é elevado. A despesa com mão-de-obra, inclusive os encargos trabalhistas, chegou a representar 24% a 50% da despesa total das propriedades de laranja.

4.2.4. Contratação de Mão-de-Obra

A contratação dos empregados permanentes da laranja é feita mediante contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Nas propriedades de laranja, a relação de emprego já se apresenta quase totalmente monetarizada. Além do salário monetário, os empregados recebem casa e luz como pagamentos em espécie.

O quadro 22, mostra o salário médio recebido pelos empregados permanentes de duas propriedades de laranja. Nota-se que o salário desses trabalhadores situa-se bem acima do salário mínimo (Cr\$ 57.720,00/mês) e do salário médio de tratoristas e mensalistas da DIRA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo que são respectivamente Cr\$ 67.950,00/mês e Cr\$ 61.850,00/mês.* / Também acha-se acima do salário médio recebido pelos empregados permanentes do café. Essa maior remuneração dos trabalhadores permanentes da laranja explica-se em parte pela maior organização do mercado de trabalho qualificado nessa região, com a extensão das condições de trabalho urbano ao rural.

*/ Op. cit. FIBGE e IEA

Quadro 22 - Salário médio mensal pago pelos proprietários da laranja na região de Bebedouro, em novembro de 1983

Proprietário	Salário nominal (Cr\$/mês)	
	Braçais	Não braçais
2	95.000,00	147.500,00
4	105.500,00	170.000,00

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de laranja, em novembro de 1983.

A formalização do contrato de trabalho dos volantes na região da laranja só se verifica por ocasião da colheita. Na entressafra da laranja como os volantes realizam operações de curta duração nas fazendas, trabalham sem vínculo formal de emprego.

Na entressafra da laranja, com a redução dos serviços manuais nas fazendas de laranja, os volantes procuram empregar-se em outras atividades agrícolas, como a colheita do amendoim (janeiro/fevereiro), do algodão (março/abril) e a colheita do milho (março). No entanto, essas culturas, por ocuparem pequenas áreas na região e terem os períodos de colheitas bastante curtos não empregam toda a força de trabalho ofertada (aquela dispensada no término da colheita da laranja). Portanto, não há possibilidades de os trabalhadores volantes estarem ocupados por toda a entressafra da laranja.

A arregimentação da mão-de-obra volante, nesse período, é feita pelo proprietário e/ou pelo empreiteiro autônomo tal como ocorre na região do café. O proprietário da la-

laranja só arregimenta trabalhadores volantes quando necessita de pouca mão-de-obra. Nesse caso, o transporte, a fiscalização e o pagamento dos trabalhadores é de sua responsabilidade. O sistema de trabalho comum é a diária.

A utilização do empreiteiro autônomo nas fazendas de laranja ocorre principalmente na operação da carpa (compreende a "coroação" dos pés de laranja) que é a que emprega mais mão-de-obra nesse período. O empreiteiro além de arregimentar a mão-de-obra volante, transporta, fiscaliza e paga os trabalhadores.

A atuação do empreiteiro é mais livre durante a entressafra da laranja, pois tem maior autonomia no mercado de trabalho volante. A existência de excedente relativo de mão-de-obra e a escassez relativa de serviço nas fazendas, tende a fortalecer a figura do empreiteiro como organizador de mão-de-obra e a aumentar o seu poder na disputa com o produtor pelo trabalho excedente do volante.

O ganho do empreiteiro depende do ganho dos volantes. A remuneração dos volantes varia durante a entressafra da laranja em função do serviço realizado e dos dias trabalhados. Nesse período, os trabalhadores não recebem nenhum direito trabalhista, pois não têm contrato de trabalho. Na declaração dos empreiteiros entrevistados, de janeiro a junho de 1983, o ganho diário do volante chegou a Cr\$ 4.000,00, porém, a remuneração média ficou entre Cr\$ 1.500,00/dia e Cr\$ 2.000,00/dia. O maior ganho diário do volante ocorreu no período de colheita do amendoim e do algodão que são operações realizadas por empreitada ou tarefa. Esse crescimento do valor da diária do volante, como ocorre num período bastante curto da entressafra

fra, não chega a proporcionar melhorias significativas nas condições de vida desses trabalhadores que convivem com o desemprego nesse período do ano (entressafra).

As condições de transporte, pioram na entressafra da laranja, pois o empreiteiro procura levar o máximo de trabalhadores possível em seu veículo. Mais trabalhadores no caminhão significa para o empreiteiro maior volume de produto obtido, redução de custo de transporte e aumento de sua remuneração. Na declaração dos empreiteiros, eles geralmente não saem para o serviço com menos de 20 pessoas no caminhão e é normal transportarem 50 quando realizam serviços nas fazendas.

A rotatividade dos trabalhadores volantes nas turmas de trabalho também aumenta nesse período, pois o trabalhador, procura a qualquer custo manter-se empregado.

Na colheita da laranja (junho a novembro/dezembro), como a demanda de mão-de-obra cresce e a disputa por força de trabalho acirra-se, a contratação formal dos volantes passa a ocorrer com maior frequência, pois é uma forma de ga

As indústrias de suco que são responsáveis pela maior parte da colheita de laranja, utilizam-se do intermediário de mão-de-obra para arregimentar os trabalhadores volantes de que necessitam. Duas formas de intermediação são comumente encontradas nesse período: as firmas empreiteiras de mão-de-obra e os empreiteiros individuais. No primeiro caso, a indústria de suco contrata os serviços da firma empreiteira, ficando esta responsável pela arregimentação, administração, contratação formal e pagamento da mão-de-obra volante. Os volantes

são empregados da firma empreiteira. Não têm vínculo empregatício com a indústria e nem com o agricultor. No segundo caso, a indústria é a empregadora da mão-de-obra e utiliza-se do empreiteiro individual apenas para arregimentar, transportar e fiscalizar os trabalhadores.

As firmas locadoras de mão-de-obra são pessoas jurídicas com identidade própria que prestam serviços. Elas diferem do empreiteiro autônomo, que atua no período da entressafra da laranja, por contratarem formalmente a mão-de-obra, eliminando a indústria das responsabilidades trabalhistas. No momento de cobrança de seus serviços, essas firmas transferem os dispêndios referentes aos encargos trabalhistas e parte dos seguros para os seus contratantes. Nem todos os volantes arregimentados por elas, na realidade, são efetivamente registrados. (Normalmente, elas mostram a aparência de legalidade). Os volantes que não trabalham até o vencimento dos contratos de prestação de serviço não são registrados em carteira e não recebem seus direitos trabalhistas. A carteira de trabalho do volante fica presa na firma, sendo liberada somente após a desvinculação do volante.

As firmas empreiteiras funcionam como meros escritórios controlando a folha de pagamento dos volantes. Não têm caminhões próprios para transporte dos volantes. O que fazem é contratar serviço com a indústria de suco e depois repassar aos empreiteiros individuais. Frequentemente, têm grande número de empreiteiros vinculados a elas. A título de exemplo, uma dessas firmas, em 1983, tinha de 115 a 130 empreiteiros individuais prestando serviços. Entre esses empreiteiros, encontram-se desde os que tinham 3 caminhões de transporte de

mão-de-obra (os grandes) até aqueles que alugavam veículos para transporte (os pequenos). Esses últimos como dispõem de pouco capital e não conseguem arcar com certos ônus (por exemplo adiantamento de salário etc.) da intermediação, tendem a desaparecer, segundo declaração de funcionários da firma.

Os empreiteiros vinculados às firmas é que arregimentam, fiscalizam, transportam e distribuem o pagamento aos volantes.

As firmas empreiteiras normalmente fazem seguro para seus empregados, para cobrir eventuais despesas com acidentes no transporte e de trabalho. A título de exemplo, o valor assegurado por uma dessas firmas no caso de morte do trabalhador, foi de Cr\$ 1.000.000,00/pessoa no ano de 1983.

A atuação dessas firmas restringe-se ao do de colheita, época de maior necessidade de mão-de-obra. Desmobilizam-se na entressafra como organizadoras de mão-de-obra, liberando seus empreiteiros para trabalharem autonomamente.

As firmas empreiteiras de mão-de-obra representam, na colheita da laranja, importante forma de organização do mercado de trabalho volante para a indústria de suco. Elas são bastante pressionadas pelas indústrias de suco que tentam conduzi-las segundo seus interesses. Entretanto, por trabalharem com grande número de volantes, representam uma ameaça às indústrias no sentido de que podem exigir melhor remuneração para os seus empregados e, conseqüentemente para si.

Algumas das indústrias não se utilizam dessas firmas. Contratam diretamente o serviço do empreiteiro individual e mantêm vínculo formal de emprego com os volantes. Neste

caso, o empreiteiro passa a assumir apenas as funções de arremate, fiscalizar, transportar e distribuir o pagamento aos volantes. Assim agindo, a indústria separa a remuneração do empreiteiro da dos trabalhadores, embora o ganho do empreiteiro dependa ainda do rendimento da mão-de-obra volante.

A contratação dos volantes pela indústria de suco é possível porque ela mantém muitos pomares sob seu domínio, ocupando continuamente mão-de-obra durante um período relativamente longo do ano. As maiores indústrias de sucos tendem a utilizar essa forma de arregimentação dos trabalhadores volantes, pela maior segurança que esta oferece na obtenção de mão-de-obra necessária.

O contrato de trabalho entre o volante e o seu empregador (firma de empreita ou indústria de suco) é temporário, abrangendo cerca de 6 meses, que é o período da safra da laranja. Esse contrato dá ao volante direitos ao 13º salário, férias e indenização por tempo de serviço, que são pagos ao ^é uma forma utilizada pelo empregador de manter sob seu controle

Entretanto, há empreiteiros que declaram que muitos trabalhadores de suas turmas procuram empregar-se para quem lhes paga mais, não sendo estímulo para eles terem simplesmente a carteira de trabalho assinada e, possivelmente, pagos os encargos trabalhistas no final da safra. Aproveitam a oportunidade do período da safra, quando existe escassez de mão-de-obra, para elevarem o ganho diário. Apesar do contrato de trabalho, os volantes da laranja, na sua maioria, não têm domingo, nem os feriados e nem os dias chuvosos remunerados. Mas esses dias, segundo os empreiteiros, são con

tados para efeito de pagamento do 13º salário, indenização e férias.^{*/} Desta forma, a remuneração dos volantes resume-se aos dias efetivamente trabalhados.

No caso de acidente de trabalho, a responsabilidade pelo pagamento do volante fica com o empregador, se o volante tiver que ficar até 15 dias parado. O valor da diária paga pelo empregador é equivalente ao salário mínimo regional. Acima de 15 dias parados, o volante passa a receber pela previdência social e, conseqüentemente a ter uma remuneração reduzida. Nesses momentos os empreiteiros são procurados para fornecer adiantamentos, que, posteriormente, são pagos quando o trabalhador volta ao serviço e na turma de tal empreiteiro.

Na colheita da laranja predomina o sistema de trabalho por tarefa, sendo os trabalhadores volantes pagos por caixa colhida. O empreiteiro tem a sua remuneração também definida em termos de caixa colhidas, só que a caixa do empreiteiro difere quanto ao peso da caixa do volante. Enquanto a primeira equivale a 40,8 kg a segunda equivale a 27 kg. Assim para formar 1 caixa do empreiteiro são necessárias 1,51 caixas do volante. Este fato leva a um diferencial de preço entre a caixa da laranja do volante e do empreiteiro. No preço da cai

^{*/} Somente uma indústria de suco dessa região, até 1983, realizava pagamento desses dias parados (domingo, feriado, chuva). O valor pago por dia parado era calculado pelo ganho médio do volante na semana antecedente a esse(s) dia(s). Assim procedendo, essa indústria sempre atraiu para o seu quadro de empregados aqueles trabalhadores mais produtivos.

xa do empreiteiro, está incluído o preço da caixa do volante. Por exemplo, no início da colheita da laranja de 1983, o preço da caixa pago ao empreiteiro foi de Cr\$ 60, sendo Cr\$ 45,00 referentes ao pagamento do volante (preço de 1,5 caixa de laranja) e o restante (Cr\$ 15,00) refere-se a remuneração do empreiteiro. Ressalte-se que da parte que fica para o empreiteiro, é preciso descontar a despesa de transporte para se ter o ganho efetivo do intermediário da mão-de-obra.

Em geral, o preço da caixa de laranja pago ao volante é função das condições de limpeza, da idade e produção dos pomares, do valor da diária no mercado de trabalho e da produtividade média do trabalhador.

O quadro 23, mostra os preços da caixa de laranja pagos aos volantes e empreiteiros no período da colheita (junho a novembro) de 1983, segundo declaração dos empreiteiros. Nota-se por esses dados que a variação do preço da caixa de laranja do empreiteiro, foi igual a variação do preço da caixa paga ao volante, ou seja, do início ao término da colheita os preços da caixa de laranja aumentaram em termos nominais de 133%. Este fato indica que a margem de ganho do empreiteiro por caixa manteve-se durante o período.

Descontando-se a inflação de junho a novembro, que foi de 72,84%, observa-se que ocorreu um aumento real do preço da caixa de laranja nesse período. Isto se deve ao acirramento da disputa por mão-de-obra relativamente escassa durante a safra da laranja. Nesse período, a disputa por mão-de-obra aumenta também devido à colheita da cana que é uma cultura que se desenvolve vizinha à laranja.

Quadro 23 - Estimativa do valor da diária paga aos empreiteiros e aos trabalhadores volantes da região de Bebedouro, no período de junho a novembro de 1983

Empreiteiro	Período	Empreiteiro Cr\$/cx (40,80 kg)	Trabalhador volante Cr\$/cx (27,0 kg)	Produtividade* do volante (cx/dia)	Estimativa* do ganho me- dio do volan- te (Cr\$/dia)	Nº médio de traba- lhadores por turma	Estimativa*** do ganho bru- to do emprei- teiro (Cr\$/dia)
1	início da safra	60 a 70	30 a 40	60 a 80	2.450	35	19.636
	novembro	120 a 140	60 a 70		4.550		51.522
2	novembro	110 a 120	50 a 60	40 a 60	2.750	36	37.985
	início de safra	75 a 80	30 a 35	50 a 60	1.787	28	28.690
3	outubro	120 a 140	50 a 70		3.300		40.085

Fonte: questionários realizados com empreiteiros, novembro de 1983.

OBS: * produtividade média dos volantes nos pomares de difícil e de fácil colheita.

** considerou-se a produtividade média do trabalhador volante.

*** rendimento bruto do empreiteiro = $\left[\text{Cr}\$/\text{cx} (40,80 \text{ kg}) \text{ empreiteiro} \times \text{cx} (40,80 \text{ kg})/\text{dia volante} - \text{Cr}\$/\text{dia volante} \right] \times \text{nº médio de trabalhadores por turma}$.

Em decorrência do aumento do valor unitário da tarefa, o trabalhador volante tende a aumentar o seu ganho diário. Esse tende a ficar pouco acima do salário mínimo regional. Contudo é na safra da laranja que o volante consegue obter uma remuneração mensal que no mínimo permite manter o seu precário padrão de vida, pois nesse período ele conta com maior estabilidade de emprego e acesso a alguns direitos trabalhistas.

Também o ganho diário do empreiteiro variou no período de colheita da laranja, passando de Cr\$ 19.636/dia para Cr\$ 51.522/dia. Nesses valores, está incluído o custo do transporte não devendo portanto, ser tomada como remuneração líquida do empreiteiro. Nota-se que a variação da remuneração do empreiteiro acompanha a variação do ganho do volante, pois como se sabe a remuneração do empreiteiro está associada a do volante.

4.3. Região da Cana-de-Açúcar

4.3.1. Caracterização da Região

A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da DIRA de Ribeirão Preto. Nessa DIRA encontram-se cerca de 37% da área de cana do Estado de São Paulo, a qual responde por 36% da produção total de cana do referido Estado.^{*/} A área

^{*/} IEA - Previsão e Estimativa de Safra Agrícola 1982/83 do Estado de São Paulo, junho de 1983.

tradicionalmente produtora de cana localiza-se no triângulo Ribeirão Preto, Araraquara e Jaboticabal compreendendo os municípios: Ribeirão Preto, Araraquara, Jaboticabal, Barrinha, Sertaozinho, Guariba, Pradópolis, Pontal, Cravinhos e Pitangueiras. Nessa região, a cultura da cana sobressai em termos de ocupação de mão-de-obra e de geração de renda (ver SEP, 1978).

O desenvolvimento industrial dessa região está associado ao desenvolvimento do setor primário, destacando-se a indústria sucro-álcooleira.^{*/} Essa indústria é bastante automatizada e tende a empregar relativamente pouca mão-de-obra quando comparada à agricultura. Além disso, o período em que mais se demandam trabalhadores no campo é aquele em que a indústria sucro-álcooleira está operando intensivamente. Portanto, a alternância de emprego rural-industrial, fica limitada.

O setor terciário, relativamente menos expressivo do que os demais, vem crescendo como empregador de mão-de-obra, em consequência do desenvolvimento da agroindústria.

4.3.2. Organização da Produção

Na atividade canavieira existe uma peculiaridade que é a íntima relação entre o processo industrial e o agrícola.

O proprietário da indústria sucro-álcooleira também participa do processo de produção agrícola, mantendo sob seu domí-

Na DIRA de Ribeirão Preto, existem cerca de 32 usinas de açúcar e álcool mais as destilarias autônomas. O triângulo da cana agrega 20 dessas unidades industriais.

nio a maior parte da matéria-prima que processa.

A cana-de-açúcar é cultivada em grandes extensões de área, sendo a maior parte de sua produção realizada pelas usinas e grandes fornecedores. As usinas, além de cultivarem a cana em área própria que, ressalte-se, são extensões expressivas, ampliam seu domínio sobre o volume produzido através de contratos de arrendamento ou parceria. A parceria no cultivo da cana apresenta certa particularidade, pois é a usina que coordena todo o processo produtivo. O contrato de parceria é utilizado pelas usinas na tentativa de contornar o problema tributário do proprietário da terra. Constitui-se numa forma de encobrir as práticas de arrendamento e de estimular o pequeno proprietário a fornecer a posse de suas terras. Assim, as usinas monopolizam o uso do solo nessa região e por fim, acabam também alterando a estrutura fundiária na medida que adquirem as pequenas propriedades anteriormente tomadas em arrendamento ou parceria.

Essa tendência de eliminação da pequena propriedade implicou, além da concentração do uso e da propriedade da terra, na redução da produção de bens de subsistência e na eliminação de reservatório de mão-de-obra existentes nessas unidades produtivas. Este fato, contribuiu para aumentar o assalariamento puro da mão-de-obra na região.

O quadro 24, mostra o uso do solo nas propriedades selecionadas de cana da região de Jaboticabal, no ano 1982. Os dados desse quadro revelam que mais de 88% da área dos estabelecimentos são exploradas com lavoura e pasto. Os 12% (no máximo) restantes, são relativos às áreas de benfeitorias, estradas e florestas. Tanto as menores como as maio

Quadro 24 - Uso do solo nas propriedades de cana da região de Jaboticabal, ano 1983

Propriedade	Especificação	Área Total (ha)	% da área explorada/ área total	% da área de cana/ área explorada (1)	% da área de outras culturas/ área explorada	% da área de pasto/ área explorada	Produtividade média (ton/ha)
1	Usina*	29.870	90,0	83,7	12,6**	3,7	76,6
2	Fornecedor (45.000ton)	41	88,2	73,3	26,7	-	82,64
3	Fornecedor (5.000 a 15.000ton)	128	98	73,0	27,0	-	106,2
4	Fornecedor (15.000 a 50.000ton)	484	90,0	66,7	33,3	-	115,8
5	Fornecedor (>50.000ton)	1.113	95,2	77,1	12,6	10,3	77,8

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de cana em novembro de 1983.

OBS: (1) área de cana plantada. Não está incluída a área de reforma.

* refere-se a área própria. A área tomada em arrendamento para o plantio de cana, foi de 22.914 ha em 1982.

** área de reforma de cana é cultivada por outros proprietários da região.

Área explorada = área de lavoura + pastagem.

res propriedades têm mais de 66% da área explorada com cana (coluna 5). Já se fosse considerada a área destinada à cultura da cana, inclusive a área de reforma,^{*/} esse percentual seria mais de 80% de área explorada. Desta forma, sobra relativamente pouca área das unidades produtivas para ser cultivadas com outros produtos agropecuários, ficando assim evidente a especialização das propriedades na produção da cana-de-açúcar.

Os produtos cultivados subsidiariamente à cana, nesses propriedades, são o amendoim, o arroz, o milho, a laranja e o café, além da criação de bovinos para corte. Arroz, milho e amendoim são cultivados em solteiro e nas áreas de reforma de cana. O amendoim é a cultura que ocupa a maior parte da área de reforma de cana.^{**/} Café e laranja ocupam áreas muito pequenas que tendem a desaparecer dessas propriedades. A bovinocultura de corte só é desenvolvida nos maiores estabelecimentos agrícolas.

Na usina entrevistada a área de reforma de cana, é arrendada para seus fornecedores ou produtores de grãos da região.^{***/}

^{*/} A área de reforma de cana representa em média 20% da cultivada com cana.

O município de Jaboticabal tornou-se um dos maiores produtores de amendoim do Estado de São Paulo pelo uso da área de reforma de cana com esse produto.

^{***/} Outras usinas da região realizam o cultivo de parcela da área de reforma de cana por conta própria, pois é uma forma utilizada de manter empregada parte dos trabalhadores volantes contratados no corte da cana.

Os menores fornecedores exploram a área de reforma de cana por conta própria, visando, com isso, não deixar ociosa terra, máquinas e mão-de-obra que têm disponíveis.

através da utilização intensiva de adubos químicos, defensivos, herbicidas e máquinas, além do emprego de mão-de-obra assalariada.

O nível tecnológico das propriedades de cana (quadro 24), quando analisado em termos de produtividade da terra, mostra que a produtividade é menor nas maiores propriedades. No entanto, notou-se, pelas entrevistas realizadas, que as maiores propriedades (usina e macro-fornecedores) investem mais no aperfeiçoamento das técnicas e na geração de tecnologia (seleção de variedades de cana etc.) do que as menores. São pioneiras na adoção das inovações técnicas, as quais tendem posteriormente a ser absorvidas pelos outros produtores de cana. Um exemplo desse pioneirismo é o uso do subsolador pelos grandes produtores há mais de 10 anos, enquanto só há menos de 5 anos, vem fazendo parte dos equipamentos de produção de cana do pequeno e médio proprietário. Outro exemplo é a utilização de herbicida na cana. Atualmente, o herbicida é aplicado em praticamente todas as propriedades de cana na região o que não ocorria há 5 anos atrás. Entre os pequenos e médios produtores de cana, (2, 3, 4), o herbicida é utilizado visando à liberação de mão-de-obra familiar ocupada no processo produtivo, bem como permite reduzir o emprego de trabalhadores volantes no período de carpa. Já os grandes produtores de cana (1 e 5) procuram utilizar o herbicida para que a operação de carpa seja completa na época adequada. Quando o

período de colheita da cana prolonga-se devido às chuvas passando a coincidir com o início da carpa, o herbicida é aplicado para evitar a contratação de mais trabalhadores temporários.

A usina tem procurado controlar o uso de herbicidas e a carpa mecânica para que toda a mão-de-obra contratada tenha ocupação nos 12 meses do ano na propriedade.

A colheita mecânica da cana é feita apenas pelos grandes estabelecimentos e nas áreas de reforma de cana, pois segundo declaração de produtores, a colhedeira danifica a soqueira e compromete as brotações e a produção posterior se for utilizada em áreas de cana de primeiro, segundo e terceiro cortes.

Nota-se, assim, que as grandes propriedades, tendem a empregar mais capital na produção de cana do que as menores. Isto tende a elevar a produtividade do trabalho nas grandes empresas, o que parece ser o objetivo maior dessas.

Nos últimos cinco anos, ocorreram algumas mudanças técnicas na produção de cana. Essas mudanças são essencialmente a aplicação de vinhaça que permite reduzir a quantidade de adubo químico aplicado na cana; cultivo triplice que envolve operações conjugadas do cultivo, sulcação e cobertura; mudança de tipos de herbicidas para aqueles mais seletivos à cana; uso de variedades mais produtivas; adequação do uso de adubo à deficiência do solo por talhão; substituição de equipamentos agrícolas por outros mais potentes; uso do subsolador; mudança do sistema de corte de cana de 5 para 7 ruas. Esta

última mudança trouxe vantagens para o produtor em detrimento do trabalhador. Para o primeiro, em especial a usina, as vantagens são: maior limpeza da cana que chega a usina, menor compactação do solo e menor danificação da soqueira. Para o trabalhador representou maior esforço físico na medida em que foi obrigado a enleirar a cana após o corte da 7ª rua. O novo sistema de corte da cana passou a comprometer o rendimento físico do trabalhador, que não conseguia obter a remuneração equivalente a do sistema de 5 ruas apesar de no de 7 ruas ser pago um ágio ao trabalhador volante (GEBARA & BACCARIN, 1983). Essa queda de rendimento físico do trabalhador também ficou evidente no discurso do usineiro entrevistado, que declarou, "como vantagem do sistema de corte de 7 ruas, a geração de mais empregos. Essa inovação técnica levou ao extremo as precárias condições de vida e de trabalho dos volantes da cana, conduzindo-os à conhecida "Greve de Guariba" de 1984. Dessa greve, surgiu um acordo e um dos itens resultante foi o fim do sistema de 7 ruas e a volta do corte de cana pelas 5 ruas.

Para o fornecedor uma outra inovação técnica introduzida a partir da safra de 1983, foi a forma de pagamento da cana o qual passou a ser feito pelo teor de sacarose e não somente pelo peso. Essa mudança tem implicações importantes, pois exigirá do fornecedor o plantio de variedades mais ricas em sacarose e maior controle na condução do canavial em termos das operações realizadas desde o plantio até o corte da cana o que aumentará o nível de serviço das propriedades.

Essas variações nas técnicas de produção de cana, aliadas à ampliação da área explorada com essa cultura e a substituição de culturas como laranja, arroz, milho, sorgo e

mamona por cana, verificadas nos últimos 5 anos, provocaram va
riação na utilização de mão-de-obra. Nesse período de tempo,
a tendência geral foi de aumento no uso de trabalhadores tempopo
rários, especialmente no corte da cana e a intensificação dos
serviços realizados pelos empregados permanentes durante o ano.
A usina, por exemplo, ampliou o emprego de temporários de
59,4% em 5 anos. O fornecedor 3, aumentou de 5 para 20 o n^ume
ro de trabalhadores temporários (na safra) ao substituir grande
parte da área de laranja, arroz, milho, sorgo e mamona por
cana.

4.3.3. Utilização de Mão-de-Obra

Nas propriedades produtoras de cana entrevista
das, identifica-se 3 categorias de pessoal ocupado na agriculta
tura: empregados permanentes, empregados temporários e proprietário
e membros de sua família.

A mão-de-obra familiar participa indiretamente
da produção, na administração da empresa rural. Somente entre
os fornecedores de cana, médios e pequenos, é que se encontra
a participação direta do proprietário e de sua família no proce
sso produtivo. Geralmente o seu envolvimento e de sua família
na produção dão-se nas operações que exigem maior qualifica
ção da mão-de-obra, tais como uso de tratores e de carregadeira
de cana, sendo que raramente trabalham como braços.

A mão-de-obra permanente, normalmente, é constit
uída de trabalhadores qualificados tais como: tratoristas,

operadores de carregadeiras, motoristas,¹ marceneiros, pessoal técnico (agrônomo e técnicos agrícolas). Os braçais que ainda permanecem como empregados permanentes nas propriedades de cana são mantidos por serem trabalhadores antigos das empresas, sendo em geral residentes nelas. As propriedades mantêm fixa apenas aquela mão-de-obra estritamente necessária à continuidade do processo de produção e, complementarmente, empregam trabalhadores temporários.

O quadro 25, mostra a porcentagem dos trabalhadores qualificados, bem como a porcentagem de residentes nas fazendas de cana.

Quadro 25 - Porcentagem de empregados permanentes com alguma qualificação e de residentes nas propriedades de cana da região de Jaboticabal, ano 1982

Propriedades	% de empregados permanentes com alguma qualificação	% residentes na propriedade
1	90%	15%
2		
3	50%	100%
4	100%	100%
5	65%	60%

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de cana, outubro/novembro de 1983.

OBS: - = não tem empregado permanente.

Pela observação dos dados do quadro 25, nota-se que mais da metade dos empregados permanentes tem algum nível

Entre as propriedades maiores (macro-fornecedores e usina), observa-se que a tendência é de respeitar o nível de qualificação da mão-de-obra permanente na execução de operações dentro da empresa, isto é, o tratorista praticamente realiza serviços que exigem operação de máquina, sendo apenas eventualmente desviado dessa função. A divisão do trabalho ao nível dessas empresas é mais nítida.

res (fornecedores 3 e 4) essa divisão inexiste, pois o empregado qualificado trabalha em todos os serviços para os quais é requisitado.

Quanto à residência, os menores produtores (3 e 4), como têm um pequeno número de empregados permanentes, tendem a mantê-los ainda residentes na propriedade. Entre os produtores maiores (1 e 5), a tendência é reduzir os trabalhadores residentes, passando o empregado permanente a morar nos centros urbanos mais próximos ao local de trabalho e deslocar-se diariamente para o serviço. Nas maiores propriedades, medida que as casas vão sendo desocupadas, elas não são mais habitadas, sendo demolidas depois de certo tempo.

Os empregados temporários, geralmente, são trabalhadores não qualificados que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviverem. São bóias-frias ou volantes que têm no processo de produção da cana a principal fonte de emprego, o que tem possibilitado identificarem-se como trabalhadores da cana. Semelhantemente ao descrito no caso da laranja e café, esses trabalhadores não têm estabilidade de emprego, residem nas periferias dos centros urbanos, sendo transportados para os serviços em caminhões ou peruas, diariamente. Trabalham sem carteira assinada, embora nos últimos

anos tenha aumentado a formalização do vínculo empregatício, especialmente durante o corte da cana.

A categoria volante nessa região da cana é composta não só de trabalhadores residentes na referida região, mas também daqueles que migram temporariamente (período do corte da cana) a fim de obterem emprego. Os volantes migrantes, são de outras regiões do Estado de São Paulo e/ou de outros Estados, principalmente Minas Gerais. Os "mineiros" como são chamados, normalmente, detêm a posse de pequena área de terra nos seus estados de origem, onde desenvolvem uma agricultura subsistência quando regressam. No período do corte da cana, deixam suas famílias e deslocam-se para a região da cana, residindo nas propriedades agenciadoras de seus serviços. Nessas, moram em precárias habitações (barracões ou casas), recebem quase sempre, uma alimentação de baixa qualidade e pagam por ela valor elevado. Ao término do período de corte, retornam aos locais de origem ficando a espera de uma nova safra.

A ocupação da mão-de-obra nas propriedades de cana é variável durante um ciclo produtivo, como pode ser observado pelo quadro 26. O nível de demanda de mão-de-obra depende do tamanho da propriedade, da forma como se produz e da combinação de atividades produtivas. Nota-se que a usina e os fornecedores empregam pequeno número de trabalhadores permanentes em relação aos volantes durante o ano. O maior emprego relativo de trabalhadores temporários reflete a mudança na base técnica de produção, a substituição de culturas e o próprio desenvolvimento urbano-industrial dessa região.

A preferência dos proprietários de cana pela mão-de-obra temporária define-se no plano econômico, pois a

Quadro 26 - Ocupação da mão-de-obra, mês a mês, nas propriedades de cana da região de Jaboticabal, ano 1982

Propriedades	1	2	3	4
Área total (ha)	49.797	41	128	484
Meses	Número de pessoas			
Janeiro	P = 650	F = 4	P = 2(+2f)	P = 8
	T = 5850	T = 11	T = 0	T = 8
	Operações : cana : plantio - (1, 2) carpa - (1, 4) amendoim colheita - (2) arroz e : milho : carpa - (3)			
Fevereiro	P = 650	F = 4	P = 2	P = 8
	T = 5850	T = 0	T = 10	T = 50
	Operações : cana : plantio - (1, 3) carpa - (1) cultivo - (2) arroz : colheita - (3, 4) ponkã : pulverização - (2) amendoim: colheita - (4)			
Março	P = 650	F = 4	P = 2	P = 8
	T = 5850	T = 0	T = 20	T = 50
	Operações : cana : plantio - (1, 3) carpa - (1) cultivo - (2) ponkã : carpa - (2) adubação - (2) milho : colheita - (3, 4) arroz : colheita - (4) amendoim: colheita - (4)			

Abrii	P = 650 T = 0 (férias)	F = 4 T = 0	P = 2 P = 20	cana : plantio - (3,4) adubação cobertura - (2) milho : colheita - (4)
Maio	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 0	P = 2(+2f) T = 0	P = 8(+4f) T = 8 cana : tratos culturais (aceiro, carpa carreador) - (3, 4) corte - (1) ponkã : carpa - (2)
Junho	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 20	P = 2(+1f) T = 32	P = 8 T = 48 cana : corte - (1,2,3,4)
Julho	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 20	P = 2(+1f) T = 32	P = 8 T = 48 cana : corte - (1,2,3,4)
Agosto	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 20	P = 2(+1f) T = 32	P = 8 T = 48 cana : corte - (1,2,3,4)
Setembro	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 20	P = 2(+1f) T = 32	P = 8 T = 48 cana : corte - (1,2,3,4)
Outubro	P = 650 T = 6350	F = 4 T = 4	P = 2 T = 0	P = 8 T = 8 cana : plantio - (1) corte - (1) adubação - (3) amendoim: plantio - (2, 4) arroz e milho : plantio - (3, 4)

Novembro	P = 650	F = 4	P = 2	P = 8	cana	: plantio - (1)
	T = 5790	T = 0	T = 0	T = 8		corte - (1)
						adubação - (2, 4)
						carpa - (4)
						pulverização - (2)
						serviço geral - (limpeza car
						reador) - (3)
						cultivo - (2)
					arroz	: cultivo - (3, 4)
					milho	: cultivo - (3)
						adubação - (4)
Dezembro	P = 650	F = 4	P = 2	P = 8	cana	: carpa - (1)
	T = 5790	T = 0	T = 0	P = 8		pulverização - (2)
						cultivo - (2)
						limpeza - (retirada de colo
						niao)
					arroz	: cultivo - (3, 4)
					milho	: adubação - (3, 4)
						cultivo - (3)

Fonte: questionários levantados junto a produtores de cana, outubro/novembro de 1983.

OBS: - P = empregado permanente; T = empregado temporário; F e f = mão-de-obra fami
liar do proprietário e do empregado respectivamente.

- as operações de retirada de colônia da cana e controle de formiga são normal-
mente realizadas nas propriedades.
- a colheita de ponkã é feita pelo comprador da fruta.
- na usina a mão-de-obra utilizada no manejo de animais, está contida na categoria
de empregados permanentes.
- o número entre parênteses da última coluna, refere-se à identificação da proprie-
dade.

maior utilização de trabalhadores temporários permite ao produtor reduzir despesas com mão-de-obra durante o ano, além de facilitar a dispensa de trabalhadores quando não são mais necessários à empresa rural. Para exemplificar, tomemos o custo fornecido pela propriedade 5. Nessa, em 1982, o custo total ficou ao redor de Cr\$ 219.000.000,00, o custo da mão-de-obra volante foi Cr\$ 34.000.000,00 (inclusive os encargos trabalhistas) e o da mão-de-obra permanente foi Cr\$ 43.000.000,00 (inclusive os encargos sociais) sendo o custo da mão-de-obra equivalente a 35% do custo total do ano. No entanto, se toda a mão-de-obra necessária tivesse que ser mantida permanentemente na propriedade, o custo com a mão-de-obra passaria para Cr\$... 89.000.000,00, ou seja, seriam acrescidos de Cr\$ 12.000.000,00 em relação a combinação trabalhadores permanentes e temporários utilizada.

Com base ainda nos dados do quadro 26, nota-se que a demanda de mão-de-obra temporária concentra-se no período de junho a outubro, o qual corresponde à colheita da cana. Após a colheita, as propriedades reduzem o número de empregados temporários, chegando, em algumas delas, a ser nulo durante alguns meses do ano. Esses trabalhadores que são dispensados no término do corte da cana, passam a engrossar o excedente de mão-de-obra existente no mercado de trabalho regional, sendo característico nessa época a intermitência de períodos de emprego com desemprego.

As operações agrícolas desenvolvidas pelas propriedades de cana, fora a colheita desse produto, são no geral bastante automatizadas, sendo portanto, realizadas pelos empregados permanentes. Na colheita de grãos, que normalmente ocu

pam pequena área da propriedade são utilizados os trabalhadores volantes, porém, por curto período de tempo. Os meses de dezembro, abril (final) e maio (início) são os piores para os volantes, sendo comum o desemprego.

Essa oscilação na oferta de emprego durante o ano, marca o caráter sazonal da ocupação de mão-de-obra pelas propriedades monocultoras de cana e permite identificar de modo geral, dois períodos do ciclo da cultura da cana: o da safra e o da entressafra. Comparando a usina com os fornecedores, nota-se que a sazonalidade de emprego é mais acentuada entre os fornecedores. A usina (propriedade 1) tende a manter os trabalhadores temporários empregados, praticamente, o ano todo.*/ Em contraste, o pequeno fornecedor (propriedade 2) usa trabalhadores temporários na safra da cana.

A usina, na entressafra da cana, combina a carga química, mecânica e manual e outras operações (como manutenção de carregadores, etc.), de tal forma que possa manter ocupada a grande maioria dos volantes necessários ao corte da cana. Essa política de fixar a mão-de-obra volante o ano todo na propriedade, prende-se a três aspectos fundamentais. O primeiro refere-se à grande extensão de área cultivada com cana e a ampliação do período do corte da cana. Os outros referem-se possibilidade de selecionar e qualificar a mão-de-obra necessária para os serviços na fazenda, bem como de fixar os trabalhadores na região.

A grande extensão da área cultivada com cana e

*/ Essa tendência vem sendo seguida por outras usinas da região.

conseqüentemente, a elevada necessidade de mão-de-obra para o corte, fizeram com que a usina procurasse formas de evitar competição pela mão-de-obra escassa no período da colheita. A falta de trabalhadores no corte é temida pela usina, pois implica na ausência de matéria-prima para a indústria. Portanto, manter os trabalhadores volantes empregados na entressafra da cana é uma forma de tê-los disponíveis na safra, evitando-se com isso o risco de descontinuidade do processo de produção industrial. Afirma um técnico da usina que o custo de contratar os volantes o ano todo é pequeno considerando o prejuízo relativo à paralização da indústria por falta de cana cortada, mesmo que por um dia.

A permanência do volante o ano todo na usina é possível também por ser o período de colheita extenso. A colheita tem início normalmente em maio e termina em fins de outubro ou na primeira quinzena de novembro, sendo portanto, duzido o período em que a mão-de-obra fica disponível para outros serviços na propriedade.

O aspecto positivo da constância do trabalhador volante na propriedade durante o ano, é a possibilidade de seleção e qualificação da mão-de-obra. Quanto à seleção, essa é baseada na produtividade do trabalhador volante, principalmente no corte da cana, na sua passividade e obediência aos mandos do patrão. Desta forma, tendem a permanecer empregados os volantes mais produtivos e mais submissos ao proprietário. Quanto a qualificação, à medida que o trabalhador volante é fixado no emprego, é possível investir nessa mão-de-obra, melhorando a qualidade do serviço realizado, a produtividade do trabalho e a eficiência nas operações desenvolvidas. Esse trei

namento da mão-de-obra é realizado no trabalho do dia-a-dia dos volantes. É a repetitividade do serviço efetuado que os torna mais capacitados a desempenhar certas tarefas.

O terceiro aspecto constitui-se na possibilidade de fixar o trabalhador próximo ao local do serviço, mantendo um contingente de trabalhadores sempre disponíveis à empresa.

Essa política de fixar o volante durante o ano todo na propriedade, se por um lado representa garantia de emprego para o trabalhador, que é o almejado, por outro, constitui-se numa forma de pressão sobre o trabalhador, o qual deve aumentar a sua produtividade para se manter empregado.

4.3.4. Contratação da Mão-de-Obra

Os contratos de trabalho realizados com a mão-de-obra na região da cana, são de dois tipos: o por tempo indeterminado e o por tempo determinado.

A contratação do empregado permanente, é realizada pelo proprietário rural e formalizada através do contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que assegura a esses trabalhadores os direitos ao salário mínimo regional, indenização por tempo de serviço, férias e reajuste semestral.

O pagamento dos trabalhadores permanentes é feito mensalmente. O valor da residência e dos produtos alimentícios (p. ex. arroz) fornecidos pelos proprietários aos trabalha-

dores é descontado do salário monetário pago, de acordo com legislação vigente. Na usina entrevistada, os empregados permanentes são remunerados apenas com salário monetário, enquanto entre os fornecedores existe a remuneração em espécie. Assim, o salário monetário dos trabalhadores da usina é maior do que aquele pago pelos fornecedores. A título de exemplo, enquanto a usina estava pagando, em outubro de 1983, para os tratoristas e motoristas, cerca de Cr\$ 150.000,00/mês e Cr\$180.000,00/mês (inclusive bonificações), respectivamente, os fornecedores pagavam em média Cr\$ 70.000,00/mês (fora os pagamentos em espécie). A usina e o macro-fornecedor no período da safra da cana, oferecem bonificação aos seus empregados permanentes na forma de horas adicionais às horas trabalhadas, */ ou de um percentual sobre o salário efetivo.

Na usina encontra-se entre os trabalhadores mais qualificados, também o contrato por tempo determinados. Cerca de 5% dos empregados qualificados da usina enquadram-se nesse tipo de contrato de trabalho. Na declaração de um administrador dessa empresa, a vantagem desse contrato é que o trabalhador desempenha mais eficientemente sua tarefa, apresentando serviço de melhor qualidade, pois ele (trabalhador) sabe que a renovação de seu contrato depende do seu desempenho. O

*/ Na usina entrevistada, os tratoristas e motoristas, na safra da cana, ficam a disposição 12 horas por dia. Trabalham efetivamente 10 horas por dia, recebendo 8 horas normais, 2 horas extras (20% acima da hora normal). A bonificação é acrescida a essas horas e é paga no valor de 1 a 3 horas normais dependendo do tipo de serviço realizado, do tipo de máquina utilizada e da distância existente do local de serviço ao núcleo da indústria.

trabalhador passa a ser seu próprio fiscal, reduzindo o serviço de inspeção do trabalho.

A utilização de contrato por tempo determinado e sua possível ampliação indica que o proprietário rural procura sempre formas de reduzir o ônus referente à contratação de mão-de-obra.

A contratação dos serviços dos volantes pelas propriedades de cana assume diferentes formas, porém nem sempre é realizada através de contrato formal de trabalho, ficando esses trabalhadores à margem dos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Quando se realiza o contrato de trabalho, esse compreende normalmente o período de safra, que corresponde a 6 meses no ano. Esse contrato de trabalho garante aos volantes o direito ao 13º salário, férias e indenização.

As propriedades de cana utilizam, na arregimentação dos volantes, o intermediário de mão-de-obra que, contrata serviço com o produtor e repassa aos trabalhadores.

Os intermediários de mão-de-obra que atuam na região de cana são indivíduos que tiveram ocupação anterior na agricultura, como meeiros, ou arrendatários, ou atuavam transportando produtos agrícolas da região. São, portanto, indivíduos que sempre tiveram contato com os trabalhadores agrícolas, o que evidentemente, lhes possibilita atuar eficientemente nesse mercado de trabalho como organizadores de mão-de-obra.* /

*/ Esse fato também foi observado no café, laranja, milho e soja.

A intermediação de mão-de-obra volante vem evoluindo nas propriedades de cana visitadas e na região como um todo. Essa evolução é constatada especialmente no período do corte da cana, no qual o contingente de mão-de-obra demandada é relativamente elevado.

As formas de agenciamento da mão-de-obra volante no período de safra da cana são: empreiteiro autônomo, empreiteiro feitor, o proprietário e a firma de empreita de mão-de-obra.

O empreiteiro autônomo ou o "gato", tem sido requerido pelo proprietário da cana para realizar operações auxiliares à colheita (catação de cana deixada pela carregadeira mecânica). Esse empreiteiro, no período da safra, tem sua turma normalmente formada por velhos, menores e mulheres que são utilizados nesse tipo de operação por não conseguirem obter remuneração adequada no corte da cana. O pagamento dessa mão-de-obra é realizado através do sistema de diária. Como a contratação do serviço é feita com o empreiteiro, é a ele que o proprietário paga, procurando descaracterizar qualquer envolvimento seu com os bóias-frias. O empreiteiro, após descontar a sua remuneração do valor monetário recebido, repassa o valor sobran te aos volantes. A importância desse agenciador de mão-de-obra é reduzida no período de corte da cana.

As firmas de empreita de mão-de-obra atuam na região da cana semelhantemente ao descrito na região da laran

Elas arregimentam, fiscalizam, transportam, pagam e tratam formalmente os trabalhadores volantes, assumindo portanto, as responsabilidades do vínculo empregatício. Pelo serviço prestado e para cobrir os encargos sociais, a firma empreiteira cobra do produtor uma comissão. Essa comissão, constitui-se de um certo percentual (em 1983 estava em torno de 7% a 8%) do preço da tonelada de cana pago aos volantes. Os empreiteiros que trabalham para as firmas, também têm sua remuneração vinculada à folha de pagamento dos volantes. Dependendo do nível de relacionamento pessoal do empreiteiro com a firma, essa repassa ao empreiteiro o valor total do serviço realizado. Nesse caso, o empreiteiro tem condições de aumentar a sua remuneração, reduzindo a dos volantes.

As firmas empreiteiras de mão-de-obra atuam apenas no período do corte da cana, desmobilizam-se na entressafra como organizadores de mão-de-obra, liberando seus empreiteiros para trabalharem autonomamente, pois a esporadicidade de serviço não lhes garante o rendimento desejado.

Outra forma de arregimentação dos volantes é aquela marcada pela ausência do empreiteiro autônomo. O proprietário 4, utiliza-se dessa forma e toda a mão-de-obra volante que emprega na colheita é composta de mineiros. Devido ao acirramento da competição pela mão-de-obra no corte da cana, esse proprietário busca trabalhadores em outro Estado, especialmente em Minas Gerais, e os contrata formalmente pelo período de safra. Próximo à safra de cana, o produtor, através de um empregado permanente, vai à procura de mineiros ou mantém contato com os mineiros que já trabalharam na sua propriedade. Para agenciar trabalhadores, são oferecidos viagem, alo

jamento (casas) e alimentação. Quando chegam na propriedade, esses "mineiros" ficam sob forte controle do proprietário, com pouco contato com o meio urbano e com outros trabalhadores. Nos dizeres do proprietário entrevistado, a fiscalização sobre essa mão-de-obra é severa tanto em termos de comportamento, como de frequência no serviço e de exigência de qualidade da tarefa realizada. O fato de o trabalhador residir na empresa permite também ao proprietário maior flexibilidade na ocupação dessa mão-de-obra, ajustando a jornada de trabalho ou os dias trabalhados na semana segundo seu interesse, além de evitar os constantes problemas de transporte da mão-de-obra ao local de serviço. O proprietário mantém na fazenda um estoque de bens como cigarros e outros artigos de grande consumo pelos volantes, para evitar o deslocamento semanal desses trabalhadores aos centros urbanos. Com esse intuito, também realiza o pagamento ao volante mensalmente. Do salário pago, muitas vezes, retém uma parcela maior do que a equivalente aos encargos trabalhistas, a qual é paga no final da safra.

No término da safra, o contrato de trabalho cessa e os mineiros retornam a seu Estado de origem. Essa migração ocorre todo ano na safra da cana e cerca de 80% dos indivíduos que vêm para a propriedade ⁴*/ trabalham na região há várias safras.

Os trabalhadores mineiros, apesar de formalizarem seus contratos de trabalho, apresentam constantes reclamações de que não recebem os direitos trabalhistas que lhe são devidos, além do que se sujeitam a habitações e alimentação precárias, pagando preço elevado por essa última. (Ver ZOCOLLER et alii, 1983). Na propriedade visitada o produtor de clarou cobrar pela alimentação Cr\$ 25.000,00/mês/pessoa em 1983.

Finalmente, outra forma de arregimentação da mão-de-obra volante utilizada especialmente pelo macro-fornecedor e usina é o caso da "absorção" da figura do empreiteiro. A contratação formal da mão-de-obra é feita pelo produtor, bem como o pagamento. Esse procedimento do proprietário possibilita-lhe maior controle sobre a mão-de-obra que necessita. O empreiteiro (denominado feitor ou individual), continua responsável pela arregimentação, fiscalização e transporte dos trabalhadores até o local de serviço. O empreiteiro, algumas vezes é contratado pelo proprietário, transformando-se em empregado da propriedade. O mesmo se verifica com os fiscais de turma que auxiliam o empreiteiro na fiscalização dos serviços realizados pelos bóias-frias. Nota-se que o proprietário rural só tende a manter as funções desempenhadas pelo empreiteiro que lhes são de interesse.

Pelo serviço de organização da mão-de-obra volante, o empreiteiro recebe do proprietário uma remuneração que é composta do salário base, mais uma comissão que normalmente constitui-se de um percentual da folha de pagamento do volante. Também essa comissão pode apresentar-se sob forma de horas extras, ficando, nesse caso, a remuneração do empreiteiro desvinculada da dos volantes. O transporte, as vezes, é pago a parte e as vezes está incluso na comissão que o empreiteiro recebe.

Ao empreiteiro também cabe distribuir o pagamento aos volantes e desta forma passa a não exercer controle direto sobre a remuneração do trabalhador. Indiretamente, no entanto, o empreiteiro pode se beneficiar do ganho dos volantes. As formas mais comuns são: as comissões sobre os gastos

efetuados pelos volantes em armazéns e bares de suas propriedades ou com os quais fazem acordo; na medição da quantidade de cana cortada, subestimando a produção de alguns trabalhadores e repassando a diferença para amigos e parentes. Nesse caso, os benefícios do empreiteiro se concretizam por ocasião do pagamento, quando ele troca o cheque do empregador destinado ao trabalhador com o cheque seu, logicamente de valor bem menor; cobrança de altas taxas de juros pelos adiantamentos realizados etc.

Os volantes, em todas as formas de arregimentação apresentadas (exceto na primeira) têm sua remuneração determinada pela quantidade de cana cortada. Essa forma de pagamento por produção induz o trabalhador a intensificar o ritmo de trabalho e até mesmo ampliar a sua jornada de trabalho visando aumentar a sua remuneração. Isso possibilita ao empreiteiro ou ao produtor ampliarem seus ganhos.

O preço unitário da tarefa paga aos volantes é definido em dissídio coletivo entre a classe patronal e sindicato dos trabalhadores, sendo o preço variável entre a cana de ano e meio e a soca.

Os encargos trabalhistas são calculados em função da produção realizada pelo volante e são pagos apenas no final da safra. Essa retenção é uma forma de o empregador manter mão-de-obra disponível durante a safra. No caso de rompimento do contrato por parte do trabalhador, este perde as férias e a indenização e muitas vezes não lhe é pago nem o 13º salário a que tem direito.

O domingo é normalmente remunerado (1/6 do preço pago pela tonelada cortada) se o trabalhador não faltou ao

serviço na semana. Nos dias de chuva e feriados os volantes nada recebem. Quando vão ao trabalho nesses dias e realizam outras tarefas de caráter geral na propriedade, lhes é pago uma diária que é inferior ao que conseguiriam obter se pudessem realizar o corte da cana.

No final da safra, com a rescisão do contrato de trabalho, parte dos volantes são dispensados das propriedades como mostram os dados do quadro 26. A parcela da força de trabalho dispensada, segundo declaração dos empreiteiros, chega ser 50% dos trabalhadores volantes em cada turma de trabalho. Mas a tendência parece ser de redução desse percentual, com a mudança de postura, especialmente das usinas, que estão procurando manter os trabalhadores volantes ocupados durante todo o ano.

Os volantes que são mantidos empregados na entressafra pelas propriedades de cana, renovam o contrato de trabalho com o proprietário sendo realizado o contrato de entressafra. Nesse caso, a intermediação da mão-de-obra continua a existir sendo a remuneração do empreiteiro semelhante à descrita no período da safra. A forma de remuneração dos volantes nesse período é normalmente a diária que fica em torno do salário mínimo regional. Parte dos trabalhadores dispensados pelas propriedades de cana, no término da safra, são migrantes sazonais que retornam aos seus estados de origem. A maior parcela, no entanto, passa a engrossar o excedente de mão-de-obra regional. Os volantes que ficam na região trabalham sob a mediação do empreiteiro autônomo, o qual volta a assumir suas funções de arrecimação, de fiscalização, de transporte e de pagamento da mão-de-obra volante. Essa forma

de intermediação de mão-de-obra é predominante nesse período, onde grande parte das propriedades da região passa a demandar volantes por curto período de tempo.

Sendo essa região monocultora de cana, as culturas como algodão, amendoim, etc., ocupam relativamente poucas áreas e, portanto, têm pouca capacidade de absorver a mão-de-obra volante ofertada na entressafra da cana. Os serviços existentes no campo, nesse período, são as capinas, de algodão, colheita de amendoim e de algodão e catação de milho.

O excedente relativo de mão-de-obra no mercado de trabalho e a intermitência de período de emprego com de de desemprego tornam a remuneração dos volantes mais baixa na entressafra da cana.

Na colheita do algodão e do amendoim, como o volante é pago por tarefa ou por empreita, sua remuneração tende a aumentar. Na declaração de um empreiteiro, em 1983, os volantes chegaram a obter cerca de Cr\$ 4.000,00/dia, enquanto a diária estava ao redor de Cr\$ 2.000,00/dia. No entanto, a curta duração dessas operações agrícolas não permite aos trabalhadores elevarem sua remuneração no período da entressafra da cana ao ponto de obterem melhores condições de vida.

A intermediação realizada pelo "gato" também afeta o ganho dos volantes. O empreiteiro que tem controle total sobre o ganho dos volantes e não sofre fiscalização alguma por parte do produtor que deseja eximir-se de qualquer vínculo empregatício, pode elevar a sua remuneração reduzindo a dos volantes.

A rotatividade da mão-de-obra nas turmas de trabalho também cresce na entressafra da cana, bem como pioram as condições de transporte dos volantes, não somente em termos da lotação como das condições gerais dos veículos. Se a capacidade de lotação do caminhão é de 42 pessoas, ela facilmente alcança 60 a 80 pessoas. O empreiteiro procura conduzir um maior número de trabalhadores por veículo para baratear o custo do transporte e aumentar a sua remuneração num período de serviço escasso.

De modo geral o nível de organização do mercado de trabalho volante tende a piorar quando termina a safra da cana.

4.4. Região da Soja e Milho

Do total de milho e soja produzidos pelo Estado de São Paulo, a DIRA de Ribeirão Preto é responsável por 27% e 52% dessa produção, respectivamente, destacando-se a mais importante produtora desses bens agrícolas.^{*/} Nessa DIRA, a região de Orlândia, que compreende os municípios de Orlândia, Ipuã, Morro Agudo, Sales de Oliveira, Nuporanga e São Joaquim da Barra, destaca-se como produtora de soja e milho. A área cultivada com milho nessa sub-região é de 59.500 ha e a área

^{*/} IEA - Previsão e Estimativa de Safra Agrícola 1982/83 do Estado de São Paulo, junho de 1983.

com soja é de 82.500 ha, sendo a produtividade média de 60 sc/ha e 32,3 sc/ha respectivamente.^{*/}

A região de Orplândia é essencialmente agrícola. A agricultura é responsável por cerca de 36% do total de emprego gerado nessa região (FIBGE, 1984).

O setor secundário, que emprega 26% da população trabalhadora dessa região, desenvolve-se complementarmente ao setor agrícola e baseia-se na agroindústria de alimento, especificamente na de óleo vegetal.^{**/} Além do óleo vegetal, também são processados nessa região o açúcar, o álcool, a carne suína e o algodão (fibra). As indústrias responsáveis pela produção dessas mercadorias são: Comove, Produtos Alimentícios Orplândia e Carol (cooperativa), que participam na extração do óleo vegetal destinado ao mercado interno e farelo de soja que é exportado; Guabi e Purina na fabricação de ração; Usina Vale do Rosário e Destilarias MB e Alta Mogiana na produção de açúcar e do álcool;^{***/} Ipuã no processamento de carne suína; Saci Ltda, Orplândia Ltda, Carol, Somalço, S.A., Samba S.A. e MC Fadem Cia Ltda no beneficiamento de algodão. A atividade industrial dessa região, não se constitui em fonte alternativa de emprego para a mão-de-obra menos qualificada que se emprega no setor agrícola de forma precária e sazonal.

^{*/} SAA - DIRA de Ribeirão Preto, 1982.

^{**/} A indústria de transformação emprega 16% do total de pessoas economicamente ativas e 62% dos empregados no setor industrial (FIBGE, 1984).

^{***/} No município de Guaíra próximo a Morro Agudo encontram-se 3 destilarias (Mandú, Colorado e Guaíra).

Orlândia, que foi uma região importante na produção de café e depois de algodão, nos anos 60 teve suas áreas ocupadas com pastagem, milho e posteriormente (nos anos 70) também com a soja. A pecuária bovina (cria, cria e leite), desenvolvida num sistema extensivo e que predomina até os dias atuais nessa região, utiliza pouca mão-de-obra relativamente às culturas substituídas (café e algodão). O milho e particularmente a soja tiveram, com a modernização tecnológica da agricultura, praticamente todas as fases do processo produtivo mecanizadas, implicando numa redução da demanda de mão-de-obra. Essa substituição de atividades, bem como a mudança na técnica de produção, implicaram numa redução da população residente no meio rural e de saldos emigratórios nesse período. De 1970 a 1980, por exemplo, saíram da região 4.770 pessoas e a população urbana, que representava de 65% da população total em 1970, passou para 81% do total em 1980. Essa região é a que tem a menor população em relação a outras regiões estudadas da DIRA de Ribeirão Preto. Em 1960, sua população correspondia a 6,2% dessa DIRA, em 1970 reduziu para 5,8% e em 1980 para 5,1% (SEADE, 1981).

Atualmente, apesar do milho e da soja ocuparem a maior parcela de área cultivada da região, a cana-de-açúcar vem se expandindo e invadindo as áreas de pasto, de milho e de soja. Em 1982, a cana já ocupava cerca de 34.000 ha, sendo o terceiro produto em termos de extensão de área cultivada. O Proálcool foi a mola propulsora da ampliação da área da cana não só pelos incentivos econômicos fornecidos, mas também por proporcionar ao empresário condições de baixo risco do investimento necessário para a realização dessa produção.

Na organização da produção de soja e milho, predomina a figura do proprietário da terra, sendo pouco expressiva a produção do arrendatário e do parceiro. A produção pelos proprietários é desenvolvida mediante o emprego de técnicas intensivas em capital e com a utilização de mão-de-obra assalariada.

Nas propriedades de soja e milho estudadas o aproveitamento do solo atinge níveis elevados, superiores a 70% da área total, como mostram os dados do quadro 27. Também o nível de especialização das propriedades nessas atividades é alto. Praticamente a totalidade das áreas exploradas dessas empresas são com soja e milho, sendo as outras áreas, ocupadas com pastagem e arroz, pouco expressivas.

Nas propriedades 1 e 2 observa-se que ocorre relativo equilíbrio entre as áreas de soja e milho. Nessas, é utilizado o sistema de rotação de área entre anos, sendo num ano plantada a soja e no outro plantado o milho. Nas propriedades 3 e 4, a soja tornou-se a cultura predominante ocupando mais de 80% da área explorada. Nessa última propriedade a cultura da soja começou a ser substituída pela cana. Após a colheita de soja, parte da área (120 ha) foi utilizada para o plantio da cana. nas propriedades dessa região e a competição por área entre esses dois produtos de elevado valor comercial. Esse tipo de substituição tem implicação no nível de emprego da mão-de-obra, pois

Quadro 27 - Uso do solo nas propriedades de soja e milho da região de Orlandia, ano agrícola 1982/83

Propriedade	Área total (ha)	% área explorada/área total	% da área de soja/área explorada dada	% milho/área explorada dada	% arroz/área explorada dada	% área de pasto/área explorada dada	Nível tecnológico
1	1.742	93,1	43,3	53,7	-	3,0	A
2	278	82,6	57,9	36,8	-	5,3	M
3	123	94,1	89,5	2,1	2,1	6,3	M
4	610	79,3	81,5	8,2	1,6	8,7	M

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de soja e milho, novembro de 1983.

OBS: Área explorada = área de lavoura + área de pasto.

A = alta tecnologia; M = média tecnologia

a cana ocupa mais trabalhadores temporários do que a soja.* /

Nas propriedades de soja e milho, embora a tecnologia de produção seja baseada no uso de adubos químicos, inseticidas, herbicidas, sementes melhoradas, maquinarias (tratores e colhedoras), ocorrem diferenças entre elas quanto à dominação dessa tecnologia, o que permite separá-las em 2 grupos: de alta e de média tecnologia (quadro 27).

A propriedade de alto nível tecnológico tende a seguir mais de perto as recomendações técnicas no que diz respeito ao espaçamento entre plantas, a adequação da dosagem e da formulação de adubos às necessidades do solo e da planta, a regulagem dos equipamentos e máquinas na realização das operações. Também tendem a utilizar mais intensivamente a carpa química do que a carpa mecânica, além de máquinas e equipamentos e insumos mais modernos. Por outro lado, nas propriedades de médio nível tecnológico, a produção desenvolve-se sem muito rigor técnico.

O nível tecnológico atualmente atingido pelos produtores de soja e milho dessa região é resultante das inovações e adequações técnicas que vêm se processando ao longo das duas últimas décadas. Nos últimos 5 anos, as mudanças técnicas ocorridas nas propriedades estudadas podem ser resumidas

*/ Pela declaração do proprietário 4, a tendência é aumentar o uso do trabalhador volante na sua empresa devido ao cultivo da cana. No plantio de 2,42 ha de cana, utilizou, em 1983, 18 temporários, sendo 7 pessoas no corte de mudas, 8 pessoas no plantio e 3 pessoas no repasse e mais 2 tratoristas (permanentes). No plantio da soja utiliza apenas os trabalhadores permanentes (2).

nas seguintes: ampliação do uso de herbicidas mais seletivos à cultura da soja; aumento da mecanização na operação de carpa e também na colheita do milho; automatização no carregamento dos produtos para transporte e no processo de armazenamento; utilização de colhedeiras de maior potência. Essas alterações tenderam a refletir-se sobre o emprego da mão-de-obra, especificamente da temporária, que nesse período sofreu redução de 30% a 50% nas empresas 1, 2, 3. Apenas a propriedade 4 manteve o número de empregados (permanentes e temporários) nesses cinco anos, sendo também a única que experimentou mudança na composição da produção, pois a área de pasto foi ocupada em parte pela cultura da soja, que expandiu cerca de 20% nesse período. O avanço tecnológico significou portanto, redução da utilização dos trabalhadores temporários.

Na realização da produção da soja e milho, a mão-de-obra utilizada é basicamente dos empregados permanentes e temporários, pois o proprietário da terra participa na administração geral e gerenciamento da empresa, sendo pouco frequente a sua atuação diretamente na produção. A mão-de-obra mais utilizada nessas propriedades é a qualificada (tratorista, administrador).

O quadro 28 mostra a porcentagem de trabalhadores permanentes qualificados e dos residentes nas propriedades de soja e milho. Nota-se por esse quadro que 100% da mão-de-obra permanente é qualificada. porém, nem todos os trabalhado

Quadro 28 - Qualificação e local de residência dos empregados permanentes das propriedades de soja e milho da região de Orlândia, ano 1982/83

Propriedade	Nº de trabalhadores qualificados	% de residentes na fazenda	% de trabalhadores permanentes qualificados
	18	67	100
	1	0	100
		100	100
	10	70	100

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de milho e soja, novembro de 1983.

res são residentes nas propriedades. Parte desses já residem nos centros urbanos próximos às propriedades, deslocando-se diariamente para o serviço em veículos dessas.

A mão-de-obra temporária utilizada na soja e no milho é volante e constituída de trabalhadores da região. As características gerais que definem o volante, já descrita para as outras regiões estudadas, são válidas também para a região de Orlândia.

As propriedades de soja e milho, demandam mão-de-obra volante esporadicamente durante o ano como mostra o quadro 29.

De modo geral, a utilização de mão-de-obra volante concentra-se principalmente nos meses de outubro a dezembro e de maio a junho. O primeiro período refere-se ao plantio e à germinação da soja e milho. O segundo refere-se a colheita

Quadro 29 - Ocupação da mão-de-obra, mês a mês, nas propriedades de soja e milho da região de Orlandia, ano agrícola 1982/83

Propriedades	1	2	3	4	
Produtividade sc/ha	35,1	32,2	33,1	33,1	
Meses	Número de Trabalhadores				Operações
Julho	P = 19 T = 0	F = 1 T = 0	F = 1 T = 0	P = 10 T = 0	soja, milho e arroz : preparo do solo - (1,3,4) pasto : roçada - (3) serviços ge-rais : limpeza de carreador - (3) reparos das máquinas e limpeza da propriedade - (2) outros - (4)
Agosto	P = 19 T = 0	F = 1 T = 0	F = 1 T = 0	P = 10 T = 0	soja, milho e arroz : idem - (1, 3, 4) serviços ge-rais : outros - (1, 4)
Setembro	P = 19 T = 0	F = 1 P = 1 T = 0	F = 1 P = 1 T = 0	P = 10 T = 0	soja e milho : preparo do solo - (1,2,3,4) herbicidas - (1, 3) serviços ge-rais : refazendo curva de nível e terraço - (3) outros - (1, 2)

Outubro	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	soja e milho:	plantio - (1, 2, 3, 4)
	T = 20-25	P = 1	P = 1	T = 10		herbicida - (1, 4)
	T = 1	T = 2-3			arroz	: plantio - (3, 4)
					serviços ge rais	: "espantelho" (4) outros - (1, 4)
Novembro	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: plantio - (1, 2, 3, 4)
	T = 4	P = 1	P = 1	T = 10		cultivo - (1, 2, 3, 4)
	T = 1	T = 2-3			soja	: plantio - (1, 2, 3, 4)
						cultivo - (1, 2, 3, 4)
						pulverização - (1)
						carpa - (3)
					arroz	: cultivo - (3)
					serviços ge rais	: "espantelho" - (4) outros - (1, 4)
Dezembro	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: adubação - (1)
	T = 2	P = 1	P = 1	T = 10		cultivo - (2, 4)
	T = 10				soja	: pulverização - (1, 2, 3, 4)
						cultivo (2, 4)
					serviços ge rais	: limpeza de carreador - (4) "espantelho" - (4) outros - (1, 4)

Janeiro	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: cultivo - (2)
	T = 0	P = 1	P = 1	P = 5	soja	: (pulverização - (1, 2, 3, 4) cultivo - (2)
		T = 0			serviços gerais	: limpeza de carreador - (4) outros - (1, 4)
Fevereiro	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	soja	: pulverização - (1, 2, 3, 4) colheita - (4)
	T = 0	P = 1	P = 1	T = 5	serviços gerais	: outros - (1, 4)
		T = 0	T = 0			
Março	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: colheita - (3)
	T = 0	P = 1	P = 1	T = 0	soja	: colheita - (1, 2, 3, 4)
		T = 2	T = 1-2		arroz	: colheita - (3, 4)
Abril	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: colheita - (1, 2, 3, 4)
	T = 0	P = 1	P = 1	T = 0	soja	: colheita - (1, 2, 3, 4)
		T = 1	T = 1-2		serviços gerais	: outros - (1, 4)
Maio	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: colheita - (1, 2) "catação" - (4)
	T = 0	P = 1	P = 1	T = 10	serviços gerais	: reparo de cerca - (3) amostragem do solo - (1) outros - (1, 4)
		T = 1	T = 0			

Junho	P = 19	F = 1	F = 1	P = 10	milho	: "catação" - (1, 2, 3, 4)
	T = 20-25	P = 1	P = 1	T = 10		preparo do solo - (4)
		T = 100	T = 3		soja	: preparo do solo - (4)
					serviços gerais	: outros - (1, 4)
						reparo de cerca, roçada de pasto e limpeza - (3)

Fonte: levantamento de questionários junto aos produtores de soja e milho, ano 1983.

OBS: - a mão-de-obra utilizada para cuidar do gado está incluída no número de empregados permanentes.

- F = mão-de-obra da família do proprietário; P = empregado permanente; T = empregado temporário.
- serviços gerais (outros) referem-se ao trabalho do administrador, do vigia, do jardineiro, do retineiro.
- número entre parênteses, refere-se à identificação da propriedade.

ção do milho depende do grau de acamamento ou tombamento das plantas, o qual por sua vez está relacionado ao tipo de milho híbrido cultivado e à intempéries climáticas (ventos, chuvas) no período da colheita. Assim, quanto maior for o grau de acamamento das plantas, maior é a dificuldade da colheita mecânica, maior é a parcela da produção sobrando no solo e, consequentemente, mais elevado é o número de trabalhadores volantes requisitados nessa operação. Na propriedade 2, por exemplo, a catação do milho em 1982/83 exigiu o emprego de cerca de 100 volantes, número esse bem maior do que no ano anterior quando foram empregados de 10 a 20 pessoas. O uso de mão-de-obra volante é variável entre os anos e de propriedade para propriedade de acordo com os fatores mencionados.

Nos demais meses do ano, é praticamente nula a demanda de mão-de-obra volante pelas propriedades de soja e milho sendo os serviços existentes nessas propriedades realizados pelos empregados permanentes. Essa variação no uso da força de trabalho volante durante o ano indica a existência de sazonalidade de emprego a nível das propriedades de soja e milho.

Nessa região da soja e milho, as outras fontes de emprego para mão-de-obra volante são a colheita do amendoim (fevereiro/março), a colheita do algodão (abril/maio), a colheita da cana (julho/setembro) e a carpa e o plantio de cana (novembro a janeiro), segundo declaração do empreiteiro e produtores entrevistados. Quando os volantes não conseguem emprego na cana, os períodos de desemprego no ano tornam-se mais frequentes.

Pelos dados apresentados no quadro 29, pode-se também observar que a utilização de mão-de-obra pelas proprie

dades de soja e milho é reduzida. Esse fato se confirma pela pequena participação dos salários na despesa total das propriedades, a qual chegou a atingir, em 1982/83, pesa total monetária numa propriedade. Na propriedade que mantém maior número de empregados permanentes o custo da mão-de-obra ficou em torno de 25% da despesa total, estando nesse custo incluído o salário pago aos empregados do escritório da empresa.

4.4.4. Contratação da Mão-de-Obra

Os empregados permanentes, são contratados pelos produtores, sendo formalizado o vínculo empregatício através da assinatura da carteira de trabalho.*/ O seu pagamento é realizado mensalmente, sendo composto do salário monetário, que constitui a maior parcela, e de parte em espécie quando residentes. Aos residentes são oferecidos luz e habitação e às vezes alimentos como leite e arroz produzidos na fazenda. Quanto maior o ganho em espécie, menor é o salário monetário pago ao empregado. A propriedade 4 que, em 1983, fornecia luz, habitação, leite e arroz, pagou, em média, aos trabalhadores permanentes Cr\$ 60.000,00/mês, enquanto a 3, pagou Cr\$... 100.000,00/mês oferecendo apenas os dois primeiros itens. Con

*/ A propriedade 2, não formaliza a relação de emprego com o seu empregado permanente que presta serviço a ela há 12 anos. Esse produtor paga ao trabalhador o salário monetário, mensalmente, mais o valor de 1 alqueire (2,42 ha) de milho ou soja no final da safra dessas culturas.

siderando a remuneração dos trabalhadores permanentes em termos globais, praticamente não se encontra diferença salarial entre as propriedades estudadas.

Comparativamente às demais regiões estudadas, o salário recebido pelos trabalhadores da região de Orlândia fica numa posição intermediária, sendo ligeiramente superior ao recebido pelos trabalhadores da região do café e inferior ao recebido pelos trabalhadores da região da cana.

Os trabalhadores volantes que prestam serviços nas propriedades de soja e milho normalmente não têm contrato de trabalho. O curto período de prestação de serviço em cada propriedade facilita a burla da legislação pelo proprietário, que deixa de pagar os direitos trabalhistas, até mesmo o descanso semanal no caso da permanência do trabalhador na mesma empresa por mais de uma semana.

A arregimentação dos volantes é feita de duas formas: a direta e a via intermediária de mão-de-obra, geralmente o empreiteiro autônomo.

Na forma direta, o proprietário, através de seu administrador ou outro empregado permanente, arregimenta, fiscaliza, transporta e paga os trabalhadores volantes. Os trabalhadores assim arregimentados conhecem o proprietário rural, pois sempre trabalharam nas mesmas empresas.

O empreiteiro autônomo ou "gato" representa a forma de arregimentação de mão-de-obra mais frequentemente utilizada pelos proprietários da soja e do milho. Quando o produtor necessita de um pequeno número de volantes, o empreiteiro é utilizado na arregimentação e pagamento dos trabalhadores,

ficando para o proprietário realizar o transporte e a fiscalização dos serviços. O empreiteiro não comparece na propriedade, apenas seleciona os volantes para o produtor.* / Já quando a demanda de mão-de-obra envolve maior número de trabalhadores, o empreiteiro desempenha todas as funções já descritas.

O papel do "gato" na organização da força de trabalho é unanimemente exaltado pelos produtores entrevistados, que vêem na figura desse intermediário a forma de conseguirem os trabalhadores de que necessitam. A declaração de um produtor é ilustrativa a esse respeito: "o empreiteiro seleciona o melhor trabalhador, pois está mais ligado a ele".

O pagamento dos volantes é efetuado no final da semana e refere-se aos dias efetivamente trabalhados e nada mais. O empreiteiro faz adiantamento no meio da semana, porém, o valor adiantado refere-se apenas aos dias já trabalhados por ser grande a rotatividade da mão-de-obra nas turmas de trabalho. Desta forma, o empreiteiro procura se assegurar do risco de não retorno da quantia adiantada.

O quadro 30, mostra a remuneração dos empreiteiros e dos volantes. Os dados referentes à remuneração do empreiteiro são apresentados de duas formas nesse quadro. Uma que é a diária fixa (primeira coluna) e a outra que é a remuneração por pessoa arregimentada (segunda coluna).

* / Um empreiteiro atuante nessa região mencionou que para ser viável o transporte do volante é preciso levar no mínimo 25 pessoas no caminhão.

Quadro 30 - Remuneração diária dos volantes e empreiteiros de mão-de-obra da região de Orlandia, 1983

Propriedade	Empreiteiro				Volantes	
	Cr\$/dia (nov.)	Cr\$/pessoa (nov.)	Plantio milho e soja	Catagão do milho		
			Cr\$/dia (nov.)	Cr\$/dia (maio/junho)	Tarefa (Cr\$/kg)	
1	3.500,00*	100,00-200,00**	1.800,00-2.500,00	1.500,00-3.500,00	3,00-8,00	
2	5.000,00*	-	2.000,00-2.500,00	1.800,00	-	
3	-	50,00***	2.000,00-2.200,00	-	-	
Empreiteiro***	-	500 a 625	2.500,00	-	-	

Fonte: dados nominais coletados junto aos produtores de soja e milho e empreiteiro, novembro 1983.

OBS: * = remuneração excluído o transporte.

** = esse valor é inversamente relacionado ao número de trabalhadores, sendo o 1º valor, referente a 8-10 indivíduos e o 2º correspondente a menos de 8 indivíduos. O transporte é realizado pela propriedade.

*** = O transporte é pago à base de Cr\$ 300,00/km e deve ser acrescido aos Cr\$... 50,00 para se ter o ganho bruto do empreiteiro.

**** = Informação dada pelo empreiteiro. O empreiteiro transporta em média 35 trabalhadores por dia durante o ano. Na sua remuneração está incluído o transporte.

A remuneração do empreiteiro diária (Cr\$/dia) guarda certa relação com o ganho do volante, chegando a ser, no máximo, igual ao dobro da remuneração desse trabalhador (quadro 30). Assim, se o volante recebe Cr\$ 2.500,00/dia o empreiteiro receberia até Cr\$ 5.000,00/dia. Já quando o empreiteiro recebe por pessoa arregimentada essa relação desaparece, sendo o ganho do empreiteiro definido apenas pelo número de trabalhadores por ele selecionados. Essa segunda forma de pagamento ao empreiteiro é comum durante o plantio do milho e soja, sendo utilizado principalmente pelos produtores que necessitam de poucos trabalhadores.

Analisando os dados referentes a remuneração dos volantes, nota-se que existe uma ligeira variação na diária do período da catação do milho para o período do plantio do milho e da soja. Na catação do milho, como o serviço é realizado por tarefa, o ganho diário do volante tende a superar aqueles obtidos no período do plantio onde predomina a diária. Esse fato tende a ficar mais evidente quando se observa que o período de catação do milho antecede ao do plantio durante o ano e que o ganho dos volantes é dado em termos nominais, portanto incluída a inflação (72,84%) do período (junho a novembro). No plantio o ganho do volante é relativamente menor devido ao excedente de mão-de-obra existente na região. Já na catação do milho, além da demanda de mão-de-obra ser maior, existe a concorrência de outras culturas como a cana-de-açúcar, o que faz aumentar o preço do trabalho.

Na catação do milho observa-se também que o ganho diário do volante varia em função do sistema de trabalho, a tarefa ou a diária. Na tarefa, a remuneração média do volan

te é maior do que na diária que é utilizada quando a dificuldade de coleta do milho aumenta devido ao acamamento das plantas. O proprietário rural só utiliza a diária para evitar a sobre-excessiva do produto no campo, a qual comprometeria a sua receita.

Na tarefa a remuneração do volante aumenta em consequência da intensificação do ritmo e da jornada de trabalho. Pela declaração do empreiteiro, na tarefa, o rendimento médio do volante atinge 450 kg de milho/dia enquanto na diária fica em torno de 200 a 250 kg/dia. No entanto, na tarefa o ganho do volante por unidade de produto coletado é menor, pois em 1983, foi em média, Cr\$ 5,50/kg e na diária Cr\$ 7,20/kg considerando-se, nesse último cálculo, o rendimento do volante de 250 kg/dia e a remuneração diária de Cr\$ 1.800,00. Nota-se, portanto, que é do interesse dos empreiteiros e proprietários estimular o volante a trabalhar por tarefa, pois essa tende a aumentar o trabalho excedente e consequentemente a acumulação.

A região de São Carlos destaca-se como a mais tradicional e importante produtora de leite da DIRA de Ribeirão Preto,^{*/} com produção de 27.000.000 litros em 1982, sendo

*/ A DIRA de Ribeirão Preto é a mais importante produtora de leite do Estado de São Paulo, sendo responsável por cerca de 25% da produção de leite desse estado (IEA/CATI, 1980).

15.000.000 litros tipo B e o restante do tipo C.^{*/} Essa região, juntamente com a região de Franca e Batatais, forma a bacia leiteira da DIRA, respondendo por cerca de 50% do total de produção de leite dessa. A região de São Carlos, composta pelos municípios de São Carlos, Descalvado, Dourado, Ibaté, Ribeirão Bonito, é responsável por 17,9% da produção de leite da DIRA. Sobressai nessa região o município de São Carlos com 11% do total produzido.^{**/}

O setor primário dessa região assume discreta liderança na geração de emprego, participando com 41,4% do emprego total regional. Em seguida, apresenta-se o setor secundário com 40% do emprego total regional (SEP, 1978). Nesse setor sobressai a agroindústria de alimentos, especialmente de laticínios, conservas e a agroindústria sucro-alcooleira. Com relação aos laticínios, encontram-se operando na região a Cooperativa de Laticínios de São Carlos, filiada ao Leite Paulista que processa a maior parcela do leite produzido pelos pequenos produtores, e também os laticínios Flor da Nata e Vigor. Na produção de conservas (doces), participam as indústrias Hero, Indústrias Alimentícias São Brito S.A. (Peixe), Pauletti e Colombo. Quanto à agroindústria sucro-alcooleira, existem atuando nessa região duas usinas com destilaria anexas (Usina Ipiranga e da Serra localizadas em Descalvado e Ibaté respectivamente), além das duas destilarias autônomas (São Gregório e a Santa Helena), instaladas no município de Ibaté após 1975.

^{*/} CATI/Delegacia Agrícola de São Carlos, 1982.

^{**/} Dados básicos da Delegacia Agrícola de São Carlos, maio de 1983.

Essas usinas e destilarias, ao ampliarem a produção de álcool, expandiram área cultivada com cana-de-açúcar, a qual passou a ocupar grande parcela da área explorada regional. Segundo informações CATI/Delegacia Agrícola de São Carlos, a área de cana, em 1983, era de 65.000 ha, o que representa aproximadamente 24% da área total dos estabelecimentos da região. Também CAMARGO (1983) mostra o avanço da área de cana nessa região e a substituição da área de pastagem e arroz por cana no período 1969 a 1980.

No setor primário, além da atividade leiteira, são importantes na composição da produção regional a avicultura de corte, a cana-de-açúcar, o milho e o café.

A avicultura de corte é desenvolvida principalmente nos municípios de Descalvado e São Carlos,^{*/} mediante elevado padrão tecnológico. É uma atividade cuja ocorre em grande escala, chegando a serem produzidos até 30.000 frangos/galpão, com um rendimento médio de 1,8 kg/cabeça. Além da produção de carne, obtém-se nessa atividade, como sub-produto, a cama de galinha que é utilizada na alimentação do gado leiteiro.

4.5.2. Organização da Produção

A produção de leite na região de São Carlos é realizada por cerca de 664 produtores, sendo que 364 produzem

^{*/} Esses municípios, em 1982, realizaram a produção de 28.000 mil cabeças de frangos de corte em praticamente 381 granjas existentes na região (CATI/Delegacia Agrícola de São Carlos, novembro 1983).

até 100 litros/dia, enquanto 17 produzem mais de 1.000 litros/dia.^{*/}

A área ocupada com pastagem é 67.000 ha, sendo 69,4% de pastagem artificial, formada pelas gramíneas: colônia, jaraguá, brachiária e napier.^{**/}

As propriedades de leite, levantadas no município de São Carlos, mostram que mais da metade de suas áreas é explorada com pastagem (quadro 31). A área restante é cultivada especialmente com o milho que é um produto bastante utilizado na alimentação do gado, quer como ração, quer como silagem. Do total do milho produzido pelos estabelecimentos agrícolas estudados, 78% são consumidos na própria empresa. As atividades agrícolas como café, arroz, milho, hortaliças e mesmo a avicultura e a suinocultura existentes nessas propriedades leiteiras, ocupam pequena extensão de área.

No município de São Carlos, o rebanho bovino constitui-se de 49.000 cabeças, sendo 39.000 animais de leite. Normalmente, os animais leiteiros são de elevado padrão zootécnico e pertencem às raças Holandesas e Gersey, ou são resultantes do cruzamento dessas.

No período seco do ano (junho a setembro), o gado é estabulado para evitar a queda da produção de leite, pois a capacidade de lotação dos pastos reduz, havendo a necessidade de alimentação dos animais através de produtos de silagem e ração composta.

^{*/} CATI/Delegacia Agrícola de São Carlos, 1983.

^{**/} Op. cit., CATI (1983).

Quadro 31 - Uso do solo e produção de leite das propriedades de leite do município de São Carlos, ano 1982

Propriedade	Área total explorada/ (ha)	Área de pasto + capineira (ha)	% da área de pasto/ área explorada	% da área de culturas/ área explorada	% da área de milho/ área explorada	nº cabe- ças bo- vinos	nº médio bovinos em lacta- ção no ano	Produção (l/dia)	Tipo de leite	
1	1.573	99,5	871	55,6	44,4	38,6	2.000	840	11.500	B
2	110	96,7	56	52,3	47,7	45,6	50	NI	300	B
3	194	87,5	121	71,4	28,6	17,1	150	50	250	C

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de leite, novembro de 1983.

OBS: Área explorada = área de lavourel + área de pastagem.

A predominância da produção do leite tipo B na região é um indicador do alto nível tecnológico dos produtores.

Para produção do leite tipo B são necessárias instalações especiais de estábulo, sala de refrigeração para o leite, inspeção constante de animais e das épocas de vacinação. A ordenha é geralmente mecânica para evitar problemas de contaminação do produto, pois é de importância fundamental para a obtenção do leite integral, a higiene das instalações e dos animais durante a ordenha. A alimentação dos animais deve ser apropriada, para que o nível de produção do leite possa compensar os elevados investimentos de capital que é necessário.

As propriedades 1 e 2 do quadro 31, produzem o leite tipo B e utilizam a ordenha mecânica, a inseminação artificial e fornecem aos animais ração mais rica em termos nutritivos do que a propriedade 3 que não utiliza inseminação e nem ordenha mecânica e produz o leite tipo C. As práticas de vacinação, fornecimento de sais minerais, de produtos de silagem e feno, duas ordenhas diárias, manutenção dos pastos em boas condições, são comuns a todas as propriedades estudadas, pois os produtores dessa região já adquiriram um "know-how" na produção do leite.

Atualmente a produção de leite nas propriedades dessa região encontra-se estabilizada, sendo poucas as mudanças técnicas observadas no processo produtivo dos últimos 5 anos. Algumas das alterações verificadas nesse período foram: melhoria do plantel, das instalações, uso de equipamentos aprimorados na ordenha e alimentação melhor balanceada. Essas mudanças tenderam a aumentar o nível de serviço nas empresas ru

rais, porém, o número de trabalhadores empregados nessa atividade agrícola não se alterou, o que sugere ter ocorrido intensificação do ritmo de trabalho da mão-de-obra empregada.

As características intrínsecas ao processo de produção de leite (como a ordenha, horário de ordenha etc.) fazem com que a mão-de-obra demandada nessa atividade tenha um certo nível de especialização e também seja residente na propriedade.

A ocupação de mão-de-obra pelas propriedades de leite estudadas pode ser observada no quadro 32, onde se separam os trabalhadores do leite dos demais.

Na atividade leiteira, o emprego de mão-de-obra é reduzido por unidade produzida. A empresa 1 é a que emprega mais mão-de-obra devido ao elevado volume de produção diário de leite. A propriedade 3 utiliza mais mão-de-obra do que a propriedade 2, apesar de ter menor nível de produção. Este fato ocorre, em parte, porque a propriedade 3 a ordenha é realizada manualmente.

Os trabalhadores empregados na atividade leiteira são todos permanentes. Na propriedade 1, o empresário se dedica aos serviços de gerenciamento e administração, sendo a produção propriamente dita realizada pelos seus empregados. Nas propriedades 2 e 3, o proprietário e/ou sua família participam diretamente da produção auxiliando no serviço de ordenha e de manutenção das pastagens.

Quadro 32 - Ocupação de mão-de-obra nas propriedades de leite do município de São Carlos, ano 1983

Propriedades	1	2	3
Produção (l/dia)	11.500	300	250
Mão-de-obra do leite (nº)	P = 70 F = 0	P = 1 F = 1	P = 2 F = 5
Mão-de-obra ocupada em outras atividades agrícolas* (Nº)	P = 48 T = 0	P = 5 T = 6 10 (Fev. a Dez.) 15 (Mar. a Nov.)	M = 11 (+ 9 f) T = 8 (Jun. a Ag.) **

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de leite novembro de 1983.

OBS: P = empregado permanente

F = proprietário e membros da família

T = empregados temporários

M = meeiro

f = família do meeiro

* outras atividades das propriedades: 1 - café, frango de corte, suínos, milho grão;

2 - hortaliças (pimentão, berinjela, tomate, jiló);

3 - café, arroz, feijão, tomate, milho.
** na colheita do café (junho e agosto) mais 9 pessoas da família do meeiro foram utilizadas.

Nas outras atividades desenvolvidas pelas empresas leiteiras são utilizados trabalhadores permanentes, temporários e as vezes parceiros (meeiros). Entre os empregados permanentes encontram-se além de mão-de-obra especializada (trautorista, motorista, "grangeiro" etc.), os braçais, que também são residentes nas propriedades.

A propriedade 1, apenas contrata trabalhadores permanentes para realizar a produção agrícola, enquanto as demais propriedades utilizam também de mão-de-obra temporária.* Essa empresa mantém um certo contingente de mão-de-obra ocupada o ano todo devido ao tipo de combinação de atividades agropecuárias desenvolvidas, quais sejam, café, avicultura e suinocultura que demandam frequentemente trabalho manual.

Na propriedade 3, os parceiros, que são residentes na fazenda, realizam o cultivo do café, cereais e tomate. Os trabalhadores temporários só são demandados no período da colheita do café. Esse produtor vem substituindo o café por cereais e a tendência é eliminar os parceiros de sua propriedade e utilizar quando necessário o serviço dos trabalhadores temporários. Devido ao pequeno número de trabalhadores volantes demandados e o curto período de sua utilização (colheita do café), o produtor passa a arregimentar, fiscalizar e pagar esses trabalhadores.

Na propriedade 2, os serviços são realizados pelos assalariados. Os trabalhadores volantes são utilizados o

*/ Os trabalhadores temporários são volantes, sendo portanto, válida a descrição feita nas regiões anteriores.

ano todo nas atividades hortícolas. Esses volantes constituem uma mão-de-obra mais especializada e normalmente não trabalham em outras atividades como, por exemplo, na colheita da cana. A arregimentação e fiscalização dessa mão-de-obra, é realizada pelo empreiteiro. Esse indivíduo atua mais como fiscal de turma do que como empreiteiro propriamente, pois o transporte e pagamento dos volantes é realizado pelo produtor. O empreiteiro recebe um salário fixo no final do mês, sendo sua remuneração independente da dos volantes. Desta forma o empreiteiro não sendo empregado do produtor e tendo as suas funções delimitadas, passa a ter reduzido o seu poder de disputa pelo trabalho excedente do volante, bem como as possibilidades de aumentar seu ganho.

4.5.4. Contratação da Mão-de-Obra

Os empregados permanentes do leite têm contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que lhes garante os encargos trabalhistas: 13º salário, férias, indenização por tempo de serviço, domingo remunerado, além de assistência previdenciária no caso de doença e acidente de trabalho. Esse tipo de contrato, ao propiciar maior estabilidade ao trabalhador tem, por outro lado, levado o empregador a procurar reduzir o tempo de contrato, utilizando-se de dispensa do empregado, quando o valor da indenização começa a ficar alto. O trabalhador é dispensado formalmente, mas continua realizando suas tarefas na propriedade. Ao passarem 6 meses da rescisão do contrato, um novo contrato é firmado entre as partes, o qual vigora por

alguns anos.

A remuneração do empregado permanente é mensal, sendo composta de uma parcela em moeda e outra em espécie (residência, energia elétrica, alimentos, especialmente leite).

O salário monetário pago pelas propriedades 1, 2, 3 pode ser verificado no quadro 33.

Quadro 33 - Salário monetário recebido pelos empregados permanentes das propriedades de leite do município de São Carlos, novembro de 1983

Propriedades	Cr\$/mês	Tipos de pagamento em espécie
1	100.000,00	Residência, energia elétrica
2	60.000,00	Residência, energia elétrica, leite, carne de porco
3	70.000,00	Residência, energia elétrica, porco, cereais

Fonte: questionários levantados junto aos produtores de leite, novembro 1983.

Os trabalhadores das propriedades de leite receberam salário médio monetário acima do salário mínimo regional. A propriedade 1 foi a que pagou maior salário monetário sendo também ela a que menos realiza pagamento em espécie. A tendência observada nessa região, é de reduzir a remuneração dos empregados permanentes apenas ao salário monetário e unificar as formas de pagamento dos empregados do meio rural e dos do meio urbano.

Os trabalhadores temporários utilizados pelas propriedades de leite não têm contrato de trabalho. Eles tra

balham no sistema de diárias e são remunerados semanalmente. O único direito trabalhista pago pelo empregador, é o dia de descanso semanal.

Na propriedade 2 apesar dos volantes formarem turmas fixas de trabalho quase que o ano todo, o vínculo empregatício não é formalizado. Nota-se, portanto, que apesar da legislação vigente, os direitos dos trabalhadores volantes não são efetivamente respeitados.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período que compreende o ano 1940 até 1980, a agricultura da DIRA de Ribeirão Preto, foi marcada por importantes transformações que contribuíram para a constituição do mercado de trabalho agrícola composto por assalariados, especialmente temporários.

A composição da produção agrícola variou ao longo do período estudado, ocorrendo aumento da área de lavouras, especialmente das temporárias (incluindo aí a cana-de-açúcar), e redução da área de pastagem. Até o início dos anos 70, o café, que era a principal atividade perene na região, foi perdendo área particularmente para as lavouras temporárias. A partir de 1970 ocorre expansão da área de café, bem como aumento do cultivo da laranja. Entre as culturas temporárias, a cana e a soja destacam-se em termos de expansão de área na região.

As culturas de arroz, algodão e milho, que foram importantes até os anos 60, passaram a perder área para as que apresentavam maior rentabilidade (especialmente, cana, laranja e soja),

Também regiões e propriedades pertencentes DIRA de Ribeirão Preto foram se especializando em um ou em dois produtos de tal forma que atualmente se apresentam relativamente delimitadas as regiões da soja e milho, da laranja, do café e da cana. A produção animal, particularmente a produção de leite, também se desenvolve em propriedades bastante especializadas e em regiões bem definidas da DIRA.

Os produtos alimentícios que eram cultivados subsidiariamente nas fazendas de café, na forma de cultivo associado ou intercalar, passam a ser plantados, predominantemente, em solteiro e nos menores estabelecimentos. Na década de 70 esses produtos começam a ser expulsos dessa região e as pequenas unidades de produção passam a ser absorvidas pelas maiores. Nesse período piora o acesso à posse da terra. Também na década de 70, acelera-se a queda da produção de alimentos própria do pessoal residente nos estabelecimentos agrícolas. O cultivo de alimentos, muitas vezes realizado de forma intercalar às culturas de maior valor comercial, pelos trabalhadores residentes, para sua subsistência, é barrado pelo proprietário da terra que passa a desenvolver produção comercial segundo novos padrões tecnológicos e em condições de elevado preço da terra. Impedidos de desenvolverem as atividades de subsistência, os empregados permanentes passam a ter sua remuneração composta essencialmente da parcela monetária, isso quando não são dispensados dos estabelecimentos agrícolas.

O desenvolvimento tecnológico ocorrido durante o período de análise indica a utilização intensiva de capital com aumento das despesas com adubos, defensivos e de máquinas e equipamentos pelos estabelecimentos rurais.

A área média dos estabelecimentos variou com a mudança na composição da produção e com a alteração tecnológica. De 1940 a 1950, a área média dos estabelecimentos aumentou principalmente devido a expansão da área de pastagem. Entre 1950 e 1970 a área média caiu, sendo esse período correspondente a fase policultora da região. Na década de 70, observa-se tendência de aumento da área média, destacando-se a mecanização e a expansão da cultura da cana como determinantes importantes.

A evolução das relações de trabalho de 1940 a 1980, se deu no sentido de redução da parceria e aumento dos assalariados. Entre os assalariados, a categoria dos empregados permanentes perde importância na medida em que os estabelecimentos rurais passam a ocupar principalmente trabalhadores mão-de-obra regional, passa a ser um grande contingente de trabalhadores temporários relativamente aos permanentes.

A legislação trabalhista rural especialmente o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), contribuiu para as alterações na composição da força de trabalho ao dar margem à exclu-são do trabalhador temporário volante de seus benefícios. Em decorrência disso, a utilização de mão-de-obra temporária pe-lo proprietário fica simplificada, e surge a possibilidade de redução do custo de mão-de-obra com emprego de trabalhadores volantes nos momentos em que aumenta a necessidade de braços

na fazenda. Por outro lado, os trabalhadores permanentes mantidos nas propriedades se beneficiaram com a legislação trabalhista, pois passaram a ter garantidos seus direitos ao salário mínimo regional, férias e indenização por tempo de serviço.

Ao nível das propriedades tipicamente produtora de cana, café, laranja, soja, milho e leite, encontram-se variações no nível e na proporção de utilização de trabalhadores permanentes e temporários, bem como na forma de organização e de certa forma, características em cada região especializada em um ou dois desses produtos.

As propriedades de laranja, cana e café, demandam grande contingente de trabalhadores assalariados quando comparada as da soja, milho e leite. O número de trabalhadores temporários requeridos nas primeiras é relativamente maior do que o de permanentes. Apesar do elevado nível de tecnologia utilizado no desenvolvimento dessas culturas, o grande emprego de trabalhadores temporários, volantes, ocorre na colheita, por ser essa ainda realizada quase toda manualmente.

Normalmente, em todas as propriedades estudadas os trabalhadores permanentes são contratados pelos proprietários da terra através do contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que tende a proporcionar maior estabilidade a essa categoria. Nas propriedades de cana e leite no entanto o proprietário rural tem procurado reduzir essa estabilidade e o ônus dela decorrente.

Nas propriedades de café, soja, milho e leite os empregados permanentes são normalmente residentes e têm maior parcela da remuneração na forma de pagamento em espécie

quando comparada com as propriedades de cana e laranja, onde se constata, com maior frequência, a existência de trabalhadores permanentes morando no meio urbano e recebendo salário só em moeda.

Os trabalhadores temporários, volantes, que são mão-de-obra pouco qualificada, ao contrário dos permanentes, convivem mais com a informalidade do vínculo empregatício e instabilidade de emprego. Esses trabalhadores, em todas as regiões estudadas, quase sempre residem nas periferias dos centros urbanos e são transportados em caminhões diariamente para as fazendas que demandam essa força de trabalho apenas em certos períodos do ano.

Nas propriedades de soja e milho, o período de maior demanda de volantes ocorre por ocasião do plantio (outubro/dezembro) de ambos os produtos e na catação do milho (maio/junho) que é uma operação complementar a colheita mecânica.

Nas propriedades de leite, o uso de volantes depende dos tipos de atividades que são desenvolvidas complementarmente à principal.

As propriedades de cana, de laranja e de café empregam os volantes principalmente por ocasião da colheita, que varia de 3 meses no caso do café, e de 6-7 meses no caso da cana e laranja. No plantio e carpa desses produtos, a utilização da mão-de-obra volante é menor e esporádica. Essa sazonalidade de emprego do volante tende a ter sérios reflexos sociais nessas regiões, pois o elevado grau de especialização das propriedades leva os trabalhadores volantes após a safra de café, laranja e cana, apenas esporadicamente encontrarem

serviço na agricultura. Convivendo com desemprego, esse contingente de trabalhadores não consegue manter as condições de vida da safra, que por sinal já são bastante precárias.

Os trabalhadores volantes, em todas as regiões estudadas, são em geral arregimentados pelos intermediários de mão-de-obra ou empreiteiros que desempenham a função de organizar esses trabalhadores em turmas, transportá-los até as fazendas, além de fiscalizar seus serviços. A intermediação de mão-de-obra volante assume formas diferentes nas 5 regiões analisadas. Na região do café, tanto no período da safra como da entressafra do café, os volantes são arregimentados diretamente pelo proprietário e/ou pelo empreiteiro autônomo e/ou pela Cooperativa de Trabalhadores Rurais Volantes.

Na região da cana, as formas de arregimentação dos volantes encontradas no período da safra, são: firmas de empreita de mão-de-obra, empreiteiro empregado, empreiteiro autônomo e diretamente pelo proprietário. No período da entressafra, restringem-se ao empreiteiro autônomo e ao empreiteiro empregado.

Na região da laranja, as formas de arregimentação dos volantes adotado pelas indústrias de suco, no período da safra, são: firmas de empreita de mão-de-obra e empreiteiro individual. Na entressafra, o empreiteiro autônomo torna-se a forma de arregimentação da mão-de-obra mais importante, além de existir, nesse período, também contratação realizada diretamente pelo proprietário.

Na região da soja e milho, quer seja na safra ou na entressafra, as propriedades rurais produtoras de ambos os produtos utilizam as formas de arregimentação de mão-de-

obra, o empreiteiro autônomo e o proprietário rural.

Todas as formas de arregimentação estudadas indicam que o processo de intermediação de mão-de-obra vem passando por modificações. O empreiteiro autônomo ou "gato" vem perdendo importância nas regiões do café e principalmente nas regiões da laranja e cana. Na região da cana e da laranja, especialmente durante a colheita, vem ganhando importância, as formas de intermediação da mão-de-obra que procuram formalizar os vínculos de emprego entre bóias-frias e produtor/ou indústria.

Em todas as regiões especializadas, estudadas, a remuneração diária dos volantes foi maior na safra do que na entressafra. Contribuíram para o achatamento dos salários dos volantes no período da entressafra: (a) a redução dos serviços especialmente nas propriedades de laranja, cana e café, que são as grandes empregadoras desses trabalhadores; (b) o excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho e (c) a alteração no sistema de trabalho, que na colheita é normalmente a tarefa e na entressafra a diária. Na empreitada ou tarefa, o ritmo e a jornada de trabalho dos volantes tende a ser mais intensos e conseqüentemente a remuneração do trabalhador aumenta.

Os salários dos volantes parecem não apresentar variações significativas entre as regiões. Apenas na região da laranja e da cana, na safra, o ganho do volante tende a ser ligeiramente superior quando se inclui os encargos trabalhistas pagos.

A evolução ocorrida no mercado de trabalho volante foi no sentido de melhora da organização da mão-de-obra, com o produtor assumindo a relação de emprego (contratando os

volantes) e passando a ter maior controle sobre a mão-de-obra que demanda. Do lado do trabalhador volante surge a possibilidade de formalização e maior estabilidade de emprego, embora por certo período do ano.

O mercado de trabalho volante regional tendeu a apresentar-se mais estruturado nas regiões da cana, da laranja, passando pela região do café e finalmente pela região da soja e milho. Na cana e na laranja a maior organização do mercado de trabalho volante está associada basicamente as duas características dessas culturas: empregar grande contingente de mão-de-obra e a grande extensão do período da colheita.

As evidências apresentadas permitem, pois, concluir que a organização do mercado de trabalho, bem como as formas de intermediações existentes, associam-se às peculiaridades da produção agrícola e não-agrícola. Entre estas peculiaridades ressalta-se: o grau de especialização regional, o tipo de produto, a tecnologia de produção agrícola empregada e o grau de vinculação da produção agrícola ao processo industrial.

Outro ponto que merece destaque é a abordagem utilizada nesta pesquisa, que tomou como ponto de partida a unidade produtiva - ou fazenda - que, situada devidamente no contexto regional em que se insere, influencia grandemente a organização do mercado de trabalho. Acredita-se que esse enfoque trouxe à luz muitos aspectos que não seriam detectados pela análise convencional, que considera os produtos agrícolas individuais, desvinculados das demais atividades complementares ou concorrentes que têm lugar tanto dentro das fazendas como nos demais setores econômicos regionais.

6 - BIBLIOGRAFIA CITADA

ANÁLISE FAZENDA, 1983. O trabalho da Mulher, do Menor e os Diversos Contratos no Meio Rural. São Paulo, Vol. III, nº 11, pp. 5-6. (Jornal Mensal de Apoio à Administração de Fazendas).

ANTUNIASI, M.H.R., 1982. Multiplicidade Tecnológica: A Organização do Trabalho na Rizicultura do Estado de São Paulo. São Paulo, CERU. Coleção Textos nº 3, 198 p.

BARROS, E.C. e URBAN, M.L. de P., 1977. O Trabalho Assalariado do Rural Volante: Notas para uma Caracterização. In: III Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. pp. 15-25.

- BRANT, V.C., 1977. Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudo CEBRAP. São Paulo, 19:39-91.
- CAMARGO, A.M.M.P., 1983. Substituição Regional entre as Principais Atividades Agrícolas no Estado de São Paulo, 1969/1980. Piracicaba, ESALQ/USP, 220 p. (Dissertação de Mestrado).
- COLLUCI, V., 1984. A Tutela Jurídica do Trabalhador Rural-I. Correio Agro-Pecuário, São Paulo, 8 a 22 out., p. 13.
- COUTO ROSA, S.L., 1980. A Cooperativa de Volantes de Franca. Ribeirão Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Barão de Mauá", 180 p. (Tese de Mestrado).
- FIBGE, 1973. Censo Demográfico, 1970, São Paulo, Volume I, Tomo XVIII. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1975. Censo Agropecuário 1970, São Paulo, Volume III, Tomo XVIII. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1979. Censo Agropecuário 1975, São Paulo, Volume I, Tomo XVII. Rio de Janeiro.
- FIBGE, 1981. Sinópsse Preliminar do Censo Demográfico 1980, São Paulo, Volume I, Tomo I, nº 18. Rio de Janeiro.

FIBGE, 1984. Censo Agropecuário 1980, São Paulo, Volume III, Tomo III, Número 19. Rio de Janeiro.

FLEURY, M.T.L., 1978. Considerações sobre as "Cooperativas de Trabalhadores Volantes". Caderno CERU. São Paulo, II (1):114-119.

FREITAS, G.P., 1977. O Acidente. "In Itinere" e o Trabalhador Rural Volante. "Bóia-Fria". In: III Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. pp. 328-336.

GEBARA, J.J., 1976. A Cana-de-Açúcar e o Assalariado Temporário. In: II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. 9 p. (mimeo).

GEBARA, J.J. e J.G. BACCARIN, 1984. Alteração no Sistema de Corte de Cana, de 5 para 7 ruas: Implicações para produtores e trabalhadores. Boletim Paulista de Geografia, (60): 45-55. Associação de Geógrafos Brasileiros, São Paulo.

GONZALES, E.N. e M.I. BASTOS, 1975. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: I Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. 30 p. (mimeo).

- GRAZIANO DA SILVA, J. e G.P. FREITAS, 1976. Os Volantes na Zona de Avaré e Cerqueira Cesar. In: II Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. 18 p. (mimeo).
- GRAZIANO DA SILVA, J., 1981. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Editora HUCITEC. 210 p. (Coleção Economia e Planejamento, Série Tese e Pesquisa).
- GRAZIANO DA SILVA, J., 1982. O "Bóia-Fria": Entre Aspas e com os Pingos nos Is. In: Departamento de Economia Rural/FCA, Botucatu. Org. A Mão-de-Obra Volante na Agricultura. CNPq/UNESP/POLIS. p. 137-177.
- IANNI, O., 1976. A Classe Operária Vai ao Campo. São Paulo, Editora Brasiliense. 64 p. (Caderno CEBRAP, 24).
- IBGE, 1950. Censo Demográfico 1940, São Paulo, Parte XVII, Tomo I e II. Rio de Janeiro.
- IBGE, 1950. Censos Econômicos-Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços 1940, São Paulo, Parte XVII, Tomo III. Rio de Janeiro.
- IBGE, 1953. Censo Demográfico - Seleção dos Principais Dados, 1950. São Paulo. Rio de Janeiro.
- IBGE, 1955. Censo Agrícola 1950, São Paulo, Volume XXV, Tomo II. Rio de Janeiro.

- IBGE, 1962. Sinótese Preliminar do Censo Demográfico 1960, São Paulo. Rio de Janeiro.
- IBGE, 1967. Censo Agrícola 1960, São Paulo, Volume II, Tomo XI. Rio de Janeiro.
- KAGEYAMA, A., 1982. O Emprego Temporário na Agricultura Brasileira: seus Determinantes e sua Evolução Recente. Reforma Agrária. Campinas, 12 (5):3-12.
- KAGEYAMA, A. e J. GRAZIANO DA SILVA, 1983. Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70. Estudos Econômicos, IPE-USP. São Paulo, 13(3):537-559.
- LOPES, R.M., 1980. Acidentes do Trabalho na Zona Canavieira de Lençóis Paulista. São Paulo, 1978. In: VI Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. pp. 205-213.
- MELLO, N.T.C. e S.T. ARRUDA, 1981. Análise Comparativa de Custos de Produção e Renda na Cultura da Cana-de-Açúcar, Regiões de Ribeirão Preto, Jaboticabal e Piracicaba, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1975/76. São Paulo, IEA. Relatório de Pesquisa nº 04, 36 p.
- OLIVEIRA, A.U., 1984. O Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil: a Apropriação da Renda da Terra pelo Capital na Citricultura Paulista. In: 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, São Paulo. pp. 331-359.

PITERI, A.D., 1964. O Estatuto do Trabalhador Rural. São Paulo. Rev. Agricultura em São Paulo, Ano XI, nº 1 e 2. pp. 1-16.

QUEIROZ, S.A., 1981. Tecnologia e Custo de Produção da Cana-de-Açúcar em Diferentes Tamanhos de Empresas. Jaboticabal, FCAV/UNESP. 36 p. (Trabalho de Graduação).

ROSSINI, R.E., 1977. A Legislação Trabalhista para o Homem do Campo. In: III Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, FCA - Departamento de Economia Rural. pp. 367-386.

SABÓIA, J.C., 1978. De Senhores a Trocadores de Cebola. Estudo sobre a representação de fazendeiros na região de Cravinhos, São Paulo. Campinas, UNICAMP, 137 p. (Tese de Mestrado).

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP), 1978. Plano Regional de Ribeirão Preto. São Paulo. 123 p.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE), 1981. Estudos da População Urbana e Rural nas 11 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 1940-1970. São Paulo, Informe Demográfico nº 1, 215 p.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE), 1983. Repercussões do Proálcool no Comportamento Migratório do Estado de São Paulo: O Caso de Ribeirão Preto. São Paulo, Informe De gráfico nº 10, 161 p.

ZOCOLLER, M.M.; J.G. BACCARIN e J.J. GEBARA, 1984. O Processo de Intermediação de Mão-de-Obra e Qualidade do Trabalhador Volante na Região de Jaboticabal. In: Conferência Latinoamericana de Economia Agrícola, Piracicaba, ESALQ/USP. 19 p. (mimeo).

A P Ê N D I C E

Quadro Ap. I - Evolução do pessoal ocupado na agricultura dos municípios da DIRA de Ribeirão Preto, período de 1940 a 1980

Categorias	Franca			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	4.142	1.981	1.341	971
empregado permanente	11.713	7.388	1.093	1.505
empregado temporário*	263	684	326	1.261
parceiro + outros	NI	1.046	323	182
Total	16.118	11.099	3.083	3.919

Categorias	Itirapuã			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	-	205	430	322
empregado permanente	-	1.478	824	657
empregado temporário*	-	102	485	887
parceiro + outros	-	10	125	13
Total	-	1.795	1.864	1.879

Categorias	Jaboticabal				
	1940	1950	1970	1975	1980
Resp. e membros não remunerados da família	3.570	2.622	1.464	1.241	1.165
empregado permanente	7.086	1.760	1.573	1.842	2.136
empregado temporário*	137	492	372	1.435	4.020
parceiro + outros	NI	1.352	270	208	58
Total	10.793	6.226	3.679	4.726	7.379

Categorias	Guariba				
	1940	1950	1970	1975	1980
Resp. e membros não remunerados da família	732	179	176	126	146
empregado permanente	1.751	652	988	900	1.030
empregado temporário*	37	934	941	1.118	399
parceiro + outros	NI	232	zero	1	6
Total	2.520	1.997	2.105	2.145	1.581

Categorias	Pradópolis				
	1940	1950	1970	1975	1980
Resp. e membros não remunerados da família	-	-	180	74	70
empregado permanente	-	-	349	411	1.134
empregado temporário*	-	-	2.999	438	89
parceiro + outros	-	-	zero	3	2
Total	-	-	3.528	926	1.295

Categorias	Bebedouro			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	1.407	822	1.365	1.128
empregado permanente	5.536	2.593	1.776	2.009
empregado temporário*	307	414	1.997	2.103
parceiro + outros	NI	684	117	9
Total	7.250	4.513	5.225	5.249

Categorias	Taiacu			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	-	-	502	714
empregado permanente	-	-	115	233
empregado temporário*	-	-	60	1.138
parceiro + outros	-	-	230	27
Total	-	-	907	2.112

Categorias	Taiuva			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	-	449	562	463
empregado permanente	-	798	229	238
empregado temporário*	-	170	589	693
parceiro + outros	-	365	118	25
Total	-	1.782	1.398	1.419

Categorias	Monte Azul Paulista			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	529	822	964	602
empregado permanente	2.485	1.849	932	997
empregado temporário*	7	336	964	1.384
parceiro + outros	NI	197	18	109
Total	3.021	3.204	2.878	3.092

Categorias	Colina			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	736	299	1.107	999
empregado permanente	5.958	2.135	708	828
empregado temporário*	213	315	487	634
parceiro + outros	NI	480	8	32
Total	6.907	3.229	2.310	2.493

Categorias	Morro Agudo				
	1940	1950	1970	1975	1980
Resp. e membros não remunerados da família	501	747	1.131	1.026	837
empregado permanente	2.806	1.299	1.303	2.001	1.771
empregado temporário*	173	610	2.619	2.325	6.772
parceiro + outros	NI	1.286	28	16	21
Total	3.480	3.942	5.081	5.368	9.481

Categorias	Ipuaçu				
	1940	1950	1970	1975	1980
Resp. e membros não remunerados da família	-	445	562	802	455
empregado permanente	-	1.358	366	382	628
empregado temporário*	-	563	1.092	688	1.047
parceiro + outros	-	386	80	zero	zero
Total	-	2.752	2.100	1.872	2.130

Categorias	São Carlos			
	1940	1950	1970	1980
Resp. e membros não remunerados da família	1.597	1.262	1.580	1.150
empregado permanente	6.561	3.114	1.581	2.248
empregado temporário*	290	567	972	1.133
parceiro + outros	NI	827	77	96
Total	8.448	5.770	4.210	4.627

Fonte: FIBGE - Censo Econômico, 1950, Censo Agrícola, 1955 e Censo Agropecuário, 1975 e 1984.

OBS: - = município não havia se emancipado.

* — empregados temporários segundo categoria do Censo mais a estimativa do número de empregados de empreita.

NI — não há informação.